

INSTITUTOS FEDERAIS DOS BRASILEIROS

A história contada
por quem fez

Antônio Carlos Barum Brod
Belchior de Oliveira Rocha
Cibele Daher Botelho Monteiro
Cláudia Schiedeck Soares de Souza
Cláudio Adalberto Koller
Consuelo Aparecida Sielski Santos
Denio Rebello Arantes
Garabed Kenchian
Luiz Edmundo Vargas de Aguiar
Maria da Glória Santos Laia
Paulo César Pereira
Sérgio Gaudêncio Portela de Melo
Vera Maria Ferreira Rodrigues
Jesué Graciliano da Silva (organizador)

INSTITUTOS FEDERAIS DOS BRASILEIROS

A história contada
por quem fez

INSTITUTOS FEDERAIS DOS BRASILEIROS

A história contada
por quem fez

Antônio Carlos Barum Brod
Belchior de Oliveira Rocha
Cibele Daher Botelho Monteiro
Cláudia Schiedeck Soares de Souza
Cláudio Adalberto Koller
Consuelo Aparecida Sielski Santos
Denio Rebello Arantes
Garabed Kenchian
Luiz Edmundo Vargas de Aguiar
Maria da Glória Santos Laia
Paulo César Pereira
Sérgio Gaudêncio Portela de Melo
Vera Maria Ferreira Rodrigues
Jesué Graciliano da Silva (organizador)

Dedicatória

*Dedicamos este livro aos
trabalhadores e trabalhadoras da
educação e aos estudantes dos
Institutos Federais de Educação,
Ciência e Tecnologia dos brasileiros.*

Os autores

Sumário

Dedicatória.....	5
Sumário.....	7
Prefácio.....	9
Eliezer Moreira Pacheco.....	9
Apresentação	13
Mensagem do CONIF	17
Prof. ^a Maria Leopoldina Veras Camelo.....	17
Contexto.....	19
Prof. Gleisson Cardoso Rubin	19
Breve histórico.....	21
A nova institucionalidade	33
Depoimentos	49
Prof. Luiz Edmundo Vargas de Aguiar.....	49
Prof. Antônio Carlos Barum Brod.....	54
Prof. ^a Consuelo Aparecida Sielski Santos	58

Prof. Cláudio Adalberto Koller	66
Prof. Garabed Kenchian.....	72
Prof. Belchior de Oliveira Rocha.....	75
Prof. ^a Cláudia Schiedeck Soares de Souza	81
Prof. ^a Maria da Glória dos Santos Laia	86
Prof. ^a Cibele Daher Botelho Monteiro.....	92
Prof. Denio Rebello Arantes.....	97
Prof. Paulo César Pereira.....	103
Prof. Sérgio Gaudêncio Portela de Melo	108
Prof. ^a Vera Maria Ferreira Rodrigues.....	113
Alexandre Bahia Santos	121
Discursos	125
Presidente Luís Inácio Lula da Silva	125
Ministro Fernando Haddad.....	133
Prof. Paulo César Pereira.....	137
Posfácio.....	141
Prof. Jesué Graciliano da Silva.....	141
Anexo.....	147
Referências	149
Registros fotográficos – Cortesia do CONIF / autores.....	155



Prefácio

Eliezer Moreira Pacheco
ex-Secretário da SETEC

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são uma proposta inovadora no campo da educação no Brasil. Sua essência está na integração dos diferentes níveis de formação profissional e tecnológica em um único projeto pedagógico, o que tem como objetivo democratizar o acesso e elevar a qualidade da educação pública em todo o país. O diferencial dos Institutos Federais é a oferta de uma variedade de cursos que vão desde o ensino médio integrado até a pós-graduação, incluindo cursos técnicos, graduação e extensão. Todos esses cursos são desenvolvidos com uma abordagem pedagógica que valoriza a formação integral do estudante, preparando-o para gerar soluções técnicas e tecnológicas de forma ética e sustentável.

Além disso, os Institutos Federais têm um importante papel no desenvolvimento regional e na redução das desigualdades sociais. Eles não apenas formam profissionais capacitados, mas também trabalham em parceria com as escolas públicas locais, contribuindo para elevar a qualidade da educação pública nas redes estaduais e municipais.

A proposta pedagógica dos Institutos Federais é baseada no desenvolvimento de competências técnicas, científicas, culturais, sociais e éticas dos estudantes. Essa abordagem é aplicada em todos os níveis de ensino, rompendo com a ideia equivocada de que a formação integral se restringe apenas ao ensino médio integrado. A integração entre ensino, pesquisa e extensão é outra característica marcante dos Institutos Federais. Diferentemente da visão limitada de que a pesquisa e a extensão são atividades exclusivas do ensino superior, nos Institutos Federais são realizadas em todos os níveis de ensino, permitindo que

Institutos Federais dos brasileiros

os estudantes apliquem o conhecimento adquirido em projetos de pesquisa e ações de extensão, beneficiando a sociedade como um todo.

A atuação em rede é um aspecto único dos Institutos Federais. Essa colaboração entre diversas instituições vai além de simples parcerias bilaterais, promovendo uma troca de conhecimento e recursos que contribui para elevar a qualidade e excelência dessas instituições. É fundamental ressaltar que os Institutos Federais são instituições públicas, democráticas, gratuitas e de qualidade. Defender os Institutos Federais é lutar por uma educação pública de excelência, que seja acessível a todos os trabalhadores e seus filhos. Essa luta fortalece a importância da educação, ciência, tecnologia e cultura na construção de um futuro melhor para o país.

Os Institutos Federais foram a mais importante política educacional pública de nossa história. Sua originalidade, sua qualidade e capilaridade por todo o território nacional os tornam algo singular na educação brasileira. Agregue-se a isso outras ousadias introduzidas pelos IFs: estruturas democráticas com ampla autonomia, eleições diretas, paritárias e uninominais dos dirigentes, atuação em Rede e uma concepção político-pedagógica comum a todos eles.

Claro que em uma Rede desse tamanho, com mais de 670 câmpus, existem diferenças em muitos aspectos, mas é essencial não perder a identidade.

O fato de serem uma institucionalidade absolutamente nova, sem referência nas instituições conhecidas até então (universidade, escola técnica, etc.), coloca diante deles um desafio gigantesco: estabelecer e consolidar uma nova referência educacional sem precedentes.

A primeira singularidade dos Institutos Federais é seu ineditismo, aliada ao desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão em TODOS os níveis de forma indissociável. A crença acadêmica de que Pesquisa e Extensão são prerrogativas do chamado Ensino Superior, além de um equívoco pedagógico, revela o preconceito que separa o saber acadêmico do saber popular, estabelecendo uma hierarquia de saberes correspondente à hierarquia da sociedade de classes.

Outra singularidade a ser desenvolvida e consolidada é a atuação em Rede, algo inédito na estrutura educacional brasileira, em que as instituições públicas, no máximo, estabelecem colaborações bilaterais, muito raramente envolvendo várias instituições. O mais extraordinário é que uma política com

tal grau de expansão tenha mantido a qualidade que coloca os IFs como as melhores escolas do país e também do mundo. Públicas, Democráticas, Gratuitas e de Qualidade é a utopia de qualquer educador(a) progressista. Defender os Institutos Federais é defender que este país tenha um futuro e que seja possível uma escola pública de qualidade para os trabalhadores e seus filhos. Os IFs têm um papel fundamental para a sociedade brasileira, oferecendo educação voltada para o trabalho, mas também valorizando a formação completa dos estudantes.

Para garantir a consolidação e expansão dos IFs, é essencial que eles mantenham sua identidade. Passados 15 anos da aprovação da Lei nº 11.892 (29/12/2008), é importante lembrarmos alguns aspectos dessa história e o papel decisivo desempenhado pelo Congresso Nacional. Afinal, essa lei representou uma verdadeira revolução na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com a criação dos Institutos Federais e da Rede Nacional de EPT, algo completamente inédito. No entanto, havia o risco de a lei perder sua essência em um Congresso composto por mais de 500 deputados e 81 senadores. Não foi uma tarefa fácil, mas conseguimos vencer graças ao apoio dos parlamentares da base governista, especialmente das bancadas do PT e do PC do B, e à militância e articulação de alguns parlamentares específicos, como Fátima Bezerra (PT/RN), Reginaldo Lopes (PT/MG), Maria do Rosário (PT/RS) e Alex Canziani (PTB/PR), este último presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional. Também foi importante a contribuição da deputada Andréia Zito (DEM/RJ) como relatora do Projeto de Lei, pois ela aceitou nossas sugestões e rejeitou todas as emendas, exceto uma com que concordamos. No Senado, quando o Projeto de Lei chegou, após ter sido aprovado pela Câmara, contamos principalmente com o apoio do senador Paulo Paim (PT/RS). Na Câmara, aceitamos apenas uma emenda: a mudança da sede do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) de Porto Alegre para Bento Gonçalves (mas essa já é outra história). Do nosso lado, tivemos a habilidade de Alexandre Vidor, Getúlio Ferreira, Gleisson Rubin e Henrique Paim, que praticamente se mudaram para dentro da Câmara. Por dever de ofício, Fernando Haddad e eu também estivemos envolvidos, ligando um ao outro e conversando constantemente. No dia 28 de dezembro de 2008, o presidente Lula sancionou a lei que criou os Institutos Federais e a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que se tornou a política mais importante e bem-sucedida de educação pública em nosso país.

Tenho afirmado que a maior ameaça à sobrevivência dos IFs não são os governos, mesmo que eventualmente sejam hostis. Eles vêm e vão. A verdadeira ameaça é a importação de concepções que tentam transformar os IFs em algo parecido com universidades, quando sua força e legitimidade vêm exatamente da originalidade de sua proposta. Os IFs não são escolas técnicas melhoradas nem universidades pioradas. Eles são algo diferente, uma instituição com uma proposta própria que não pode ser comparada nem com uma nem com outra.

No entanto, muitos dos novos professores vêm de programas de mestrado e doutorado em universidades e, quando chegam aos IFs, se não tiverem a formação necessária sobre o Projeto Político-Pedagógico dos Institutos Federais, tentarão reproduzir o modelo universitário. Isso seria o fim dos Institutos Federais. Por isso, o grande desafio é consolidar e aprofundar as concepções político-pedagógicas dos IFs, e isso deve partir principalmente daqueles que os constroem diariamente: os professores, técnicos e estudantes. Percebemos que as universidades têm certo desinteresse em debater e conhecer os IFs. Elas geralmente se voltam para os teóricos e filósofos da educação, que desenvolvem teorias sobre a educação de qualidade, e prestam pouca atenção àqueles que constroem políticas públicas concretas nessa área. Existe certa resistência ao real, ao concreto, pois preferem navegar em águas tranquilas das teorias. Os Institutos Federais se mantiveram e se legitimaram nesses primeiros 15 anos devido ao poder e à originalidade de sua proposta. Agora cabe às comunidades acadêmicas defendê-la e aprofundá-la, atualizando-a sem abrir mão de seu Projeto Político-Pedagógico. O debate que ocorre dentro dos IFs, principalmente entre Politecnia e Academicismo, reflete a luta de classes que acontece na sociedade entre o mundo do trabalho e o mundo do capital. Nesse embate, estamos ao lado do primeiro, pois ele representa a transformação e o progresso. Esperamos que a leitura desta importante publicação contribua para aprofundar a reflexão das concepções e conquistas dos Institutos Federais.

Apresentação

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.”

Albert Einstein

A Lei nº 11.892/2008, que transformou as Escolas Técnicas, Agro-técnicas e CEFETs em Institutos Federais (IFs), completa 15 anos em 29 de dezembro de 2023. Ousamos dizer que foram 15 anos de utopia da constituição daquilo que chamamos de INSTITUTOS FEDERAIS DOS BRASILEIROS. Utopia por ter a coragem de, pela primeira vez na história do país, se embrenhar pelo interior do país oferecendo educação pública, gratuita e de qualidade em todos os seus níveis para os brasileiros e brasileiras que mais precisam.

A expressão “utopia” tem origem na obra literária “Utopia”, escrita pelo filósofo e escritor inglês Thomas More em 1516. O termo é formado a partir do grego antigo, combinando as palavras “ou” (que significa “não”) e “topos” (que significa “lugar”). Assim, “utopia” pode ser traduzida como “lugar que não existe” ou “lugar inexistente”. Na obra de More, “Utopia” descreve uma sociedade imaginária e idealizada, em que os problemas da população europeia da época são solucionados. Desde então, a palavra “utopia” tem sido usada para descrever ideias ou projetos idealizados que são considerados impossíveis ou improváveis de serem alcançados na prática.

A ideia original de constituição dos Institutos Federais fundamentou-se nos princípios de justiça social, de equidade, de desenvolver novas tecnologias, a

fim de sustentar o desenvolvimento e o avanço socioeconômico. Para isso, o reconhecimento do papel central da educação e instituições públicas de ensino, o investimento nas estruturas educacionais foram definidores do processo de expansão da Rede Federal de Educação (SCHIEDECK, 2019).

Contudo, ao longo dos anos, observamos que muitos servidores desconhecem as verdadeiras motivações da expansão e quais são as finalidades dos Institutos Federais. A pergunta recorrente é: “Em que os Institutos Federais se diferenciam das universidades?”.

Para além da importância e da revolução educacional no Brasil, os Institutos Federais despertam curiosidade e se apresentam no cenário internacional como um projeto original. Cantwell, Marginson, e Smolentseva (2018) apontam que houve uma transformação no panorama mundial da educação pós-secundária, fruto de um fenômeno denominado de Sistemas de Elevada Participação (*High Participation Systems*), que desencadeou uma grande procura e um alto número de matrículas no ensino superior de inúmeros países, definindo o surgimento de um novo setor educacional não universitário, multidisciplinar, multicurricular, com envolvimento em pesquisa, agregando instituições de educação profissional para a concepção de novas instituições. Esse segmento se expande mundialmente a uma taxa de aproximadamente um por cento ao ano.

No caso brasileiro, houve, para além da expansão do ensino superior, a incorporação e obrigatoriedade do ensino técnico integrado a essa nova institucionalidade, o que coloca os Institutos Federais em evidência como um modelo diferenciado, e quase único, de educação profissional. Considerando o ineditismo da ideia dos Institutos Federais e que a maioria dos seus servidores, na atualidade, foi contratada a partir dessa nova institucionalidade, temos por objetivo lembrar algumas histórias. Como bem nos ensinou Myrian Sepúlveda dos Santos (2003), a memória é um dos valores mais prezados pelo ser humano e sua preservação está vinculada à defesa da justiça e da liberdade.

Ao longo dos últimos anos, algumas iniciativas isoladas têm permitido que o papel dos atores envolvidos nesse processo de constituição dos Institutos Federais explicita os motivos, as discussões e os bastidores. As entrevistas, depoimentos, discursos, entre outros documentos apresentados neste livro, contribuem para o resgate memorial e constituem fonte de pesquisa acadêmica e conhecimento para as gerações futuras. Por isso,

nessa data tão simbólica, o objetivo é dar voz aos diferentes atores-protagonistas do processo de expansão e transformação, bem como explicar a origem da institucionalidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Agradecemos a todos os colegas da Rede que apresentaram sugestões, enviaram fotos e documentos para fazerem parte deste trabalho. Agradecimento especial para a Presidência e Diretoria do CONIF pelo apoio para a consolidação deste projeto.

Desejamos que sua leitura seja agradável e contribua para a reflexão sobre esse período de grandes transformações.

Um abraço carinhoso a todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação dos Institutos Federais e, especialmente, aos mais de um milhão e meio de estudantes espalhados pelos quase 700 câmpus pelo Brasil. Este livro foi escrito por vocês e para vocês.

Antônio Carlos Barum Brod

Belchior de Oliveira Rocha

Cibele Daher Botelho Monteiro

Cláudia Schiedeck Soares de Souza

Consuelo Aparecida Sielski Santos

Cláudio Adalberto Koller

Denio Rebello Arantes

Garabed Kenchian

Jesué Graciliano da Silva

Luiz Edmundo Vargas de Aguiar

Maria da Glória Santos Laia

Paulo César Pereira

Sérgio Gaudêncio Portela de Melo

Vera Maria Ferreira Rodrigues



Mensagem do CONIF

Prof.ª Maria Leopoldina Veras Camelo

atual presidenta do CONIF e
reitora do IFSertãoPE

A criação dos Institutos Federais marcou a História da Educação do país, porque veio promover a interiorização da educação, da ciência, da tecnologia, chegando a lugares nunca antes imaginados, permitindo que jovens e adultos permanecessem em seus territórios e transformando suas vidas através do processo de ensino e aprendizagem diretamente relacionado aos arranjos produtivos locais, transformando esses locais.

O CONIF, como entidade que reúne as/os reitoras/es das instituições que compõem os Institutos Federais, teve um papel fundamental nesse processo, pois a interiorização com as expansões trouxe para o dia a dia diversos desafios para que a oferta do ensino, da pesquisa, da extensão fossem de qualidade em qualquer uma das quase 700 unidades, em qualquer região do país. Esses desafios envolveram a infraestrutura necessária com materiais, equipamentos e pessoal que permitissem uma formação completa, integral do estudante, preparando-o para o mundo do trabalho.

Cada uma/um das/os reitoras/es teve um papel fundamental nesse processo, pois atuou em rede para garantir o cumprimento do compromisso assumido com a criação dos institutos. Organizado em câmaras e fóruns, o CONIF trabalhou de modo a permitir que as demandas apontadas por qualquer uma das instituições fossem de conhecimento do todo, buscando nos debates que essas demandas fossem atendidas, garantindo o acesso à educação de qualidade. Por isso, amadureceu bastante quando se aproximou ainda mais do parlamento, inclusive participando ativamente da frente parlamentar em defesa dos Institutos Federais, dos diversos ministérios e órgãos ligados a

eles, mostrando como cada um está diretamente relacionado com a atuação dos institutos e que esses são um canal para atuação devido a sua capilaridade e capacidade de atuar em rede, de modo que contribui muito para o fortalecimento e reconhecimento da importância e força dos institutos federais. Foram momentos desafiadores para garantir o acesso dos estudantes, mas também sua permanência e êxito; para disponibilização de códigos e a fixação de profissionais da educação nos rincões do país; para se ter infraestrutura necessária adequada ao projeto e àquilo que se requeria para desenvolver esses territórios. O avanço é notório, os resultados atingidos nesses 15 anos mostram isso, mas ainda há muito que ser feito. A sociedade reconhece a importância dos Institutos Federais, da interiorização e o impacto transformador que trouxe para a vida e realidade de milhões de pessoas, principalmente daquelas que dependem de políticas governamentais para acesso à educação. Isso justifica as diversas solicitações de expansões de vagas, de cursos, de câmpus em todo o país, e que se faça a consolidação do que aí está de modo planejado e estratégico, pois o Brasil precisa avançar e investir na formação de jovens através da educação e garantir o seu desenvolvimento.

2

Contexto



Prof. Gleisson Cardoso Rubin
ex-Coordenador-Geral de Supervisão
dos Institutos Federais de Educação,
Ciência e Tecnologia – SETEC

A ideia de implantação dos Institutos Federais não pode ser compreendida de forma dissociada do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que teve seu embrião em 2005.

As primeiras unidades foram implantadas em 2006 e, a partir da fase 2 da expansão em 2007, o processo ganhou maior intensidade e escala. O sucesso da expansão levou a uma reavaliação da estrutura de organização e distribuição das unidades no território nacional.

Paralelamente ao processo de expansão, havia movimentos que antecediam o próprio aumento das escolas da Rede Federal. Havia, por exemplo, um movimento de verticalização da oferta. Algumas instituições que atuavam apenas no nível técnico da educação profissional buscavam estruturar-se para oferecer cursos de nível superior, geralmente tecnólogos. Algumas instituições até se lançaram ao desafio de oferecer cursos de Engenharia e outras formações. À medida que a oferta de cursos de nível superior se tornava mais densa, as instituições buscavam o reconhecimento para serem credenciadas como instituições de ensino superior na Secretaria de Educação Superior do MEC.

Ao observar a experiência do CEFET Paraná, com a transformação em Universidade Tecnológica, os demais CEFETs também tinham suas próprias expectativas de serem reconhecidos como estruturados o suficiente para serem considerados Universidades Tecnológicas Federais.

Esse movimento, bem como o das escolas técnicas e agrotécnicas, buscando transformar-se em CEFETs gerava uma certa tensão. No final de 2006, nos encontrávamos muito envolvidos com a fase 2 da expansão da

Rede Federal. Surgiu então a ideia, inicialmente apresentada pelo Ministro Fernando Haddad, de criarmos uma nova institucionalidade, que ocuparia o lugar não apenas dos CEFETs, das escolas técnicas e agrotécnicas, mas também das escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Em reuniões foi mencionada a necessidade de criar uma institucionalidade única em todo o território nacional, permitindo que toda a oferta de educação profissional e tecnológica por parte da União e do Governo Federal fosse representada exclusivamente por essa institucionalidade. Isso abrangeria não apenas as Escolas Técnicas e Agrotécnicas federais, mas as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, como também o Colégio Pedro II, que posteriormente se integrou à Rede, e outras instituições com diferentes níveis de oferta de cursos técnicos e tecnológicos.

Ao observarmos o modelo da Universidade Tecnológica do Paraná, precisamos considerá-lo no contexto nacional. Não estamos tratando de instituições isoladas e desvinculadas da realidade do país. A UTFPR estava integrada à rede das instituições de ensino superior, mas mantinha também o acesso a uma estrutura de supervisão (SETEC), na condição de mantenedora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná para a parte de cursos técnicos e tecnológicos.

A preocupação não se tratava apenas de preservar a identidade da Rede Federal, como também de manter o papel que essas instituições desempenham e a demanda por formação técnica no país. Se os CEFETs, que eram referências na formação técnica, se tornassem Universidades Tecnológicas e, por alguma razão, perdessem sua distinção substancial das universidades convencionais, o país perderia uma oportunidade valiosa de atender a uma demanda significativa de formação técnico-profissional. Alguns CEFETs, especialmente aqueles que haviam investido mais tempo em formação de nível superior, já tinham planejamentos internos, incluindo Planos de Desenvolvimento Institucional, projetados para a transformação em Universidades Tecnológicas. Para adotar o novo modelo de Institutos Federais, eles teriam que abandonar os planos anteriores e adotar uma nova proposta que estava sendo apresentada.

O modelo de Institutos Federais oferecia perspectivas muito positivas, aproveitando o momento propício da expansão para conferir às instituições uma relevância estadual e não apenas local. Diante da alta demanda por formação técnica, essa abordagem era crucial para manter a efetividade das instituições diante dos desafios do cenário nacional.

Boa leitura!

3

Breve histórico

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.” Rubem Alves



Figura 1 – Presidente Nilo Procópio Peçanha

No Sul do Brasil, as reduções jesuíticas foram as primeiras instituições a promover o ensino sistemático da educação profissional ainda no século XVII. Segundo Pippi e Muller (2007), os jesuítas transformaram índios que foram aldeados em hábeis metalúrgicos, agricultores, tipógrafos, escultores e músicos. Nas oficinas existentes, os “irmãos-oficiais” exerciam e ensinavam ofícios tais como carpintaria, ferraria, construção de edifícios e embarcações, pintura, produção de tijolos, telhas, cerâmica, entre outros. Segundo Gama (1987), entre os anos de 1614 e 1615, os jesuítas também criaram em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro confrarias de oficinas mecânicas.

No restante do Brasil-Colônia predominava a divisão social do trabalho dos engenhos onde trabalhavam, além dos escravos e nativos, alguns trabalhadores livres exercendo tarefas de direção e/ou que requeriam maior qualificação técnica. A vigência de relações de produção escravistas não incentivava homens livres a trabalharem com manufaturas e artesanato.



Figura 2 – Reprodução da pintura de Jean-Baptiste Debret

O trabalho manual era algo desprezível para os homens brancos e livres. Profissões como carpintaria, serralheria, construção e tecelagem eram consideradas ocupações de escravos e, por isso, rejeitadas. A discriminação contra essas atividades e as pessoas que as realizavam fazia com que muitos evitassem tais profissões. Como consequência, acabaram sendo impostas leis que obrigavam as pessoas a trabalhar e aprender essas habilidades.

As atividades que exigiam força física e a utilização das mãos eram vistas como trabalho para escravos. Salvo raras exceções, a promoção da educação profissional no Brasil foi marcada desde os tempos mais remotos como uma forma de ensino destinada aos pobres e excluídos, tais como índios e escravos. O fato é considerado por vários autores, entre eles Buarque de Holanda (1963) e Castelo Branco (2004), como um dos motivos da “cultura do bacharel” ainda existente no Brasil. Para Castelo Branco (2004), a dignidade e importância que confere o título de doutor permitem ao indivíduo atravessar a existência com discreta compostura e, em alguns casos, podem libertá-lo da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais.

A descoberta de ouro em Minas Gerais levou à criação de Casas de Fundição e de Moeda, onde foram contratados filhos de homens brancos e imigrantes europeus. Para suprir a demanda, foi criada em 1752 a “Irmandade de São José” no Rio de Janeiro. Essa foi uma tentativa de preservar para os homens brancos e livres algumas atividades manuais mais especializadas. Em 1785, por meio do Alvará de 5 de janeiro, da rainha de Portugal Maria I, foi proibida a manufatura de tecidos no Brasil. A quase inexistência de escolas profissionais e a proibição de funcionamento de algumas indústrias no Brasil-Colônia pela Coroa Portuguesa levou à falta de mão de obra especializada em algumas ocupações.

A providência adotada foi a educação profissional compulsória de crianças e jovens, encontradas em condição de mendicância, na Marinha e nas guarnições militares. Também foram criados asilos, onde crianças entre 10 e 12 anos, que eram encontradas em estado de pobreza, recebiam instrução primária e aprendiam ofícios como tipografia, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria. O Alvará de 1785 foi revogado em 1808, quando D. João VI criou o “Colégio das Fábricas” para promover a educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

Para Manfredi (2002), apesar dessa iniciativa, por décadas a oferta da educação profissional era viabilizada ora pelas associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora pelas esferas estatais. Algumas vezes, o ensino profissionalizante recebia recursos financeiros de entidades privadas e era ministrado por entidades públicas.

As primeiras escolas de ensino superior criadas eram destinadas a formar brasileiros para exercerem funções qualificadas no Exército e na Administração do Estado, que eram de interesses decorrentes da chegada da Família Real ao Brasil. No Rio de Janeiro foram criadas a Academia da Marinha em 1808, a Academia Real Militar em 1810, os cursos de Anatomia e Cirurgia em 1808, o Curso de Agricultura em 1814 e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios em 1816. Na Bahia, também foram instalados alguns cursos como o de Cirurgia, em 1808, e de Desenho Técnico, em 1817. Em 1837 foi criado o Colégio Pedro II, onde era oferecido o curso secundário propedêutico com vistas ao prosseguimento dos estudos no ensino superior¹.

¹ O Colégio Pedro II faz parte da RFEPECT, tendo as mesmas características e finalidades legais dos Institutos Federais.

A partir de 1840 foram criadas no Brasil dez Casas de Educandos artífices seguindo o modelo de aprendizagem praticado pelos militares, baseado na hierarquia e na disciplina. Os estados que receberam as instituições foram: Pará (1840), Maranhão (1842), São Paulo (1844), Piauí (1849), Alagoas (1854), Ceará (1856), Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865). A partir de 1858, foram criados os Liceus de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, Maceió e Ouro Preto. Para o historiador Luiz Antônio Cunha (2005), todas essas iniciativas particulares e públicas eram legitimadas por ideologias que proclamavam que a generalização desse tipo de ensino era condição para aumentar a motivação para o trabalho, evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira, e favorecer os trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados.

No Brasil, logo após a Proclamação da República, foi entregue ao então Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant (1836-1891), um manifesto assinado por 400 operários do Rio de Janeiro em defesa do ensino profissional. Benjamin Constant promoveu a primeira reforma curricular da República Brasileira. Naquele período, aproximadamente 90% da população brasileira era constituída de analfabetos.

Nos primeiros anos de implantação da República o país passou por grandes transformações sociais desencadeadas pelo fim da escravidão, pela consolidação do processo de imigração e pela expansão da economia cafeeira.

A Constituição de 1891 instituiu o sistema federativo de governo e consagrou a divisão dos níveis de ensino. Cabia à União o direito de “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” e “promover a instrução secundária no Distrito Federal” (BRASIL, 1891). Aos Estados, que substituíram as antigas Províncias, foi delegada a competência de prover e legislar sobre a educação primária.

Logo após a instalação da República houve um período de grande instabilidade social marcado por revoltas de diversas matrizes como a da Armada no Rio de Janeiro (1893 – 1894) e a Federalista no Rio Grande do Sul (1893 – 1895). Algumas ocorreram nas maiores aglomerações urbanas, como Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio de Janeiro, a reforma urbana promovida pelo

prefeito Pereira Passos (1836 – 1913), entre os anos de 1902 e 1906, desalojou milhares de famílias dos cortiços e habitações populares para construção de avenidas, jardins e edifícios. A Revolta da Vacina está inserida nesse cenário de tensão social.

Em São Paulo, a greve de 1906 envolveu as duas principais companhias ferroviárias do Estado: a Paulista e a Mogyana. “O movimento iniciado em maio e findo em junho impediu o transporte de café, de pessoas, de correspondência e de serviços bancários” (SIQUEIRA, 2013).

Nesse contexto de grandes transformações foram criadas em 1909, pelo então presidente Nilo Procópio Peçanha (1867 – 1924), as Escolas de Aprendizes Artífices, com o objetivo de atender aos “desfavorecidos da fortuna” e “prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência” (BRASIL, 1909).

Nilo Procópio Peçanha foi fundador e presidente do Clube Republicano de Campos dos Goytacazes e do Partido Republicano Fluminense (1888).



Figura 3 – Ilustração de uma antiga escola de aprendizes e artífices. Fonte: site do MEC (2023)

Ele nasceu em 2 de outubro de 1867, na Fazenda do Desterro, próxima ao Espírito Santo, no município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Seus pais eram Sebastião de Sousa Peçanha e Joaquina Anália de Sá Freire Peçanha. Ficou conhecido como o “Menino da Padaria”, por causa do comércio que seu pai tinha. Mesmo vindo de uma família simples, Peçanha teve uma carreira política bem-sucedida. Em um curto período de tempo, ele passou de senador a presidente do estado do Rio de Janeiro (naquela época, o cargo equivalente a governador) e, posteriormente, se tornou presidente do Brasil.

Foi deputado constituinte e senador antes de assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro (1903-1906). Nesse período, construiu quatro escolas profissionais para o ensino de ofícios. Nilo não foi eleito diretamente como presidente; ele assumiu o cargo após a morte de Afonso Pena, de quem era vice-presidente. Ele ocupou a presidência de 14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910.

A percepção do governo à época da criação das Escolas de Aprendizizes Artífices era de que a ociosidade levaria ao crime, aos vícios, e que a educação profissional afastaria uma parcela da população dos possíveis malefícios. No preâmbulo do Decreto estava expresso:

“O aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência; que para isto se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime: que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação” (BRASIL, 1909).

Cunha (2005) afirmou que a formação para o trabalho nas primeiras décadas do Brasil Republicano, de um modo geral, foi um expediente amplamente usado pela classe dirigente, como meio de contenção do que ela considerava “desordem social”.

As primeiras 19 Escolas de Aprendizizes Artífices eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Os Estados do Rio Grande do Sul e Acre não foram contemplados. O Acre havia sido incorporado ao território nacional alguns anos antes. O Rio de Janeiro foi contemplado, mas a escola foi construída no município de Campos dos Goytacazes.

Em Porto Alegre, havia à época uma instituição dedicada à formação profissional - Instituto Técnico Profissional -, atual Escola Técnica Estadual Parobé. Somente em 1917 foi criada a Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, administrada pelo município. No Rio de Janeiro, o município de Campos dos Goytacazes foi atendido em detrimento de Niterói (à época capital do Estado).

No que pesem controvérsias, a opção se justifica em razão de divergências políticas entre o presidente Nilo Peçanha e o presidente do Estado, Oliveira Botelho, que se negara a assegurar as condições necessárias para a instalação da EAA em Niterói, ao tempo em que a Câmara de Vereadores de Campos deliberou pela cessão de um prédio ao Governo Federal para que a instituição se instalasse no município. Outro aspecto a considerar é o fato de Nilo Peçanha ter nascido em Campos. [...] Mais tarde, Nilo Peçanha revelara, em uma publicação sobre sua viagem à Europa, que se tivesse tomado conhecimento a tempo dos bons resultados da educação profissional em alguns países daquele continente teria criado um número maior de EAAs, ao invés de apenas dezenove e uma por Estado. (PEREIRA, 2012).

Na Figura 4 tem-se a espacialização das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909.

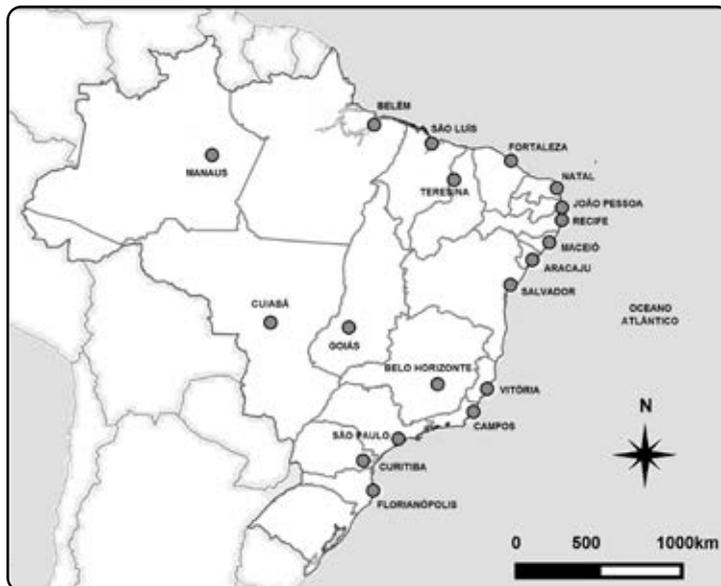


Figura 4 – Distribuição das primeiras 19 Escolas de Aprendizes Artífices em 1909.

Fonte: elaboração própria.

O futuro das 19 Escolas de Aprendizes Artífices ao longo dos últimos cem anos sempre esteve relacionado à trajetória das políticas de desenvolvimento econômico do país. Mesmo que em 1909 o país ainda não fosse industrializado, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) foi importante para preparar os trabalhadores brasileiros para as grandes mudanças que estavam por vir.

Na década de 1930, quando a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e a revolução nacional-desenvolvimentista de 1930 aconteceram, o Brasil enfrentou uma grave crise econômica e viu-se obrigado a adotar o processo de substituição industrial das importações. Isso significava produzir internamente bens que antes eram importados. Para atender a essa demanda de produção nacional, surgiram muitas pequenas empresas especializadas na fabricação de máquinas e equipamentos industriais, principalmente nas cidades industriais que se formaram em São Paulo e no Sul do Brasil. Essas empresas tinham como foco a manutenção das máquinas e equipamentos das novas indústrias de bens de consumo que estavam sendo instaladas no país. Além disso, também fabricavam peças de reposição ou máquinas semelhantes para substituir as importadas.

Em 1937, no governo de Getúlio Vargas, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais através da Lei nº 378. Isso possibilitou uma formação mais especializada para os jovens interessados em seguir carreiras na indústria.

Em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) e os Liceus Industriais foram convertidos em Escolas Industriais e Técnicas. Com a Reforma promovida pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, os alunos que concluíam os cursos técnicos agora podiam ingressar no ensino superior em uma área equivalente à sua formação, o que antes não era permitido. Na década de 1940, surgiram as primeiras Escolas Agrotécnicas Federais e Colégios Agrícolas Federais, que eram instituições de ensino voltadas para o campo e a agricultura. Na gestão do presidente Juscelino Kubitschek, o Brasil passou por um período de grandes investimentos em obras e melhorias nas áreas de energia e transporte. A indústria de carros foi um símbolo desse desenvolvimento, mostrando que o setor industrial nacional estava se fortalecendo. Por volta dos anos 1960, pela primeira vez, a população das cidades ficou maior do que a população rural.

Com a crescente industrialização e a pequena quantidade de vagas no ensino superior, mais pessoas passaram a buscar formação na educação profissionalizante para adquirir habilidades técnicas e conseguir empregos na indústria.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias, recebendo o nome de Escolas Técnicas Federais e ganhando autonomia para decidir sobre os assuntos educacionais e administrativos.

Conforme descrito por Milton Santos (2006), a partir da década de 1970 o mundo passou a conviver com importantes avanços tecnológicos e científicos, com a constituição do chamado meio técnico-científico-informacional. No Brasil, a economia estava em pleno crescimento com a realização de investimentos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento com o objetivo de modernização da indústria mecânica, química e de construção civil pesada. Algumas Escolas Técnicas Federais começaram a oferecer cursos de nível superior, além dos cursos técnicos que já ofereciam.

Em 1978, três Escolas Técnicas Federais, localizadas no Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Essa mudança permitiu que essas instituições formassem também engenheiros e tecnólogos, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento tecnológico e científico do país.

Esse breve resumo tem por objetivo ressaltar que a Rede Federal EPCT vem sendo construída por várias gerações de servidores, superando crises políticas e econômicas ao longo de mais de um século.

Segundo Rubin (2013), em 1987, no Governo do presidente José Sarney, foi implantado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec), para construção de 200 escolas técnicas descentralizadas, mas só foram construídas 50 até 1999. Algumas escolas foram inauguradas sem professores, e outras nem foram terminadas. No ano de 1997 foi lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), proveniente de um acordo entre o governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No começo do primeiro mandato do governo Lula teve início um movimento da Rede para expansão e conclusão de obras paralisadas. Entre os anos de 2005 e 2015 foram construídas mais de 450 novas unidades, em um período que chamamos de “Dez anos gloriosos da educação profissional”.

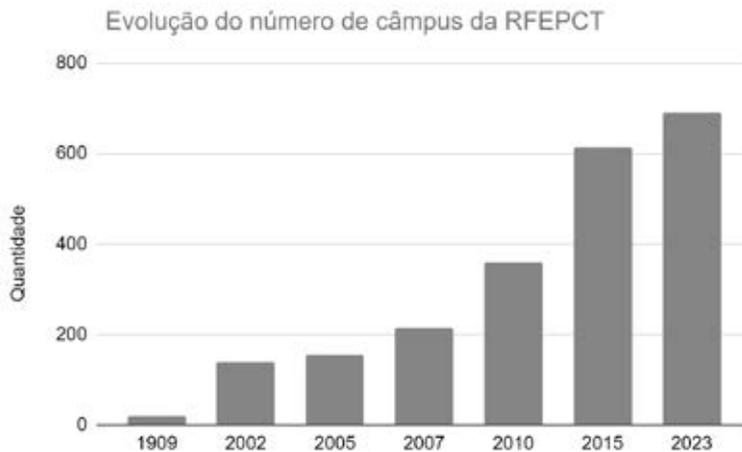


Figura 5 – Evolução do número de câmpus da RFEFCT

Na imagem a seguir, tem-se o registro do ponto de inflexão e retomada dos investimentos na expansão da Rede Federal, que foi o evento realizado em 24 de junho de 2005 em Brasília, quando o CONCEFET apresentou um conjunto de expectativas ao presidente Lula.



Figura 6 – Evento sobre a Educação Profissional e Tecnológica
Fonte: Agência Brasil – EBC

A seguir mostramos um extrato do discurso do prof. Luiz Edmundo Aguiar nesse evento:

“Sr. Presidente, continuamos esperançosos e confiantes no Governo de Vossa Excelência, comprometido com valores amplamente defendidos e divulgados por todos os que fazem a Educação Pública Profissional e Tecnológica no País. O conhecimento, transformado em opções tecnológicas que superem os obstáculos e concedam o direito de liberdade a homens e mulheres na busca de uma vida mais digna e mais humana, será sempre a razão maior da existência de nossas instituições. Acreditamos no seu projeto de desenvolvimento brasileiro. É exigência deste projeto que todas as políticas públicas, em particular, a política de educação profissional e tecnológica, estejam comprometidas com a inclusão social de milhões de brasileiros no mundo do trabalho e na efetiva cidadania, com o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e com a diminuição das vulnerabilidades, sejam econômicas, culturais, científicas ou tecnológicas. Buscamos, Sr. Presidente, uma profissionalização sustentável com uma base sólida de capacitação, qualificação social e inovação tecnológica, e comprometida com a garantia dos direitos sociais do trabalhador, necessidade primordial para o projeto de nação e para o projeto de desenvolvimento sustentável que este Governo propõe e que o país necessita. A proposta construída conjuntamente com o Ministério da Educação que concretiza o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, vem reafirmar o papel de nossa Rede no desenvolvimento de ações fortalecedoras de sua missão: apoiar o desenvolvimento do País por meio da inovação tecnológica, da educação permanente e da inclusão social. Será uma oportunidade ímpar, aqui cito a proposta de decreto, para minimizar a gravidade dos problemas enfrentados pelo trabalhador que precisa cursar o ensino médio para manter-se em seu emprego, ou o desempregado que precisa estudar no ensino médio para conseguir uma colocação profissional, e, muitas vezes, vislumbra na formação profissional uma possibilidade de melhorar a vida, ou de ter uma função mais especializada e, conseqüentemente, melhor remunerada” (AGUIAR, 2005).

Discurso completo disponível no site: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_concefet.pdf.

Concomitantemente ao processo de expansão, a última mudança foi aprovada em 2008 por meio da Lei n.º 11.892/2008. Na atualidade, a Rede Federal conta com quase 700 câmpus.

A alteração teve início a partir da publicação do Decreto n.º 6.095 (24 de abril de 2007) e da Chamada Pública 02 (12 dezembro de 2007), que possibilitaram que as instituições da RFEPCCT aderissem voluntariamente à transformação em Institutos Federais.

4

A nova institucionalidade

“As pessoas têm medo das mudanças. Eu tenho medo que as coisas nunca mudem.” Chico Buarque



Figura 7 – Conferência Nacional de EPT – 5 a 8 de novembro de 2006.

Fonte: portal do MEC

No ano de 2005, a Rede Federal EPCT era composta pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), por Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), pelas Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), pela Escola Técnica Federal de Palmas, pelas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnED) e pelos Colégios Técnicos Vinculados às Universidades. Era responsável por aproximadamente 10% das escolas profissionais do

Brasil. Em 2005, segundo Censo da Educação Básica, havia 602 escolas profissionais estaduais, 130 escolas profissionais municipais e 2.178 particulares (INEP, 2005).

Após a transformação do CEFET-PR em UTFPR, diversas outras instituições haviam aprovado em seus Conselhos Diretores propostas de transformação em Universidade Tecnológica. No entanto, o MEC optou por apresentar aos dirigentes da RFEPCT um modelo diferente da UTFPR, capaz ao mesmo tempo de preservar a oferta dos cursos técnicos e ampliar a de cursos superiores e de licenciaturas.

Segundo o prof. Getúlio Ferreira, no último ano do primeiro governo Lula, o ministro da educação, prof. Fernando Haddad, havia feito um grande trabalho junto ao MEC, consolidando o PROUNI e entregando 60 novas unidades em todo o território nacional. Em sua campanha para a reeleição, o presidente Lula havia prometido avançar ainda mais na construção de novas escolas de educação profissional.



Figura 8 – Lançamento solene do Plano de Expansão 1 – 26/1/2006

Fonte: Agência EBC

O objetivo era construir mais 150 escolas no segundo mandato, muito mais do que havia sido feito em toda a história da educação profissional brasileira. No entanto, os indicadores sobre a escassez de professores nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia eram preocupantes e indicavam que o país estava caminhando para um apagão da docência. Havia um déficit de

mais de 50 mil professores de Física. O governo federal já havia criado o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) no ano de 2006, com o objetivo de formar professores por meio da modalidade de Educação a Distância. Para o ministro Haddad, os estados não tinham condições financeiras de criar um grande programa de formação, salvo raras exceções. O governo federal chegou a pensar na criação de um grande centro federal de formação de professores, quando optou pelo modelo da UAB (Universidade Aberta do Brasil).

No final de 2006, era visível o sucesso do Plano de Expansão I e a necessidade emergencial de formação de professores. A equipe do MEC concebeu, então, a ideia de investir parte dos recursos que seriam priorizados para a ampliação da oferta de cursos de licenciaturas na Rede Federal.

Contudo, o problema era que a Rede, naquele momento, era um “mosaico”, expressão utilizada pela educadora Jaqueline Moll, composto por 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, uma Universidade Tecnológica Federal e uma Escola Técnica Federal. No final de 2006, o então secretário da Educação Profissional, professor Eliezer Pacheco, visitou o CEFET-SP e apresentou uma proposta de sua transformação no Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Essa conversa antecedeu o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação realizado no dia 24 de abril de 2007, quando a proposta de implantação dos Institutos Federais tornou-se pública por meio do Decreto n.º 6.095/2007. A partir de então foram realizados diversos seminários e reuniões em todo o país para esclarecimento.

O CONCEFET se reuniu em Recife entre os dias 12 e 13 de julho para adotar um posicionamento conjunto sobre o Decreto. Foram encaminhadas ao MEC as seguintes proposições:

- Adoção de um processo de implantação disposto em lei única;
- Inclusão dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFET) entre as entidades que constituem o Sistema Federal de Educação Superior, com prerrogativas equivalentes à universidade caracterizadas em toda legislação que trata desse nível de ensino;
- A implementação pelo Ministério da Educação de política de apoio que garanta iguais condições (recursos humanos e materiais) aos atuais CEFET e à ETF-Palmas para a transformação em IFET;

Institutos Federais dos brasileiros

- A adoção de providências para implantação de um Plano de Cargos e Carreira de Professores da Educação Tecnológica – PCCPET, consoante com as prerrogativas da nova Instituição, e que assegure os direitos hoje consignados em lei aos atuais quadros do ensino do 1º e 2º graus e do ensino superior dessas instituições;
- Garantia do processo de escolha do Dirigente Máximo dos IFET a partir de eleição direta, de acordo com o que dispõe a legislação em vigor sobre o processo de escolha dos Diretores-gerais dos CEFET;
- Garantia de que as prerrogativas e objetivos dos IFET tenham como base a preservação das conquistas históricas da rede de CEFETS e ETF-Palmas – a fim de reafirmar seu trabalho educativo em favor do desenvolvimento da nação brasileira, entre os quais se incluem: a natureza pública das instituições e a coexistência do ensino técnico, superior (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão;
- A criação, em lei, de um Fundo de Financiamento e Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, a fim de garantir de modo definitivo à Educação Profissional e Tecnológica o seu caráter estratégico e, ao mesmo tempo, inseri-la no rol das Políticas de Estado.

Os CEFETs do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que haviam sido transformados em CEFET juntamente com o CEFET do Paraná, em 1978, e que apresentavam os requisitos básicos necessários para a transformação em universidade, argumentaram que a transformação em Instituto significaria um retrocesso acadêmico, pois já contavam com graduação consolidada, com programas de mestrado e projetos de implantação do doutorado. Por isso não poderiam atender aos percentuais de 50% de vagas nos cursos técnicos.

Na reunião com os dirigentes da Rede, realizada em junho de 2007, o ministro da Educação Fernando Haddad enfatizou que o MEC estaria disposto a iniciar com um ou dois institutos como piloto, mas que esperava que a Rede pudesse seguir o modelo. Na prática, a equipe do MEC se mobilizou de forma intensa para convencer as instituições federais a aderirem ao conceito dos Institutos Federais.

“Algumas pessoas me perguntaram por que não se constroem

150 unidades e pronto? Penso que esse é o momento de refletir sobre o novo papel da Rede EPT. Há um momento em que a qualidade se transformou em quantidade com a ampliação do número de câmpus. Há aderência da missão institucional ao desenvolvimento nacional. Por isso vivemos um momento histórico novo. Temos que pensar a EPT para 20 anos [...]. A Rede está madura para enfrentar esse desafio de escala. Se não estivéssemos construindo tantas escolas não haveria sentido a discussão do novo desenho da rede.” (HADDAD, 2007).



Figura 9 – Esclarecimentos sobre as diretrizes dos Institutos Federais
Junho de 2007 – Fonte: MEC – Vídeo disponível em:
<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>

A equipe da SETEC realizou apresentações em todas as regiões para esclarecimento de dúvidas. Também foram realizadas reuniões com reitores das universidades federais para que as escolas vinculadas fizessem parte do novo desenho de Institutos Federais. Mas essa ação não teve o resultado esperado, uma vez que apenas oito das 32 unidades vinculadas foram liberadas para fazerem parte dos Institutos Federais.

ANEXO II

Escolas Técnicas Vinculadas que passam a integrar os Institutos Federais

Escola Técnica Vinculada	Instituto Federal
Colégio Técnico Universitário – UFJF	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Colégio Agrícola Nilo Peçanha – UFF	Instituto Federal do Rio de Janeiro
Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges - UFF	Instituto Federal Fluminense
Escola Técnica – UFPR	Instituto Federal do Paraná
Escola Técnica – UFRGS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati – FURG	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC	Instituto Federal Catarinense
Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes – UFSC	Instituto Federal Catarinense

Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-normaatuualizada-pl.pdf>

Fonte: Lei n.º 11.892/2008

Houve diversas reações à proposta governamental de mudança trazida pelo Decreto n.º 6.095/2007, porque ele alterava radicalmente a concepção e a estrutura das Escolas Agrotécnicas, CEFETs, Escolas Técnicas Federais e Escolas Vinculadas às Universidades Federais.

Algumas instituições que, por sua condição de autarquia eram mais independentes, ao se tornarem parte de uma instituição nova perderiam na prática o poder de decisão.

A novidade trazida pelos Institutos Federais gerou muitos debates. As pessoas não sabiam exatamente o que seria essa nova instituição e tentaram atribuir a ela um significado usando suas memórias e referências culturais. Por isso, houve diferentes reações à proposta do ministro.

Em 2008, enquanto o Projeto de Lei nº 3.775/2008 estava em tramitação no Congresso Nacional, foi lançada a Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Nesta primeira edição, o Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação (CONCEFET) publicou uma importante manifestação.



Figura 10 – Capa do manifesto do CONCEFET (2008)

Fonte: Projeto Memória – IFRS – Disponível em: <https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com>

“A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no bojo do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, representa o referendo do governo no sentido de colocar com maior destaque a educação tecnológica no seio da sociedade como instrumento vigoroso no trabalho de construção, resgate de cidadania e transformação social. A autonomia que lhe é reafirmada e ampliada poderia soar contraditória quando conjugada com o traçado de seu horizonte de atuação não fosse a decisão já firmada por essas instituições como sua identidade por toda a trajetória de um século de trabalho. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ganham um espaço exponencial de atuação visceralmente vinculado a um projeto de país que, na diversidade, na multiplicidade que lhe é peculiar, define seu traçado. Assim, a responsabilidade que toma para si no universo da educação na sociedade brasileira, ao definir como meta central o desenvolvimento humano, intrinsecamente vinculado a uma proposta de trabalho enraizada com a realidade, a Rede Federal de Educação Tecnológica traz para dentro de seu lócus o compromisso com uma população diversificada, em diferentes estágios de formação, com desafios de vida cada vez mais complexos, cidadãos que alimentam expectativas bastante promissoras de vida.

Cabe ressaltar, no entanto, que, por sua trajetória histórica, essas instituições possuem uma identidade com as classes menos favorecidas e com um trabalho no sentido da emancipação. É neste sentido que desenha diferentes traçados de formação, cria caminhos libertadores também para aqueles que não puderam realizar uma trajetória de formação acadêmica, como seria de seu direito, se afastaram dos bancos escolares e voltam em fase adulta, com sua bagagem de vida, para resgatar sua cidadania; constrói caminhos alternativos para grupos organizados que almejam, de forma empreendedora, em parceria com comunidades organizadas, resgatando o sentimento de pertencimento à sociedade; atinge comunidades antes não imaginadas quando dialoga com municípios das regiões próximas, construindo com as instâncias do poder público possibilidades diversas no sentido do acesso ao conhecimento, à produção científica e às novas tecnologias; dialoga com o setor produtivo no sentido de atender às exigências na formação do cidadão produtivo. Na outra ponta, por se depararem com a ampliação deste naipe de possibilidades, não seria possível um tratamento acadêmico de qualidade ao trabalho sem estruturar de forma bastante delineada a pesquisa e a extensão, com comprometimento com a inovação tecnológica, como forma de garantir a propriedade de suas ações e elevar significativamente o nível do trabalho na produção e democratização do conhecimento, daí sua decisão de ampliar ações nessas duas vertentes, construindo o tripé que constitui um espaço universitário. É importante ressaltar que da diversidade de seu público, do mosaico que constitui a diversidade da sociedade brasileira, essas instituições extraem elementos para construir seu projeto de educação profissional e tecnológica, sua identidade, pois reconhecem que congregam, em tom de esperança, vozes que lutam por um mundo mais digno e ético” (CONCEFET, 2007).

A estrutura multicâmpus dos Institutos Federais era comum em diversas universidades brasileiras, por exemplo, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), dentre outras.

Mas a estrutura multicâmpus dos Institutos distingue-se das universidades principalmente pela verticalização de seus cursos, podendo oferecer formação inicial e continuada, cursos técnicos em diversas modalidades (concomitante, subsequente, etc.), até cursos de bacharelado e de pós-graduação, abrigando, também, inovação, pesquisa e extensão. Por força de lei são obrigados a ofertar, no mínimo, 50% de vagas em cursos técnicos e 20% em cursos de licenciatura.

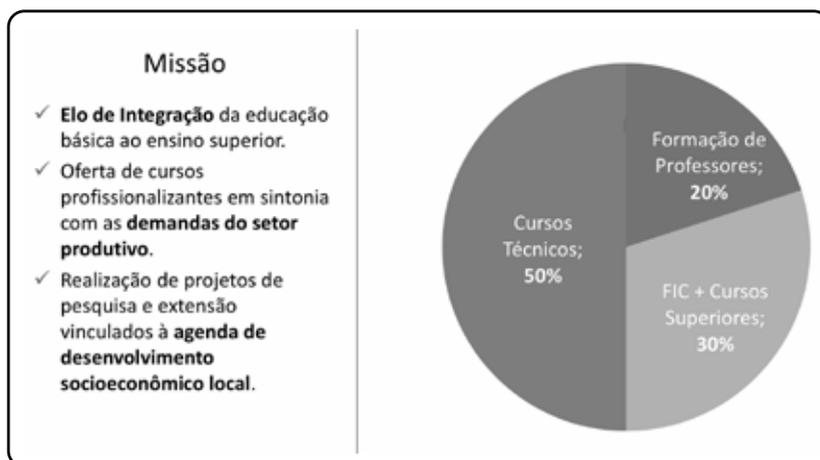


Figura 11 – Representação da obrigatoriedade legal de oferta de cursos dos Institutos Federais.

Na Figura 12, tem-se a espacialização dos 38 Institutos Federais. Os Estados da Bahia e de Pernambuco possuem dois Institutos Federais cada. O Estado de Minas Gerais possui cinco, Santa Catarina dois, Rio Grande do Sul três, Rio de Janeiro dois e Goiás também dois. Na Figura ainda são representados os dois CEFETs, o Colégio Pedro II (CPII) e a UTFPR, que igualmente fazem parte da RFEPCT.



Figura 12 – Espacialização das reitorias da RFEPC.
Elaboração própria

Para Pacheco² (2010), é na territorialidade e em seu modelo pedagógico que os Institutos Federais podem encontrar os elementos de definição de sua identidade. Nos estados em que havia Escolas Agrotécnicas com forte tradição agrária e CEFETs atuando na área industrial e de serviços, nem sempre foi possível a união das estruturas.

Em 19 estados e no Distrito Federal foi possível constituir um instituto por unidade federada. Porém, onde havia um maior número de autarquias com tradições institucionais muito diferenciadas, tal unificação tornou-se bastante complexa. Considerando essas dificuldades, que inclusive levaram à organização de alguns Institutos Federais a partir de escolas agrícolas, as diretrizes apontadas não foram integralmente observadas, tendo prevalecido os consensos possíveis naquele momento (PACHECO, 2010).

Com isso, a configuração territorial dos Institutos Federais apresentou algumas inconsistências, com alguns câmpus localizados nas proximidades de uma determinada Reitoria, mas subordinados a outra.

Para o atual secretário da SETEC, prof. Getúlio Ferreira, em entrevista concedida para o livro digital “Transformação do CEFETSC em IFSC”, os Institutos Federais cumprem o papel para o qual foram criados.

² Prof. Eliezer Moreira Pacheco foi secretário da Educação Profissional do MEC entre os anos de 2006 a 2012.

“É importante frisar que, quando se analisa pontualmente, cada instituição tem a sua especificidade e seus avanços seguem ritmos diferenciados com base em suas histórias, seus graus de desenvolvimento seja no ensino, na pesquisa, na extensão, na inovação, em suas práticas democráticas ou em suas políticas afirmativas de inclusão social. É inquestionável, no entanto, o papel transformador que os institutos exercem em seus lócus de atuação, e serão reconhecidos, com certeza, nos estudos futuros que enfoquem a contribuição desses entes para o desenvolvimento local e regional. O saldo é altamente positivo, pela oportunidade de inserção de uma grande parte dos seus câmpus em programas de busca da inovação, de desenvolvimento de pesquisas, de extensão, de apoio às comunidades, dentre outros, com a participação efetiva de seus docentes, administrativos, equipe pedagógica e, especialmente, de seus alunos, em cumprimento ao papel transformador dos Institutos Federais” (FERREIRA, 2013).

A seguir temos o registro do ato de assinatura da Lei n.º 11.892/2008 no Palácio do Planalto.



Figura 13 – Ato solene de assinatura da Lei dos Institutos Federais
Fonte: Agência EBC (2008)



Figura 14 - Ato solene de assinatura da Lei dos Institutos Federais

Fonte: Agência EBC (2008)

Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil//galeria/2008-12-28/29-de-dezembro-de-2008>

Na Figura 15 abaixo mostramos uma linha do tempo desde as Escolas de Aprendizes Artífices, onde fica evidente que a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica é uma conquista coletiva, construída ao longo de mais de um século por milhares de estudantes e servidores.



Figura 15 – Linha do tempo da Rede Federal – MEC (2023) – cortesia: Marcelo Bregagnoli

ANEXO I

Localidades onde serão constituídas as Reitorias dos novos Institutos Federais

Instituição	Sede da Reitoria
Instituto Federal do Acre	Rio Branco
Instituto Federal de Alagoas	Maceió
Instituto Federal do Amapá	Macapá
Instituto Federal do Amazonas	Manaus
Instituto Federal da Bahia	Salvador
Instituto Federal Baiano	Salvador
Instituto Federal de Brasília	Brasília
Instituto Federal do Ceará	Fortaleza
Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória
Instituto Federal de Goiás	Goiânia
Instituto Federal Goiano	Goiânia
Instituto Federal do Maranhão	São Luís
Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba
Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Instituto Federal do Pará	Belém
Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa
Instituto Federal de Pernambuco	Recife
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Petrolina
Instituto Federal do Piauí	Teresina
Instituto Federal do Paraná	Curitiba
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves
Instituto Federal Farroupilha	Santa Maria
Instituto Federal Sul-rio-grandense	Pelotas
Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho
Instituto Federal de Roraima	Boa Vista
Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis
Instituto Federal Catarinense	Blumenau
Instituto Federal de São Paulo	São Paulo
Instituto Federal de Sergipe	Aracaju
Instituto Federal do Tocantins	Palmas

Um dos principais argumentos utilizados para a formulação do projeto dos Institutos Federais foi a possibilidade de sua organização em rede³. Antes de 2008, a RFEPCT era constituída de mais de uma centena de autarquias, que praticamente não compartilhavam suas experiências e boas práticas.

Santos (2012), em seu livro “A Natureza do Espaço”, afirmou que o caráter polissêmico do conceito de redes acaba afrouxando seu sentido. Há dois grupos: aquele que considera apenas sua realidade material – objetos fixos no espaço e que articulam os locais (infraestrutura de transporte, energia e informação) e aquele que considera a rede como um dado social ou político formado por pessoas, valores sociais e informações que por ela circulam. O conceito que melhor se aplica à RFEPCT é o de rede normativa, uma vez que os seus mais de 670 câmpus e quase 40 Reitorias se organizam a partir dos mesmos fundamentos legais.

Há múltiplas relações que se processam entre as reitorias e os câmpus, entre a Secretaria de Educação Profissional (SETEC) e os Institutos Federais e entre o CONIF e a SETEC. Os Diretores-Gerais dos câmpus da RFEPCT se encontram anualmente na Reunião de Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC). Os Reitores dos Institutos Federais, Colégio Pedro II, CEFET-MG e CEFET-RJ se articulam por meio de reuniões do CONIF, discutindo ações integradas para desenvolver a educação profissional, científica e tecnológica. Os pró-reitores e diretores sistêmicos de áreas afins também se articulam por meio de diversos Fóruns Nacionais tais como o Fórum dos Pró-Reitores de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FORPOG), o Fórum de Gestão de Pessoas (FORGEP), o Fórum de Planejamento (FORPLAN), o Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI), o Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), o Fórum de Educação do Campo (FORCAMPO), o Fórum dos Assessores de Relações Internacionais (FORINTER), o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT) e o Fórum de Tecnologia da Informação (FORTI). Os diretores dos câmpus de uma mesma autarquia se reúnem periodicamente no Colégio de Dirigentes.

³ Recentemente a noção de rede tornou-se onipresente, principalmente a partir de discursos em que aparecem como sujeitos capazes de criar condições sociais inéditas e de estruturar os territórios. Mas “a rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais” (DIAS, 2007, p.23).

Dentro de uma autarquia existem fluxos de informações e pessoas que circulam entre os câmpus e entre os câmpus e a Reitoria. É comum professores e Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) de diferentes câmpus se reunirem para discutir soluções integradas para problemas pedagógicos e administrativos. A existência das redes técnicas, principalmente de telecomunicações (internet e telefonia), tem sido fundamental para integração dos diferentes câmpus que estão distribuídos em distâncias que chegam a mais de 1.000 km das respectivas reitorias.

Na Figura 15 mostrada a seguir tem-se a espacialização dos câmpus da Rede Federal EPCT em 2023.

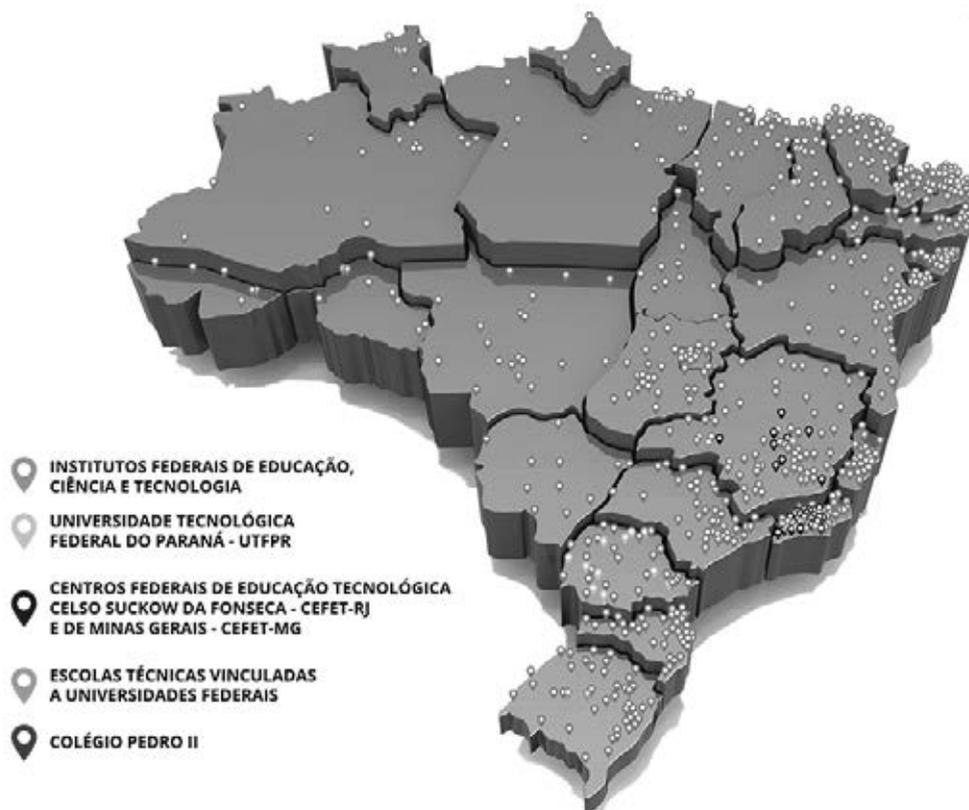


Figura 15 – Ilustração da espacialização da Rede Federal EPCT

Fonte: MEC (2023)

5

Depoimentos



Prof. Luiz Edmundo Vargas de Aguiar

ex-reitor do IFRJ

<http://lattes.cnpq.br/6146128324848597>

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Paulo Freire

A história dos Institutos Federais e a consequente expansão da rede federal estão entrelaçadas com a própria história dos trabalhadores, sua inserção no mundo do trabalho e suas conquistas. Lembro-me de um discurso que fiz em 24 de junho de 2004, quando na condição de presidente do CONCEFET entreguei ao presidente Lula e ao então ministro da Educação, Tarso Genro, o Projeto de Expansão da Rede Federal de EPCT, que visava derrubar todo entulho autoritário e amarras neoliberais que limitavam as ações de nossas Escolas.

Junto ao Projeto, também entregamos um relatório com informações detalhadas sobre as necessidades de uma expansão e investimentos imprescindíveis para a rede. Havia uma demanda reprimida em todo o país para a criação de novos câmpus. Mas havia também a proibição do governo federal anterior, de construir novas unidades, sem que se fizesse parcerias com governos estaduais, municipais, e iniciativa privada. Nossa primeira grande luta foi para alterar a legislação vigente naquele momento e remover todo “entulho” restritivo de governos anteriores. E sabíamos que isso só poderia ser feito com forte apoio parlamentar. A lei impunha que a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderia ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Naquele momento percebemos que precisaríamos de forte apoio parlamentar e unidade entre todos os entes envolvidos. Neste contexto foi criada a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica, com a organização da primeira reunião com dirigentes da RFEPCT, e forte presença de deputados e deputadas de um amplo espectro partidário, que ocorreu no Salão Verde da Câmara dos Deputados. Interessante observar que neste ato todos usavam um capacete verde, desses utilizados em canteiros de obra, para simbolizar o caráter daquele ato, repetindo o que nós dirigentes havíamos feito dias antes, quando ocupamos o mesmo espaço, publicizando nossas reivindicações, chamando a atenção dos parlamentares para a importância da educação profissional. Com uma faixa com os dizeres: “SENHOR PARLAMENTAR, APOIE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”, nos posicionando na entrada do plenário da Câmara dos deputados, vestindo capacetes de proteção verdes que havíamos adquirido para esse ato.

Ficamos ali na entrada do plenário segurando a faixa, quando, sendo notados, os deputados Alex Canziani (PTB), Irineu Colombo e Fátima Bezerra (PT), Daniel e Alice Portugal (PCdoB), nos chamaram para o Plenário e me disponibilizaram, na condição de presidente do nosso Conselho, um tempo para que eu pudesse expor os motivos daquela manifestação. Fiz um discurso de improviso em defesa da educação profissional do qual muito me orgulho, por acreditar que aquele momento foi um divisor de águas no processo de valorização da nossa rede.



Foto de lançamento da FPDEP
Cortesia do prof. Luiz Edmundo Aguiar.

Por exemplo, foi a partir desse discurso e da conseqüente formação da Frente Parlamentar que recebemos a liberação da primeira emenda parlamentar coletiva da Câmara dos Deputados, um marco muito significativo em nossa história. A frente, de caráter suprapartidário, recebeu imediatamente a adesão de 187 parlamentares para sua criação.

Os objetivos da Frente eram apoiar a Educação Profissional como fator relevante no novo modelo de desenvolvimento do país; contribuir para uma política de Educação Profissional em sintonia com esse modelo, com ênfase no caráter público; contribuir para a implementação de uma política de financiamento da Educação Profissional, e garantir a alocação de recursos para o ensino Profissional e para o PROEP, o Programa de Expansão da Educação Profissional.

Concomitantemente a isso, e articulados com o ministro da Educação, elaboramos um documento para ser entregue ao presidente Lula. No documento estavam organizadas as informações históricas da rede federal e os motivos para a necessidade de revogação do Decreto nº 2.208 e das demais leis e decretos que impediam que o governo federal construísse novas unidades escolares e que resgatasse a possibilidade de voltarmos a oferecer a formação profissional de nível técnico na modalidade de cursos integrados, onde a formação propedêutica pudesse voltar a compor as matrizes curriculares de nossos cursos. O documento tinha uma análise sobre o que era educação profissional e tecnológica até aquele momento, tinha um histórico e também uma fundamentação teórica das mudanças que precisavam vir. Havia um represamento das expectativas de expansão. Várias escolas já haviam feito contato com as prefeituras nesse sentido. No Rio de Janeiro, por exemplo, o prefeito de Paracambi doou uma linda fábrica do século XIX, tombada, para que o então CEFET de Nilópolis (hoje IFRJ) implantasse um novo câmpus. Assim que a lei foi revogada, vários diretores começaram a solicitar recursos e funções gratificadas para gerir essas escolas que estavam sendo criadas. O MEC então organizou esse relatório em um único documento, que foi apresentado ao presidente Lula como elemento de sensibilização. As primeiras escolas não estavam dentro de nenhum plano de expansão e por termos diversas unidades em condições ainda precárias houve aceleração da estruturação do Primeiro Plano de Expansão da RFEPCT pelo MEC.

A partir dessa reunião e do compromisso do presidente Lula, foram

aprovados o Decreto n.º 5.154/2004, que permitia articular e integrar esforços em prol do fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, apontando para a flexibilização curricular, tendo como meta a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras. E a aprovação da Lei n.º 11.195/2005, alterando o artigo da Lei n.º 8.948/1994, que limitava nossas ações: a nova redação definiu que a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorreria, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. A palavra preferencialmente fez toda a diferença.



Recebimento da Comenda Nilo Peçanha no REDITEC – 2007
com o ex-Diretor do CEFET-RJ Miguel Badenes.

Mas, apenas a expansão de nossa rede não daria conta dos desafios que nossa sociedade, em enormes transformações, exigia. Era preciso algo novo, que se articulasse com os anseios dos trabalhadores, e que colaborasse como um instrumento de sua emancipação. Daí, foi construído o projeto dos Institutos Federais. Algo inovador, que possa articular ensino, pesquisa e extensão de forma dialética com as aspirações da sociedade e do mundo do trabalho. Foi preciso elaborar uma matriz que, amparada em princípios da politecnia,

colocasse os trabalhadores no centro do processo de formação; que dialogasse com o mundo do trabalho e não com o mercado, que contribuiria com os arranjos produtivos e culturais locais, auxiliando no desenvolvimento local e regional, mas sempre tendo o indivíduo como centro de nossas ações.

O governo Lula, naquele momento, diversificou as ações da educação profissional e a nossa rede passou a assumir mais protagonismo. Em alguns estados do Norte e do Nordeste, hoje, os Institutos Federais são o carro-chefe do desenvolvimento regional. No interior, os câmpus chegaram para mudar as cidades. A interiorização é o grande motor da democratização do acesso à educação, tanto quanto às cotas, inclusive.

A Educação Profissional e Tecnológica é, certamente, o melhor caminho para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica. Nossa sociedade ainda apresenta um forte traço de exclusão e desigualdade. Essa marca se aprofunda quando observamos a periferia dos grandes centros urbanos ou nos aproximamos do interior do país. Por sua história, por sua importância, por sua relação dialética com a sociedade e por sua competência, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem contribuído fortemente para a redução dessa desigualdade e exclusão. Sua oferta de cursos sintonizada com o desenvolvimento local e regional, sua pesquisa aplicada notadamente tecnológica e sua capilaridade são fatores determinantes para que se apresente como melhor opção do sistema educacional, para contribuir com as políticas públicas de um governo comprometido com os anseios de seu povo.

Depoimento em vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>





Prof. Antônio Carlos Barum Brod

ex-Reitor do IFSUL

<http://lattes.cnpq.br/5277925597862839>

Em um primeiro momento, a ideia de transformação em Institutos Federais causou certa surpresa. Eu estava começando meu segundo mandato como Diretor-Geral do antigo CEFET Pelotas e fomos chamados a Brasília. Soubemos que havia um apontamento de que uma nova institucionalidade estava para ser construída na Rede Federal, que viria a substituir os CEFETs. Lá conversamos com o professor Eliezer, o professor Getúlio, que hoje é o secretário da SETEC, e com o Gleison Rubin. Os ‘Institutos Federais’ foram apresentados como uma condição diferenciada multicâmpus e como um modelo inédito. No CEFET, já tínhamos três unidades descentralizadas: Sapucaia, Passo Fundo e Charqueadas. Havia grupos bem radicais contrários à nova proposta e defendiam fortemente a continuação do modelo anterior. Algumas pessoas não entendiam a transformação como algo positivo. Compreendiam que o CEFET perderia sua condição de protagonista, como uma autarquia única, e que os câmpus poderiam tornar-se pequenas autarquias, o que tiraria um pouco de poder político do CEFET, no sentido institucional.

Com o andamento das discussões internas, realizadas sempre em plenárias abertas, pude apresentar as várias etapas do processo de implantação, no sentido de que pudéssemos analisar em conjunto as vantagens da transformação. Assim sendo, ao término de várias reuniões, a maioria da comunidade aceitou bem o projeto porque entendia que a verticalização e a possibilidade de oferta de cursos superiores dariam um novo impulso na Rede Federal. Seria um bom processo, desde que mantida a obrigatoriedade de 50% de vagas no ensino técnico.

Não contávamos com essa nova forma de ver a Rede Federal constituída,

mas participamos de uma série de reuniões que foram mostrando a importância da transformação associada à expansão da Rede Federal e a oportunidade que se abria para cidades que não tinham condições de receber uma instituição federal de ensino gratuito e de qualidade. Elas teriam a possibilidade de receber um curso de graduação, atendendo aos arranjos produtivos locais (APLs) e, conseqüentemente, às necessidades daquela região, promovendo o desenvolvimento. Minha visão daquele momento de criação dos Institutos Federais é altamente positiva. Superamos as dificuldades da consolidação mesmo sem conhecimento dos desafios que nos aguardavam. Fui eleito para ser Diretor-Geral de um CEFET, que eu conhecia bem e já estava lá há 30 anos. Essa nova institucionalidade ninguém conhecia e no final foi um grande prazer construir oito novos câmpus. Ainda deixamos três já projetados para serem implementados. Criamos novos cursos de graduação, como as engenharias, os cursos de pós-graduação e tudo mais.

Houve toda uma construção de regulamentação realizada por nós e pela SETEC. No final de 2008, foi publicada a Lei n.º 11.892/2008 criando essa nova entidade, que são os Institutos Federais e que aí estão até hoje. Passamos por três fases de expansão e muitas cidades tiveram a oportunidade de receber essa nova forma de ver o ensino, a pesquisa e a extensão. Nossa defesa sempre foi que tivéssemos a expansão como uma política ancorada em uma boa infraestrutura dos câmpus, porque o expansionismo por si só pode acarretar problemas para a rede lá no futuro. A ideia era ter um Instituto por estado. Mas acontece que no Rio Grande do Sul já tínhamos três CEFETs: CEFET-RS, que hoje é o IF-Sul, o CEFET de Bento Gonçalves, que acabou sendo a matriz do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, e o CEFET de São Vicente do Sul, perto de Santa Maria, que se juntou com a EAF de Alegrete e se tornou o IF-Farroupilha.

Nós já tínhamos dentro do CONCEFET três Diretores-Gerais: eu, o professor Caio (Carlos Alberto Pinto), de São Vicente do Sul, e a professora Cláudia, de Bento Gonçalves. Nós discutimos isso nas reuniões porque entendemos que seria praticamente impossível desfazermos três grandes autarquias para construir apenas um Instituto Federal no RS. O professor Eliezer Pacheco, que é daqui do Rio Grande do Sul e conhecia bem a nossa estrutura, compreendeu o problema. Também tivemos o apoio dos demais integrantes da SETEC no sentido de que o melhor seria que quem era CEFET se transformasse em Institutos Federais e por isso acabamos ficando com os três institutos. Também enfrentamos um problema de onde instalar a sede dos Institutos Federais.

Desde a origem da Rede Federal, no Rio Grande do Sul, não havia nenhuma Escola Técnica Federal em Porto Alegre. O MEC queria instalar uma reitoria em Porto Alegre. Até então o MEC dizia que, para ter o nome do estado na Instituição, ela deveria estar na capital. Houve uma certa discussão interna, mas nós entendemos que deveria continuar com a reitoria na mesma localidade. Lá no CEFET do Paraná, com a transformação em Universidade Tecnológica, gradualmente ocorreu o fechamento dos cursos técnicos.

O grande diferencial da Lei n.º 11.892/2008 foi a garantia de 50% de vagas no Ensino Técnico, o que nos deu uma proteção contra a extinção destes cursos em decorrência do crescente academicismo da instituição. Como passamos a atuar em todos os níveis, isso acabou sendo algo natural. Muitos servidores novos chegaram sem conhecer a nossa história e sem entender nossa cultura centenária de educação profissional. Quinze anos depois, olhando os dados dos Institutos Federais, constatamos que conseguimos preservar metade das matrículas em cursos técnicos. Poderia ter sido até maior esse percentual, talvez 60%.

No passado, já existiam cinco CEFETs que eram chamados de Cefetões, com estruturas mais próximas das universidades tecnológicas. E isso era uma preocupação da rede porque, se tivessem sido transformados em universidades, haveria muita pressão para seguirmos o mesmo caminho. Preponderante, a construção do projeto dos Institutos tinha por objetivo levar para as cidades menores o ensino médio profissionalizante, para que aqueles jovens que saíssem do ensino fundamental tivessem a oportunidade de uma formação técnica. Então não era razoável criar uma entidade onde os cursos técnicos deixassem de existir, pois nascemos dentro dessa concepção. Essa discussão foi bastante forte e chegamos à conclusão de que, apesar da verticalização e da obrigatoriedade dos cursos de graduação e de pós-graduação, deveríamos manter 50% de matrículas no ensino técnico. Grande parte dos servidores, professores e colegas técnicos administrativos eram oriundos do próprio CEFET e já conheciam a história e o modelo de formação profissional. E muitos não tinham uma carreira acadêmica em nível de doutorado. Por isso, fui um dos protagonistas da regulamentação do Reconhecimento de Saberes e Competências. A RSC nasceu de uma reunião com o ministro Fernando Haddad em que contestei os valores da Retribuição de Titulação pagos aos que possuíam apenas cursos de graduação em comparação com os mestres e doutores. Ele abriu a hipótese de discussão de como reduzir essa diferença e por isso houve a inclusão da RSC na Lei n.º 12.772/2012.



Reunião na Secretaria da Ciência e Tecnologia do RS, com o secretário Eduardo Macluf e a professora Cleia Salles (2010).

Quem ingressa hoje no IFSul deve agradecer e valorizar muito essa instituição porque, apesar dos problemas educacionais que enfrentamos, os Institutos Federais são ilhas de excelência. Somos servidores públicos e temos que servir ao público da melhor maneira possível. Temos que ter amor pela causa e respeitar a história da instituição, pois a instituição nos oportuniza o crescimento pessoal e profissional. Temos afastamento para capacitação remunerada e uma estrutura que não é encontrada em outras redes. Gostaria de registrar que, quando fomos chamados a Brasília, a SETEC nos disse que o plano era que os Institutos Federais fossem reconhecidos em dez anos como uma das cinco grandes marcas do país, junto com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios e a Petrobras. E isso depende de nosso trabalho. Por isso, meu conselho é que os novos e atuais servidores façam seu trabalho com amor e determinação porque somos servidores públicos. Dediquem-se de verdade ao que vocês se propuseram a fazer com o que vocês têm de melhor.

Depoimento em vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>





Prof.ª Consuelo Aparecida Sielski Santos

ex-Reitora do IFSC

<http://lattes.cnpq.br/5277925597862839>

Este livro retrata um pouco da história no ano em que os Institutos Federais completam 15 anos de existência. São 15 anos de muitos desafios, de muitas pessoas construindo juntos esta nova e grande institucionalidade. Obrigada, Jesué, por nos instigar a escrever e reviver esta linda história, e com certeza outras pessoas também irão contar.

Eleita em 2003 para a Direção Geral do CEFET-SC, tinha muitos sonhos a realizar e muitos desafios a enfrentar. Recursos escassos, lei impeditiva para expansão e com promessa na minha campanha para interiorizar o CEFET... E agora? O ano de 2004 foi de muita luta, discussões e muito trabalho... tinha que vir algo diferente... Tínhamos a Unidade de Florianópolis, Unidade de São José, Unidade de Jaraguá do Sul com quadro de pessoal emprestado de Florianópolis e uma Gerência de Saúde em Joinville que era vinculada à Unidade de Florianópolis. Atualmente são 22 câmpus espalhados pelas diversas regiões do Estado. Fui reeleita para o CEFET-SC e em seguida houve a transformação para IFSC e fui a primeira reitora, como também fui a primeira mulher a ser presidenta do CONIF em mais de cem anos de história da Rede. Felizmente este quadro foi se modificando, e fomos empossadas, em janeiro de 2009, cinco mulheres dos CEFETs e uma mulher do Colégio Pedro II que fazia parte do nosso quadro.

Nos meus discursos como reitora ou como presidenta do CONIF, sempre enalteci esta transformação, a visão de ter uma instituição com mais oportunidades sempre ficou evidente. É preciso lembrar que além de uma equipe forte no IFSC, de companheiros de luta como dirigentes da Rede,

tínhamos grande apoio, incentivo e uma visão ousada do ministro da época, Fernando Haddad, do secretário Eliezer Pacheco, dos diretores Getúlio Ferreira, Gleisson Rubin e do coordenador Alexandre Vidor, pessoas que marcaram esta história.

As discussões acerca da organização da rede federal de educação profissional e tecnológica surgiram com os chamados “Projeto Presidente” e o “Projeto Sintonia”, voltados para os arranjos produtivos locais, no final de 2004. A ideia inicial era fazer a expansão para 44 escolas, no entanto, a Rede Federal tinha 20 unidades sem um quadro de pessoal próprio, dentre estas a de Jaraguá do Sul, que teve seus cursos iniciados em 1994. Após diversos debates no âmbito do Ministério da Educação houve a iniciativa de viabilizar o Plano de Expansão para ampliação e modernização da rede.

É importante ressaltar que para que isso ocorresse tinha de ser modificada a lei que impedia a construção de novas escolas federais pelo MEC, herança do governo FHC. Isto aconteceu em 18 de novembro de 2005 e é considerada uma data histórica para a educação profissional e tecnológica em nosso país. Houve uma forte ação política do MEC junto ao Congresso para a mudança, uma vez que ela determinava a construção de escolas chamadas de comunitárias, em que a União entrava com o recurso para construção e montagem de toda a estrutura e uma instituição privada assumia a gestão administrativa, financeira, didática e pedagógica.

Em Santa Catarina, os exemplos dessa herança eram: a Escola Catarinense de Gastronomia, localizada em Florianópolis-Continente, que foi construída em terreno da União com recursos financeiros também do Governo Federal e que era gerida e administrada pela FINAC e pela UNISUL; o Centro Politécnico Geraldo Werninghaus – CEPEG, em Jaraguá do Sul, escola construída com recursos do governo federal e mantida pela Associação Politécnica de Jaraguá do Sul (APOLITEC), sendo que suas atividades eram executadas pelo SENAI/SC; o Centro Tecnológico Industrial Metal-Mecânico (CETIMM), em Xanxerê, também construído com recursos do governo federal por intermédio de convênio com a Fundação de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FUNDITEC) de Xanxerê, que estava emprestada para o SENAI-SC.

Todas essas estruturas foram revertidas para o IFSC e transformadas nos câmpus: Florianópolis-Continente; Jaraguá do Sul Geraldo Werninghaus

e Xanxerê, respectivamente. Além desses, também foram revertidas para o Instituto Federal Catarinense as escolas comunitárias em Fraiburgo e Luzerna. Outro ponto a destacar neste processo foi a primeira participação do então CEFET-SC no Fórum Parlamentar Catarinense, em outubro de 2004, em Brasília. Na ocasião fizemos uma apresentação do CEFET-SC, apontando as necessidades para o nosso Estado. A partir daí, pela primeira vez em nossa história, elaboramos projetos (mesmo com a descrença de muitos colegas na época) para buscar emendas parlamentares para a expansão da Educação Profissional e Tecnológica em Santa Catarina. Felizmente tivemos sucesso e conseguimos muitos recursos financeiros de parlamentares para a melhoria de nossas instituições.

O mais interessante é que muitos parlamentares nunca tinham ouvido falar em CEFET, e nos chamavam com as mais diversas denominações: CETEF, CEQUET, TEFET, e assim por diante. O que se conhecia mesmo era o nome Escola Técnica.

Mas, independentemente do nome, a “marca” é que “marca” e o que fica é a educação de qualidade. Foi a época em que mais parlamentares visitaram a nossa Instituição, inclusive em suas campanhas políticas era citado o CEFET, o que para nós foi uma novidade. Aos poucos os “descrentes” foram vendo e acreditando na realidade dos projetos, inclusive estes solicitando recursos parlamentares para suas áreas. Tudo é um processo histórico, precisa de iniciativa, proatividade para realizar. E as emendas continuaram. Sabemos que há necessidade de um financiamento próprio para garantir a Educação Profissional e Tecnológica no país, o que tem sido uma discussão permanente, mas enquanto isto não vira uma realidade, buscam-se outras alternativas para manutenção, atualização e modernização da infraestrutura.

Durante o trajeto entre Joinville e Chapecó, após a inauguração da Unidade Joinville em 22 de agosto de 2006, houve uma conversa importante sobre a Rede. No voo estavam presentes o ministro Fernando Haddad, a senadora da República Ideli Salvatti e eu, Diretora-Geral do CEFET-SC na época. Na viagem discutimos a transformação do CEFET-SC em Universidade Tecnológica, mas naquele momento o ministro já afirmava a necessidade da reorganização da Rede Federal e demonstrava não ser favorável à transformação em Universidade Tecnológica. Sua preocupação era a não garantia, no formato de Universidade Tecnológica, da manutenção dos cursos

técnicos de nível médio, marca principal da rede federal e necessidade de formação do estado brasileiro. O ministro apontava para a criação de uma nova institucionalidade e pediu apoio para o projeto que estava sendo construído. Na REDITEC de 18 a 21 de outubro de 2005, realizada em Ouro Preto, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica recém-empossado, Eliezer Pacheco, na sua palestra de abertura do evento fez menção à Rede Federal como “uma rede clandestina”, o que gerou um mal-estar na plateia. Indagado sobre o termo “clandestina” o mesmo esclareceu que era no sentido de ser uma rede com pouca visibilidade para a sociedade, mesmo com o importante trabalho que as instituições realizavam. Outra discussão que permeou esta transformação foi a sigla IFET/ IF e a construção da logomarca.

Santa Catarina foi contemplada com dois Institutos Federais, o IFSC e o Instituto Federal Catarinense – IFC, e sempre procuramos dialogar e trabalhar em parceria, pois é assim que se constroem instituições fortes em benefício das pessoas. É importante lembrar que somos passageiros(as) nos cargos/funções que ocupamos, por isso é importante sempre fazer mais e melhor.

O início foi IFET e ainda na atualidade lemos matérias e ouvimos muitas pessoas chamando os institutos com esta sigla. No entanto, no próprio MEC, em parceria com os Conselhos, discutiam-se dois pontos: IFET ficaria restrito apenas à educação tecnológica, muito resumida e sem a integração entre a pesquisa e extensão. Também não haveria uma boa composição do termo IFET com as siglas dos estados. Por isso, houve a opção pelo termo IF, que contempla uma instituição federal, de nível superior, com ensino médio e técnicos integrados. Para a construção da logomarca o MEC contratou uma empresa de comunicação que desenvolveu três propostas e apresentou ao então CONCEFET. O mesmo Conselho indicou três representantes para fazer uma análise e escolher a proposta mais significativa para o IF.

Conforme o depoimento de Felipe Oliveira De Angelis para o livro digital “Transformação do CEFET-SC em IFSC”, “a nova logomarca de caráter e abrangência nacional, com cores diferentes, contrapondo com as marcas centenárias e cinquentenárias dos CEFETs, arraigadas no imaginário das pessoas e conhecida da sociedade, impunha-se de fundamental importância naquele momento, justamente pela ideia que propunha a inclusão do homem e seu pensamento como ideia central e objeto de educação, formação e capacitação” (SILVA, 2014).

Em outra reunião do CONCEFET, esteve presente um representante da assessoria de comunicação do MEC que apresentou como realizar a divulgação dos IFs, e recomendou fazer referência a “Escola Técnica” para que a sociedade conseguisse assimilar a nova institucionalidade do Instituto Federal. Houve muita discordância, haja vista que a referência anterior era advinda dos CEFETs.

Não foi um processo fácil, houve a resistência e negação dos CEFETs MG e RJ quanto à transformação em IF, pois pleiteavam ser Universidade Tecnológica, posição que ficou evidente na reunião do CONCEFET realizada em Recife-PE em 12 e 13 de julho de 2007. Nos bastidores, não foram somente momentos de alegria. Viveram-se etapas em que a vontade era “desistir”, mas a educação estava acima de tudo e seria para todos, para melhorar a vida das pessoas, e sempre foi este o objetivo. No dia da inauguração da então Unidade Florianópolis-Continente, ouviu-se de alguns colegas a frase “parem de interiorizar, venham olhar para seus umbigos”. No entanto, sabíamos que os recursos financeiros só viriam se existisse o engajamento na expansão, principalmente o quadro de pessoal de Jaraguá do Sul, que iniciou suas atividades com os servidores emprestados de Florianópolis e assim ficou por 12 anos até sua regularização. Ao olhar para trás, percebe-se que foi possível ultrapassar todos os “desafios”, para não dizer obstáculos, e transformar o IFSC em uma grande instituição, não apenas na estrutura física, mas na condição de trazer mais servidores e atrair alunos para esta grande missão: educar com qualidade. Educar para ser a melhor instituição.

O orgulho de fazer mais e mais, e SER e ESTAR FELIZ por ajudar os outros, esteve sempre presente na gestão. Fazer e fazer bem feito, mesmo enfrentando construtoras e empresas que não davam importância e ainda diziam: “é público, não precisa ser de qualidade”, “o público aceita qualquer coisa”. Mostrou-se que não é assim, temos que ter e fazer o melhor sempre, em termos de obras, de mobiliário, de laboratórios bem equipados e bibliotecas com forte acervo bibliográfico. Nakagawa diz que “Seu tempo é limitado, assim, não o perca tentando viver a vida de outra pessoa. Não seja ludibriado por crenças daquilo que é viver de acordo com o que outras pessoas pensam. Não permita que o barulho das opiniões alheias cale sua voz. E o mais importante, tenha a coragem de seguir o seu coração e a sua intuição”.

Nossa gestão nunca ficou de braços cruzados, esperando que os projetos chegassem livremente. Com iniciativa, as mangas eram arregaçadas na busca de recursos, em Brasília, no MEC, no FNDE, no Congresso Nacional, no Ministério de Ciência e Tecnologia, no Ministério da Saúde, dos Esportes e nos municípios em que os câmpus iam se instalando, firmando parcerias com Prefeituras, empresários, associações e com a comunidade em geral. Sempre tinha um entusiasmo em fazer algo para a sociedade e principalmente em fazer bem para as pessoas, com espírito de equipe, acreditando, delegando e obtendo os resultados desejados. Cada câmpus tem uma história única e verdadeira e merece todo o nosso respeito, como também cada Instituto Federal no Brasil tem sua história.

A foto que inicia este texto tem um simbolismo, foi tirada pelo professor Jesué após um acidente de carro que ocorreu quando voltávamos do câmpus Araranguá para uma reunião no câmpus Florianópolis-Continente. Meus cabelos foram queimados e ganhei várias faixas de cabelo das professoras do câmpus Florianópolis-Continente. Desafios enfrentados sempre de bom-humor para fazer mais e mais...



Foto – Posse dos primeiros pró-reitores do IFSC - 19/02/2009
(Jesué, Regina, Maria Clara, Consuelo, Rosângela, Nilva e Marcelo).

O entusiasmo permitiu persistir. O acreditar foi uma marca da gestão, principalmente no desenvolvimento e crescimento das pessoas e da sociedade por meio da educação. Muitas obras da expansão iniciaram-se e não houve

tempo de concluir, mas o que ficou foi um projeto para o IFSC e não um projeto pessoal, com continuidade nesta gestão e que a gestão que nos sucedeu conseguiu dar sequência. Infelizmente duas obras ficaram de fora: o Centro de Design, que lançamos a pedra fundamental com a presença do então secretário da SETEC Eliezer Pacheco e Timbó Grande, que tínhamos a promessa de um terreno para construção, numa cidade com IDH baixíssimo. Felizmente, conseguimos qualificar os estudantes por meio dos cursos FIC. Foi com energia, união, decisão, responsabilidade e com uma grande equipe que se pode afirmar que a transformação do CEFET-SC para IFSC valeu a pena! Tivemos grandes discussões na transformação, com uma “Tese a favor da transformação” e outra “Tese contrária”, mas felizmente nossa percepção para a transformação obteve êxito.

O que muitas pessoas à época não entendiam era como fazer uma expansão se os câmpus existentes precisavam de mais recursos, e a expansão só era possível com uma nova institucionalidade. Esta é uma mentalidade muito pequena, pois o recurso só viria se houvesse a expansão. Imaginem fazer as pessoas entenderem este processo... Muitos riscos foram enfrentados, mas só assim houve a transformação e a grande interiorização/expansão em Santa Catarina, com apoio da comunidade, dos parlamentares, empresários e com as oportunidades apresentadas pelo Governo Federal: expansão, quadro de pessoal, mais cursos em todos os níveis e modalidades, recursos para os alunos, programa Brasil Profissionalizado, Escola de Fábrica, ProJovem, ETEC-Brasil, UAB, PROEJA, Rede Certific, PRONATEC... alguns programas já em extinção. O percurso das propostas apresentadas no governo Lula e no governo Dilma revelam avanços para a democratização da educação e não tenho dúvidas que o governo Lula 2023/2026 irá continuar com grandes investimentos na educação. Pela experiência como reitora e diretora de câmpus, tenho algumas dicas para auxiliar os gestores a serem bem-sucedidos:

- Tenha conhecimento técnico e aptidão social.
- Seja espírito aberto e colaborativo.
- Evite constranger sua equipe na frente dos outros...
- Invista em um planejamento estratégico coletivo.
- Saiba ouvir e saiba receber bem as pessoas, sem distinção.
- Realize reuniões produtivas e colaborativas.

- Conheça bem a instituição e os órgãos que a compõem.
- Delegue responsabilidades e confie na sua equipe.
- Busque sempre um trabalho de excelência.
- Sinta-se sempre motivado e inspirado para o trabalho (a qualquer dia e hora), para viajar, para construir uma instituição cada vez mais sólida.
- Evite dizer “não tenho tempo”, “não posso atender” e “estou cansado(a)”.
- Tenha competência e goste do que faz.
- Use a tecnologia para aprimorar os processos educacionais.
- Incentive sua equipe individual e coletivamente.
- Não esqueça que seu legado ficará para as próximas gerações.

Depoimento em vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>





Prof. Cláudio Adalberto Koller

ex-Reitor do IF Catarinense

<http://lattes.cnpq.br/5277925597862839>

Em 2007, como presidente do Conselho Nacional das Escolas Agrotécnicas Federais – CONEAF, penso que estávamos vivendo o melhor momento na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois, além da recomposição da matriz orçamentária que primava pela criteriosa recuperação e equalização das escolas historicamente defasadas, conquistávamos crescimento real na Matriz Orçamentária, tanto em custeio como em capital e principalmente a recomposição no quadro de servidores. O convite do ministro da Educação Fernando Haddad ao CONEAF permitiu nossa ativa participação nas discussões promovidas pelo MEC/SETEC juntamente com os representantes do Conselho Nacional dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CONCEFET, e do Conselho Nacional das Escolas Técnicas Federais Vinculadas às Universidades – CONDETUF, sobre a possibilidade de as Escolas Agrotécnicas fazerem parte do Processo de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nas Escolas Agrotécnicas muitas dificuldades surgiram na construção deste entendimento, sendo o sentimento da perda de autonomia o principal entrave. Também havia no coletivo dos servidores o sentimento de que a evolução natural das instituições seria pelo processo de transformação das Escolas Agrotécnicas em CEFETs e destes para Universidades Tecnológicas.

Em Santa Catarina, além do CEFET–SC, tínhamos as três Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, que estavam no topo do ranking CONEAF formado por 36 Escolas Agrotécnicas.

Da mesma forma que os Colégios Agrícolas Senador Gomes Oliveira de Araquari e de Camboriú, que eram vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A princípio o Ministério da Educação pensava na criação de um único Instituto Federal por estado.

As Escolas Agrotécnicas e Agrícolas Federais ofereciam majoritariamente cursos técnicos do setor agrícola e funcionavam no modelo pedagógico do Sistema Escola Fazenda.

Todas possuíam Unidades de Ensino e Produção e ofereciam regime de Moradia Escolar para seus alunos. No caso de Rio do Sul em 2007, de um total de 540 alunos, 469 estavam em regime de internato, e destes 105 eram meninas. Assim, ficou difícil conciliar todos os aspectos divergentes. A SETEC/MEC, na pessoa do Diretor da Rede Federal, professor Getúlio Marques Ferreira, após diversas reuniões, sinalizou a possibilidade da criação de mais um Instituto Federal em Santa Catarina, decisão apoiada pelo então coordenador geral da Rede, prof. Gleisson Rubin Cardoso.



Reunião sobre Institutos Federais com o presidente Lula (2008), o ministro Haddad e CONEAF

No retorno de Brasília, após reunião com a equipe de direção do câmpus Rio do Sul e em conversa com os professores Paulo Jerônimo Oliveira, Adalberto Reinke, Antônio Alir Raitani Júnior e Augusto Victório Servelin, respectivamente Diretores-Gerais de Concórdia, Sombrio, Araquari e Camboriú, decidimos iniciar uma série de reuniões para subsidiar as negociações com o MEC e o Fórum Parlamentar Catarinense. A primeira ação concreta, como Diretor-Geral da Agrotécnica de Rio do Sul e

presidente do CONEAF imbuído em apresentar uma proposta de configuração de um segundo Instituto Federal em Santa Catarina, foi reunir a comunidade escolar de Rio do Sul por segmento e apresentar as concepções filosóficas dos institutos, oportunidades, ameaças e prováveis encaminhamentos.



Discussões no âmbito do CONEAF sobre os Institutos Federais (2008).

Como resultado dessas “assembleias”, a comunidade escolar e o Conselho Diretor de Rio do Sul sinalizaram para dar seguimento junto às demais escolas e promover o debate sobre a viabilidade e desafios para a criação de um Instituto Federal. Diversas assembleias foram realizadas nas escolas, sendo que nas últimas e que antecederam a decisão interna, todos os Diretores-Gerais das Escolas Agrotécnicas e Agrícolas Federais de Santa Catarina se fizeram presentes para a construção de alguns compromissos básicos assumidos com as comunidades escolares, que eram:

- Manutenção da autonomia orçamentária, repasse integral dos limites orçamentários com repasse integral dos valores gerados pela matriz CONIF. Posteriormente criamos um fundo de emergência que retinha na reitoria pequena porção dos limites e que, se os mesmos não fossem necessários, seriam devolvidos aos câmpus de origem;
- Garantia de Isonomia no tratamento político-administrativo, caracterizando a criação do Instituto Federal Catarinense como uma união e não uma absorção;
- Investimentos em infraestrutura e a criação isonômica de novos cursos;

- Que as novas vagas de concurso seriam distribuídas de forma racional, gerando a equalização de todos os câmpus com os mesmos quantitativos de pessoal docente e técnico- administrativo. Igualar para depois crescer;
- Que cada câmpus faria a indicação de um pró-reitor;
- Compromisso de realizar duas reuniões anuais de avaliação e acompanhamento do processo de implantação, com a presença do reitor e dos pró-reitores nos câmpus;
- Que a reitoria não seria instalada em nenhuma cidade que já tinha câmpus e em local equidistante dos demais existentes.

Diante das demandas e compromissos assumidos em todos os futuros câmpus do IFC, a reitoria, que provisoriamente iniciaria as atividades na Unidade Urbana em Rio do Sul, na sequência seria transferida para a cidade de Indaial, onde a Prefeitura Municipal havia oferecido um terreno com 3.500 m² e que atendia aos pressupostos apresentados pela comunidade escolar.

Importante registrar que a cidade de Navegantes também oferece área para a construção da futura reitoria, porém a decisão colegiada foi pela cidade de Indaial.

Por solicitação da SETEC/MEC os Diretores-Gerais das Escolas Federais que estavam constituindo o IFC deveriam apresentar um nome dentre os que possuíam mandato vigente para ser o primeiro reitor do IFC. Assim, após ponderações pela importância momentânea na qual eu estava presidente do CONEAF, pela liderança e participação nas discussões pró-instituto e com o maior mandato a cumprir, fui escolhido pelos Diretores-Gerais, diretores de Administração e Planejamento e diretores de Desenvolvimento de Ensino das cinco Escolas.

A convite do secretário Eliezer Pacheco, e representando o CONEAF, no dia 29 de dezembro de 2008, estive presente no Palácio do Planalto para a sanção presidencial da Lei n.º 11.892; após o encerramento da cerimônia, observamos que na lei havia uma alteração sobre o local de instalação e funcionamento da Reitoria do Instituto Federal Catarinense, na qual Blumenau passou a ser a nova sede. No deslocamento do Palácio do Planalto até o MEC, em diálogo com o secretário professor Eliezer Pacheco, tratamos do assunto que havia nos surpreendido e ele entendeu que nada restava a fazer, senão

cumprir a determinação legal e que para isso a SETEC estaria solidária, em auxiliar na locação ou aquisição de uma sede para a reitoria do IFC na cidade de Blumenau.

Em novembro de 2008 a cidade de Blumenau passou pela sua maior catástrofe ambiental, social e econômica com inundação e deslizamentos terríveis. Então, em janeiro de 2009 iniciamos os estudos para a implantação da reitoria em Blumenau, onde não havia imóveis, nem áreas da União disponíveis para tal finalidade. E nenhum interesse da Prefeitura Municipal em viabilizar tal ação.

Mesmo assim, fruto de muito trabalho, em março de 2009 adquirimos um prédio novo no centro da cidade de Blumenau onde foi implantada a Reitoria do IFC.

Num intenso trabalho em sintonia com o apoio da SETEC, adquirimos aquela que foi a primeira reitoria dos Institutos Federais a ser instalada em prédio próprio, em nova cidade. Passados cinco anos da criação dos Institutos Federais, em Santa Catarina podemos observar que o IFC em sua origem enfrentou muitas dificuldades internas, pela preocupação da comunidade escolar em sofrer prejuízos institucionais.

O principal fator para este sentimento e preocupação advém de um passado recente no qual havia a proibição legal para a criação de novas unidades e pela clara intenção de desmonte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, aliada a uma poderosa ação governamental de achatamento salarial acumulado no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Ao mesmo tempo em que o IFC estava construindo seu arcabouço jurídico, funcional e institucional, com inúmeras reuniões nos câmpus para unificar procedimentos e processos, para implantação da Gestão Matricial Sistêmica, o IFSC já possuía esta organização sistêmica, pois o CEFET SC já tinha UnEDs. Esse modelo do IFSC nos ajudou muito na implantação da gestão sistêmica.

O IFC participou da Expansão II da Rede Federal de EPT, através das Unidades do PROEP, federalizando a Escola Técnica Vale do Rio do Peixe – ETFARPE de Luzerna, Centro Educacional Profissional de Fraiburgo – CEPROF e Escola Hamônia de Ibirama, que foi recebida em doação. Já na Expansão III o IFC implantou os câmpus de Brusque, São Francisco do Sul, São Bento do Sul e Abelardo Luz, esse com uma proposta pedagógica para a educação no campo.

Após 15 anos podemos dizer que a transformação de Escolas eminentemente agrícolas para câmpus do Instituto Federal foi um sucesso. E nos fez ver que existe um enorme coletivo de pessoas com o sonho de estudar, e que as políticas de permanência e êxito são fundamentais. Como a manutenção da moradia escolar e a concessão de bolsas de auxílio e permanência. Também que a expansão da Rede Federal levou cursos de graduação e pós-graduação para o interior do estado, preenchendo inúmeras lacunas históricas. Porém, os cursos técnicos integrados são a alma dos Institutos, e um dos maiores fatores de profissionalização e aumento da escolaridade para jovens e adultos. Em quase todas as áreas de atuação houve avanços, seja em investimentos em infraestrutura, quadro de pessoal e política salarial. No entanto, a Rede Federal ainda não se vê como uma grande e reconhecida, presente em todos os Estados e nos municípios polo. Ainda, nossos alunos não se percebem como parte de uma grande Rede, o que com o tempo e com os eventos científicos, esportivos, culturais e técnicos com certeza acontecerá. Por fim, em Santa Catarina a expansão da Educação Profissional e Tecnológica foi um sucesso, com resultados nunca antes imaginados, foi algo extraordinário na história da educação brasileira, e um privilégio ter contribuído, participado. Fica o reconhecimento a todos servidores da reitoria e dos câmpus que fizeram parte da gestão e, em especial, aos pró-reitores: Marco Antônio Imhof, Antônio Raitani Junior, Carlos Renato Victória de Oliveira, Nestor Panzenhagen e José Luis Ungericht.



Prof. Garabed Kenchian

ex-Diretor-Geral do
CEFET-SP e ex-reitor do IFB

<http://lattes.cnpq.br/2398951862039492>

Até o ano de 2004 o CEFET-SP contava com a Unidade Sede em São Paulo, a unidade de Cubatão e a unidade de Sertãozinho. A UnED de Sertãozinho começou sem quadro de pessoal e em um galpão emprestado da Prefeitura. Como Diretor-Geral do CEFET-SP atuei nos anos de 2003 e 2004 como vice-presidente do CONCEFET.

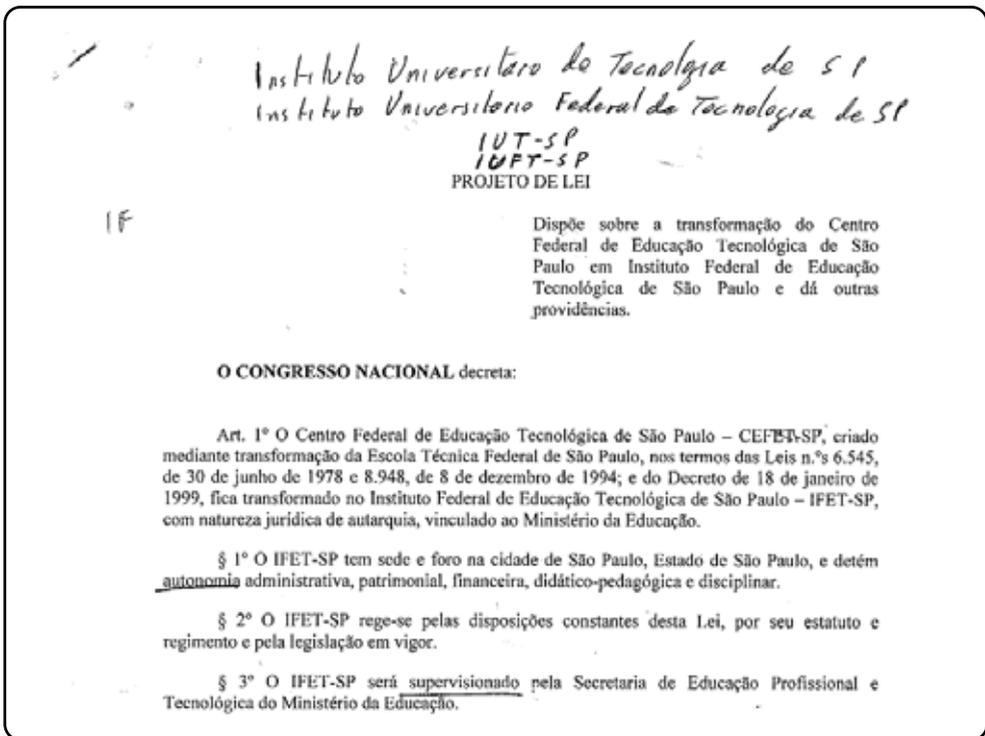
Os primeiros dois anos do governo Lula foram difíceis para a Rede EPCT. Como Diretor-Geral, lutei para conseguir um quadro de pessoal para o CEFET-SP. Somente em 2005 as coisas começaram a melhorar. Prof. Getúlio nos mostrou o relatório de expansão, para construção de 32 unidades. Além destas escolas, havia o interesse de recuperação de 14 escolas do PROEP, que estavam inacabadas. Destas, sete ficavam no estado de São Paulo.

Na Fase 1 da expansão o CEFET-SP passou de duas unidades para dez com a conclusão do câmpus Sertãozinho e com a federalização de sete escolas.



Visita do presidente Lula e do ministro Haddad para implantação do câmpus Salto – Fase 1 da Expansão (2006)

O prof. Eliezer Pacheco nos visitou em São Paulo no final de 2006 e perguntou sobre a possibilidade de o CEFET-SP se transformar em Instituto Federal de Educação Tecnológica. Falei para ele que o importante era a Rede ser reconhecida. No início de 2007 fui chamado para uma reunião em Brasília, na qual participaram também Gleisson Rubin, Luiz Caldas e Costa. A ideia inicial apresentada pela SETEC era transformar o CEFET-SP em Instituto Federal como um piloto, assim como aconteceu com a UTFPR em 2005. O extrato do documento original digitalizado a seguir contém também algumas propostas de nomes que poderiam ser adotados, como Instituto Universitário Federal de Tecnologia de São Paulo.



A reação foi negativa inicialmente. Mas, na reunião do CONCEFET, chegamos a um entendimento de que todos poderiam ser transformados gradativamente em Institutos Federais.

A minuta do futuro Decreto nº 6.095/2007 foi analisada em detalhes pelo CONCEFET, que sugeriu diversas mudanças. Entre elas estava a garantia de que os TAEs também poderiam se candidatar a diretores dos câmpus.

Institutos Federais dos brasileiros

Todo esse processo aconteceu ao mesmo tempo em que construíamos novos câmpus.

Na definição das áreas de atuação das escolas eram feitas análises socio-econômicas e da Tabela RAIS para ver o que estava sendo empregado e o que não estava. Também se analisaram as outras Redes existentes para se evitar competição. A partir das áreas de atuação se construíram os prédios. A mensuração da efetivação da atuação dos Institutos e seus impactos na sociedade é um grande desafio.



O processo de expansão foi muito rápido e isso trouxe algumas consequências. Foram realizados muitos concursos públicos e os servidores antigos, que criaram os cursos e sabiam bem as finalidades dos Institutos Federais, já se aposentaram. Praticamente não houve a transferência da cultura organizacional. Os novos servidores, em geral, trazem a cultura da universidade, que é acadêmica e científica. Mas os Institutos Federais têm um papel diferente. Como fazer para que um novo servidor compreenda que a pesquisa praticada nos câmpus é a pesquisa aplicada e deve atender a demandas e interesses regionais e aos interesses da sociedade organizada? As pesquisas não devem ocorrer de acordo com os interesses e vocações dos docentes pesquisadores. O papel dos Institutos precisa ser discutido com mais transparência. Outro desafio a ser superado é o excesso de populismo no modelo administrativo das instituições. No sistema democrático a população elege os gestores para exercer os cargos para dar retorno para a população. A democracia interna que elege os reitores e diretores-gerais não é a população que recebe os serviços. Os servidores, TAEs e estudantes representam uma fração do interesse público.



Prof. Belchior de Oliveira Rocha
ex-reitor do IFRN

<http://lattes.cnpq.br/5342248681541698>

Eu fui eleito Diretor-Geral em dezembro de 2007 e assumi o CEFET-RN em março de 2008, quando terminou o mandato do professor Mariz. Antes eu havia atuado na Diretoria acadêmica da área de indústria e na Diretoria de Ensino. Na realidade eu nunca tinha sonhado em ser Diretor-Geral, mas coloquei meu nome à disposição e fomos eleitos em um momento de grandes mudanças. Assumimos em meio às discussões sobre a minuta do Decreto 6.095/2007 e próximo ao lançamento do Plano de Expansão 2.

O processo de transformação de CEFET-RN para Instituto Federal do RN foi muito desafiador porque aconteceu ao mesmo tempo em que quadruplicávamos nosso tamanho. Assumimos a instituição com cinco unidades: Natal, Mossoró, Ipanguaçu, Zona Norte e Currais Novos. Hoje são 22 câmpus. No Estado do Rio Grande do Norte fizemos a seguinte modelagem: cada câmpus tem uma área tecnológica de atuação. Foram mapeadas as 19 microrregiões do estado. Temos câmpus em quase todas elas. Foi realizado o levantamento das potencialidades e dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e dentro desses arranjos os cursos foram definidos. Realizamos audiências públicas e mostramos esses estudos, porque às vezes as pessoas não conseguem perceber essas questões. Elas desconhecem o próprio potencial. Essa análise detalhada das características das comunidades em cada uma das microrregiões é importante. A partir daí procuramos criar cursos que pudessem potencializar o desenvolvimento das regiões. O grande desafio nesse processo de instalação

dos novos câmpus foi a transmissão da cultura institucional para os servidores mais jovens. Como a expansão e a interiorização aconteceu em um período de tempo curto, a renovação do quadro de TAEs e docentes foi muito grande. Muitos servidores entraram sem conhecer qual é o papel da Rede Federal EPCT, sem conhecer sua história e suas finalidades. Muitas vezes não se apropriam da Lei n.º 11.892/2008. Como muitos nunca trabalharam com a educação profissional, é mais difícil a assimilação da cultura centenária da nossa Rede. Durante minha gestão procurei conversar com os novos servidores a cada três meses sobre a importância da presença dos câmpus nas cidades do interior e como a presença deles pode transformar o panorama econômico e político do Brasil, para que eles tenham um sentimento de pertencimento e assumam o compromisso com a transformação do país pela educação profissional.

No IFRN, nossos cursos estão nas regiões do semiárido, o que leva a uma diversidade de problemas de convivência com a seca, que precisam ser estudados. Essa pesquisa aplicada é fundamental para resolver os problemas reais da região. Não adianta se fazer pesquisa avançadíssima, que vai ficar na prateleira e não vai resolver a vida do homem do campo. Por exemplo, aqui eu tenho o câmpus Apodi, que é agrícola, fica em uma chapada em um solo riquíssimo, mas que tem pouca água. Lá tem criação de animais de pequeno porte: ovinos, caprinos e suínos. Estamos neste câmpus fazendo criação de qualidade com seleção genética. Fazíamos leilões e repassávamos esses animais por meio da extensão técnica para os produtores rurais. Estamos dando apoio para que as pessoas possam fazer uma excelente criação e promover a qualidade da genética, sanitária e manejo. Essa é uma pesquisa que está transformando a realidade do interior. Temos que fazer pesquisa e extensão aplicada para levar conhecimento de dentro da escola para as comunidades. O grande desafio é fazer com que as pessoas compreendam isso, se envolvam e mergulhem no território e potencializem seus conhecimentos. É preciso ir nas comunidades rurais, identificar os problemas. Somente podemos transformar aquilo que conhecemos.



Evento de inauguração de câmpus do IFRN (2012)

Apesar de raras exceções, os dados nacionais mostram que a qualidade dos cursos da Rede Federal tem sido garantida. Nossos alunos da Rede Federal em todos os estados têm-se saído como vitoriosos em diversos eventos nacionais e internacionais. Essa juventude tem feito a diferença nas Olimpíadas de Matemática, de Física, de Química, na colocação no mundo do trabalho, na aprovação em concursos. Diversos trabalhos dos estudantes da Rede Federal têm sido apresentados em Congressos e Eventos Nacionais e Internacionais, ganhando prêmios de inovação e tecnologia. Isso não está acontecendo apenas com os estudantes da capital. Tanto os estudantes da capital quanto do interior têm-se destacado. Isso mostra que a qualidade está sendo preservada. Pode estar havendo alguma exceção em alguns lugares, nesse país-continente, com situações tão diversas, porque alguns câmpus começaram em situações menos favoráveis, em prédios alugados ou emprestados, sem os laboratórios equipados. Mas isso foi temporário. Como todo grande projeto, a expansão tem pontos positivos e negativos, e estes precisam ser enfrentados. Mas o saldo tem sido muito positivo para o país. Veja o caso do ENEM, as escolas da Rede Federal estiveram entre as melhores do país. O que está sendo feito não deixa a desejar em relação ao que era feito antes. Muito pelo contrário. Como exemplo eu me lembro que no III Fórum Mundial da EPT, que aconteceu em Recife, havia estudantes de 15 e 16 anos do Ensino Técnico Integrado e estudantes da Licenciatura apresentando trabalhos de excelente nível, comparável a muitas pesquisas de algumas universidades. Eles já estavam desenvolvendo pesquisa e produzindo inovação como não se via há alguns anos.



Foto com a presidenta Dilma e os reitores (2014)

Quando a proposta de transformação foi apresentada ao CONCEFET eu ainda não fazia parte do conselho. O Diretor-Geral era o professor Francisco Mariz. Como era algo novo, surgiram muitas dúvidas sobre como seria a forma de implementação. Havia muitos colegas que defendiam a proposta de transformação em Universidade Tecnológica. A equipe da SETEC veio ao CEFET-RN em junho de 2007 para esclarecer as dúvidas e reduzir as resistências.



Seminário de esclarecimento de dúvidas – CEFET em Foco – RN

O ministro Fernando Haddad e o secretário Eliezer foram muito habilidosos nessa conversa com a Rede, mostrando as perspectivas dessa nova institucionalidade. Quando você planta um sonho e apresenta uma nova visão desse sonho, consegue conquistar adeptos. O Ministro Haddad é uma pessoa que transmite muita seriedade no que faz. Com ele a conversa era muito franca e isso facilitou a mudança de opinião daqueles que estavam receosos. Se fosse outro ministro da Educação, acredito que as coisas poderiam ter caminhado de maneira diferente.

Penso que um dos maiores avanços da expansão e dos Institutos Federais foi a interiorização. Levamos a formação de excelência para as mais distantes regiões do país. O impacto que isso causa é imenso, especialmente quando um câmpus do Instituto chega a uma cidade do interior. No Rio Grande do Norte temos uma cidade, que tem cerca de 17 mil habitantes, chamada São Paulo do Potengi. Ela foi contemplada na fase três da expansão com um câmpus porque um dos critérios foi atender às regiões mais pobres dos Territórios da Cidadania. O câmpus é o maior prédio da cidade e fica em cima de uma parte mais elevada. Isso causa um impacto tão significativo na transformação daquela comunidade que só quem vive lá compreende.

Além disso, a verticalização do conhecimento em um mesmo câmpus trouxe uma perspectiva muito positiva. Quando um aluno ingressa no Instituto, sabe que está se preparando para um futuro que pode incluir a universidade. Isso também motivou uma competição entre os municípios vizinhos para melhorar a qualidade da educação pública e preparar os alunos para ingressarem no IFRN. Essa competição saudável entre os municípios para ter mais alunos aprovados nos Institutos acaba beneficiando a qualidade da educação como um todo. Além disso, a relação entre os câmpus do Instituto e as escolas públicas por meio da formação de professores e das semanas pedagógicas é bastante frutífera. Isso contribuiu para uma melhoria geral na qualidade da educação nos municípios. Cidades que aprovavam apenas dois ou três alunos em universidades agora aprovam 50, 60 alunos. Muitas vezes, críticos da educação profissional podem questionar a formação mais técnica dos alunos, dizendo que estão formando profissionais caros para as universidades. No entanto, essa formação agrega muito, dando a eles um diferencial. Portanto, o país está ganhando a longo prazo, mesmo que isso não seja imediatamente visível.

Institutos Federais dos brasileiros

Em um país tão vasto como o nosso, e com tantas desigualdades regionais, é muito importante ampliar ainda mais o número de câmpus. Penso que mil unidades da Rede Federal poderiam atender novos espaços e formar mais pessoas com qualidade. Nosso instituto já está se movimentando, realizando audiências públicas e visitando as comunidades. Estou otimista.

As contribuições dos institutos federais se refletem na interiorização, na melhoria da qualidade da educação pública, no estímulo à formação de professores, na criação de novas oportunidades educacionais em regiões remotas e na valorização da educação profissional e tecnológica. Tudo isso é um legado valioso que os institutos federais têm trazido para o desenvolvimento do Brasil.

Depoimento em vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>





Prof.ª Cláudia Schiedeck Soares de Souza
ex-reitora do IFRS

<http://lattes.cnpq.br/4421896842721862>

A história de criação dos Institutos Federais deve ser resgatada nos seus detalhes, não só pela sua importância, mas porque, de certa forma, reflete um pouco da própria história pessoal de quem esteve lá. Já se passaram 15 anos desde a sua criação, e muitas vezes os servidores e alunos das instituições recém-chegados tomam a constituição dos IFs como algo que sempre esteve lá. Na realidade, a consolidação dos Institutos Federais foi resultado de um árduo trabalho, dedicação e lutas cotidianas de todos os reitores, diretores, professores e técnicos administrativos.

Minha trajetória até chegar a ser reitora do IFRS se diferencia um pouco do percurso tradicional de outros colegas. Ingressei na Rede Federal em 1997 como professora de português e inglês do antigo CEFET de Bento Gonçalves (ex-Escola Agrotécnica Presidente Juscelino Kubitschek), com carga horária considerável em sala de aula. Minha natureza dinâmica sempre me impulsionou a trazer ideias e críticas construtivas para a instituição.

Fui concursada para lecionar no único Curso Superior de Viticultura e Enologia do país à época, que era também o único curso superior público federal da Serra Gaúcha e tinha uma grande concorrência por vaga, atraindo candidatos de várias localidades do país. Foi assim que em 2002, participei ativamente do processo de transformação da antiga escola agrotécnica.

Em 2003, o presidente Lula estabeleceu eleição direta para as direções dos CEFETs. Em 2007, tive o privilégio de disputar a direção do CEFET Bento Gonçalves e fui eleita como a primeira mulher a ocupar esse cargo em 50 anos de história, além de ser a primeira da área de formação geral.

Assim, com muita ansiedade e apreensão assumi o cargo em 20 de junho de 2007, saindo diretamente da sala de aula para um cargo de gestão. Não tinha a mínima ideia do que era um orçamento público ou um processo licitatório. Nossa escola tinha aproximadamente 540 alunos, sendo o penúltimo do país em número de estudantes.

Minha primeira reunião como Diretora-Geral foi em Pernambuco: o I Fórum de Discussão sobre os Institutos Federais. Nem havia tomado posse ainda. A única coisa que eu tinha como objetivo era fazer nossa instituição crescer e ser reconhecida. Tínhamos uma discussão interna no CEFET-BG sobre Universidade Tecnológica, mas Institutos Federais? Não fazia a menor ideia. Esse foi o primeiro contato com a proposta dos Institutos Federais e percebi que era um projeto infinitamente melhor do que a Universidade Tecnológica, pois preservava a essência das nossas instituições: o ensino médio técnico integrado.

Desse momento até a promulgação da lei nº 11892/2008, foram muitas as reuniões sobre o processo de constituição dos IFs. Eram peregrinações a Brasília para sensibilizar políticos para aprovar a legislação. Eram reuniões do CONCEFET para determinar os meandros da lei a fim de garantir o que entendíamos ser central para as instituições. Não foram tempos fáceis, porque todos os espaços que discutem educação são de luta ideológica. E isso nos colocava numa verdadeira roda-viva.

Paralelamente, também tínhamos os embates internos da instituição: construção de novos câmpus, definições das estruturas internas, novos concursos, acúmulo de projetos construtivos, tudo ao mesmo tempo e agora. E ainda estava só no começo.

Depois da constituição dos IFs, as coisas ainda se aceleraram mais. Fico pensando em tudo o que fazíamos e quase não acredito que conseguimos. Foram tantos os momentos decisivos dessa época, que fica muito difícil destacar algum. Dois deles, contudo, são relevantes para dar a dimensão de como as relações políticas são relevantes para os IFs, muito embora alguns de nossos colegas apostem numa gestão absolutamente técnica.

O primeiro fato ocorreu durante a aprovação do projeto dos IFs na Câmara dos Deputados. E ele foi fundamental para a constituição do IFRS como ele é hoje. Nosso acordo com a SETEC era de termos nossa reitoria em Porto Alegre, tendo em vista que o RS era o único estado que não teria uma representação na capital.

Em outubro de 2008, o prefeito recém-eleito, nosso querido amigo, já falecido, Roberto Lunelli, e que havia trabalhado com Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional do MEC, me ligou propondo colocar a reitoria em Bento Gonçalves. Respondi que era praticamente impossível, uma vez que o projeto de lei previa a reitoria em Porto Alegre e que não havia como mexer nisso. Ele me respondeu que eu não me preocupasse com isso. Confesso que não levei muito a sério. Não achava que seria possível mesmo. Contudo, no dia em que o projeto foi aprovado em Brasília, recebi a ligação dele e logo depois do deputado federal Pepe Vargas, eleito pela nossa região, dizendo que a reitoria ficaria em Bento Gonçalves e que o projeto havia sido alterado à mão, para não ter de ocorrer um novo trâmite no Congresso. Para uma região como a Serra Gaúcha, pujante e com uma economia tão desenvolvida, ter a reitoria de uma instituição federal a colocava num outro patamar. E foi assim que Bento Gonçalves ficou com a sede da reitoria na cidade.

Outro momento que marcou a história de constituição dos IFs para mim foi a aprovação do projeto no Senado. Era dezembro de 2008. Na primeira semana do mês, havíamos realizado a reunião ordinária do nosso conselho – CONCEFET. Tínhamos um acordo de pressionar nossos senadores para que o projeto de constituição dos IFs fosse aprovado o mais rápido possível. Na semana posterior, tive de ir a Brasília novamente, provavelmente para resolver alguma pendência junto ao MEC. Como o Senado ainda estava em funcionamento, resolvi passar no gabinete do então senador do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi. Ele me atendeu prontamente, pela manhã, e me disse que não estava a par do projeto de lei, mas que iria perguntar e me retornava no início da tarde.

Aproveitei também e falei com o senador Renato Casagrande (hoje governador do ES) com a assessoria da senadora Ideli Salvatti (SC), que acredito ter sido a relatora. Conforme combinado, o senador me ligou com a informação de que, se fosse seguir os trâmites regulares, o projeto não seria apreciado antes da metade de 2009 e que ele me sugeria pressionar para um acordo de líderes colocando-o em urgência para aprovar rapidamente. Fiz algumas ligações e pedi ajuda de meus colegas. Retornei ao Rio Grande do Sul naquele dia (ou no dia seguinte) e, quando desembarquei no aeroporto, havia muitas mensagens no meu celular: o projeto tinha acabado de ser aprovado pelo Senado.

Institutos Federais dos brasileiros

Com isso, pudemos entrar numa nova fase de planejamento dos Institutos Federais. No IFRS, construímos 13 novas escolas pelo estado do Rio Grande do Sul.



Momento de inauguração coletiva dos novos câmpus (2010)

Muitas são as imagens que marcam minha memória desse tempo: muito aprendizado pessoal, a alegria das comunidades, a esperança nos olhos dos jovens, a gratidão dos egressos da nossa instituição, o empenho e dedicação de nossos servidores. Todos esses fragmentos são parte da história do IFRS.



Na comissão da Educação da Câmara dos Deputados.

Uma história de sucesso, uma história de superação construída a muitas mãos. E tive a honra de poder viver essa história. Construir escolas e transformar a vida de muitos é privilégio de poucos. E, por isso, me sinto muito privilegiada.



Com Alexandre Bahia - Homenagem recebida do CONIF

Espero que essas narrativas possam inspirar os jovens que seguem nossos passos e que eles possam compreender que um gestor se faz com técnica, mas representar sua instituição como reitor ou como diretor demanda resistência, percepção política, luta e muita persistência.

Depoimento em vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>





Prof.ª Maria da Glória dos Santos Laia
ex-reitora do IFTO

<http://lattes.cnpq.br/0372225012615354>

Minha história está intimamente ligada à história dos Institutos Federais. Foram mais de 30 anos dedicados à Educação Profissional e Tecnológica, vividos intensamente, com a curiosidade científica e pedagógica aguçada em cada etapa pelas quais passou a nossa Rede Federal. Foram várias mudanças ocorridas desde o surgimento das antigas Escolas de Aprendizes e Artífices. Nessa trajetória, pude vivenciar muitas mudanças, tais como o processo de CEFETização das antigas Escolas Técnicas, a separação do ensino médio do técnico por meio de um decreto, congelamento de salários, proibição de criação de novas unidades, cortes orçamentários, terceirização, entre outros. Ingressei, como aluna do Curso Técnico em Mineração, em 1976, na antiga Escola Técnica Federal de Ouro Preto-MG – ETFOP. A instituição recebia, à época, alunos oriundos de várias partes do país, visto que a área minero-metalúrgica se encontrava em franco desenvolvimento e havia grande demanda por esses profissionais. Em contrapartida, não havia oferta suficiente de cursos nestas áreas. Ouro Preto representava, assim, uma boa opção para a capacitação profissional de técnicos de nível médio, que se formavam em 3 anos numa região de boa oferta de trabalho nestas áreas, com a presença de grandes empresas mineradoras e siderúrgicas. Posteriormente, foram criados novos cursos técnicos de nível médio, tais como Edificações, Meio Ambiente, Turismo, Informática, Desportos.

O ingresso no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Ouro Preto-MG possibilitou-me o exercício de monitoria em algumas disciplinas e, como consequência, veio o desejo de tornar-me docente. Trabalhei como engenheira por algum tempo e, no final de 1989, passei no concurso para professor de Desenho Técnico em Mineração na antiga ETFOP,

tornando-me a primeira professora do sexo feminino a ingressar nesta área. Posteriormente, passei a lecionar também nos cursos de Metalurgia, Segurança do Trabalho e Edificações.

Nesse período, atuei como coordenadora de área, gerente de projetos. Contribuí em vários processos de mudança de Projetos Pedagógicos de Cursos, em Conselhos Pedagógicos, como representante dos docentes e também presidi a Associação de Servidores da Instituição. Nos anos 2000, a ETFOP iniciou o processo para tornar-se CEFET. Uma das exigências era a oferta de cursos superiores de tecnologia e a outra, a existência de quadros de docentes com titulação de mestrado ou doutorado. O contexto de nossa instituição se destacava das demais da rede, por estarmos numa cidade de interior, sem a possibilidade de liberação de docentes para capacitação. Foi assim que surgiu uma oportunidade providencial: a celebração de um convênio entre a ETFOP, a UFOP e o Instituto Superior Pedagógico para la *Educación Técnica y Profesional* “Héctor A. Peneda Zaldivar” – Cuba, para oferta de cursos de Mestrado e Doutorado em Pedagogia Profissional. Esse convênio viabilizou a capacitação de um número representativo de docentes, tanto da UFOP quanto da ETFOP, tornando possível a submissão do processo de Cefetização da ETFOP.

Para além das questões burocráticas que envolveram a revalidação do certificado, considero essa experiência como uma das mais significativas em minha carreira. O contato com professores cubanos obrigava-nos a estudar em outra língua, conhecer outras práticas pedagógicas e estreitar o conceito de trabalho como princípio educativo. E, como parte da metodologia, tivemos que fazer uma imersão de aproximadamente 15 dias em instituições cubanas, entre atividades em sala de aula, visitas técnicas e trocas de experiências, o que tornou nossa capacitação ainda mais qualificada.

Em que pesem algumas resistências à Cefetização – havia receio de perda de identidade, de autonomia e, principalmente, de recursos financeiros e de pessoal – pode-se dizer que a transformação possibilitou um amadurecimento à instituição como um todo. Vimo-nos instados a sair de uma zona de conforto e pensarmos sobre quais caminhos escolher para nos tornar mais presentes na comunidade local e regional, visto que, nesta época, todo o estado de Minas Gerais dispunha de pouco mais de 15 instituições federais (entre CEFETs, Agrotécnicas e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais).

A transformação da ETFOP em CEFET Ouro Preto aconteceu em 2002 e em 2003, participei do processo de consulta à comunidade para escolha do Diretor-Geral, sendo escolhida para exercer o cargo. Mais um desafio a ser enfrentado. Primeira diretora mulher, num ambiente ainda predominantemente masculino. Convidei mais 6 mulheres para ocuparem cargos de direção. Creio ter sido muito bom feminilizar um pouco nossa instituição, que ganhou mais atenção às dimensões sócio afetivas dos alunos. Implantamos um dos primeiros NAPNEE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais), cuidamos de melhorar a acessibilidade física, reformamos prédios, envidamos esforços para que todos os alunos em situação de vulnerabilidade econômica tivessem direito à alimentação escolar.

Ao final do mandato, em 2007, concorri novamente ao cargo de Direção-Geral, não tendo sido escolhida pela comunidade. Fui convidada pelo professor Eliezer Pacheco, então Secretário da Educação Profissional na SETEC/MEC, a assumir a Direção-Geral Pró-tempore da Escola Técnica Federal de Palmas, no estado do Tocantins, com a missão precípua de lá implantar o futuro IF. Ao mesmo tempo em que senti o reconhecimento pelo trabalho exercido à frente do CEFET, tomei consciência da grande responsabilidade a mim confiada. A mudança para um ambiente totalmente diferente, no qual não conhecia os servidores, foi simultaneamente desafiadora, instigadora e demandou um exercício do diálogo, escuta ativa e mobilização pessoal para conhecer as realidades, confrontando-as com as vivências, as experiências adquiridas, além de preparar a comunidade para um projeto institucional inédito. Concomitantemente, o Conif (Conselho dos Dirigentes Federais) mantinha uma agenda de trabalhos intensos, buscando equacionar nossas fragilidades e fortalezas diante de um novo modelo em elaboração e em disputa, mantendo interlocução permanente com a SETEC/MEC e entre o grupo de dirigentes, para se pensar num modelo institucional capaz de gerir um processo de expansão que se avizinhava.

A expansão da Rede Federal era uma pauta represada por muito tempo e a discussão sobre como se materializar na prática demandou muitas reuniões e consultas, pois acarretaria num incremento de estrutura administrativa que poderia sobrecarregar o MEC, devido ao grande contingente de novos dirigentes. Era preciso, portanto, reorganizar a forma de se administrar essa quantidade de novas unidades com suas estruturas.

Lembro-me de uma das reuniões em que se cogitou a possibilidade da criação de uma Reitoria, que seria o elemento de conexão entre o MEC, a

SETEC e as instituições. Havia, porém, um receio muito grande dessa nova figura – uma reitoria – para nós, como CEFETs, escolas técnicas agrotécnicas e as vinculadas. Foi necessário convencimento das comunidades, estudo comparativo com alguns modelos existentes e simulações de como poderia ser o funcionamento dessas instituições. Afinal, estávamos entrando em uma seara que não tinha nada parecido. As discussões acerca da definição de onde seriam instaladas as reitorias, sobre quem seriam os primeiros reitores, como se daria a divisão orçamentária, onde se alocaria a documentação institucional e dos servidores, a mudança da personalidade jurídica, as atribuições dos pró-reitores, concessões de diplomas e certificados, dentre tantas outras providências, consumiram inúmeras horas de trabalho e reuniões.

No Tocantins, realizamos audiências públicas envolvendo as comunidades locais, prefeituras, parlamentares, representações da sociedade organizada, com o objetivo de deliberar sobre quais cursos ofertar, que mecanismos teríamos de dispor para atender às exigências legais e pedagógicas. Também se fez necessário construir um entendimento ao ouvir as comunidades sobre a junção entre a Escola Técnica Federal de Palmas, a Unidade Descentralizada de Paraíso do Tocantins e a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, que existia há anos e tinha sua história. Vencer as distâncias geográficas tornou-se um desafio; mais de 600 km entre Palmas e Araguatins, 400 km entre Palmas e Araguaína. Não se dispunha de mecanismos que possibilitassem reuniões virtuais e, ao mesmo tempo, havia a necessidade dos encontros presenciais para checagem in loco do andamento das obras, reformas, além de assegurar tranquilidade às comunidades. As pessoas não compreendiam o modelo e havia pressão política para que se implantasse uma unidade em determinadas regiões, sendo que o critério básico de seleção se baseava nas microrregiões do IBGE.

Acredito que esse momento das audiências públicas foi essencial para que conhecêssemos melhor as demandas locais, com seus arranjos produtivos, suas necessidades, proporcionando um rico debate acerca das expectativas das comunidades. A realização da Chamada Pública para constituição dos Institutos Federais motivou a manifestação de vários municípios, interessados em ter uma unidade em seus territórios. Prefeitos e até mesmo pessoas físicas doaram terrenos, edificações, infraestrutura e equipamentos a fim de verem concretizada a possibilidade de oferta da educação profissional em suas regiões. Para ilustrar, no município de Porto Nacional houve a doação, feita por um cidadão local, de uma extensa área para a construção do campus. Em Araguaína, foi-nos repassado, pelo município, um prédio construído com

recursos do antigo PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), equipado com laboratórios específicos da área de enfermagem, que se encontrava praticamente abandonado. Para nós, profissionais ligados à educação profissional, ao ensino técnico profissional, de longa data, foi muito interessante vivenciar todo esse processo. Não foi fácil. Encontramos resistências, principalmente das escolas agrotécnicas, que tinham o entendimento de que seriam preteridas pelos CEFET, de que perderiam recursos e, principalmente, perderiam status e prestígio local, uma vez que não teriam mais que se reportar diretamente ao MEC, em Brasília, mas a uma reitoria, em seu Estado.

A singularidade da criação dos IF residia em sua gênese: não foram transformados, como aconteceu com a passagem de Escolas Técnicas para CEFET. Foram todos criados mediante um único dispositivo, a Lei nº 11.892/08. Tratava-se, portanto, de uma nova instituição. Cunhou-se a expressão ou categoria “nova institucionalidade”. Não se tratava de mera mudança de nomenclatura. Surgia uma nova organização, agora centralizada na reitoria. Instituições diversas do ponto de vista da oferta de cursos (industriais, agrotécnicas e escolas vinculadas às universidades federais) passam a coexistir não mais na situação de vinculação direta ao Ministério da Educação (Laia, 2015).

Entender o modelo e torná-lo factível foi um exercício que exigiu criatividade e tenacidade daqueles e daquelas que se ocuparam da educação profissional como meio de contribuir e/ou induzir o desenvolvimento local e regional com vistas ao desenvolvimento humano, científico e tecnológico do país. Esse ideal possibilitou a superação das diferenciações entre as instituições, como outrora se ouvira de alguns servidores fazendo uma distinção entre os “cefetinhos” e os “cefetões”.

Vencida a etapa de consolidação do conceito IF, passamos à etapa de construção dos modelos de reitoria que teríamos, para atender às especificidades regionais. Seguindo critérios objetivos e parâmetros de acordo com o número de servidores, de alunos, cursos e outros indicadores, chegou-se aos tipos de reitoria que atenderiam tal diversidade, sem perder a referência de se buscar equidade. Entretanto, a ideia da figura de um reitor era emblemática, sendo por vezes confundida com um modelo já conhecido: o das Universidades. Na medida em que se aprimoravam as atribuições de cada ator envolvido, mais nos aproximávamos do perfil desejável para os novos cargos. A criação dos Institutos Federais representou uma mudança estrutural e conceitual inédita e ousada, que demandou empenho e intenso diálogo entre

os atores envolvidos, não só por parte do MEC/SETEC, como também, e principalmente, das comunidades institucionais.

Tive a honra de participar ativamente da Chamada Pública, quando Diretora-Geral da antiga Escola Técnica Federal de Palmas/TO, que resultou na criação do IFTO, constituído pela ETF- Palmas, a EAF-Araguatins e as unidades descentralizadas de Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. Contribuí na definição da logomarca dos Institutos Federais, por atuar na área de Desenho Técnico, na condição de membro da comissão constituída para esse fim e de que muito me dignificou. A logomarca dos IF tornou-se fundamental na constituição da nova identidade.



Registro da parceria com as reitoras Consuelo e Aurina no REDITEC - Maranhão 2008

Escolhi, como objeto de pesquisa, no Mestrado e Doutorado, estudar o modelo IF sob o enfoque das policy networks ou redes de políticas públicas por tratar-se de algo inédito, inovador e ousado. A ideia do Ministro, professor Fernando Haddad, endossada por sua equipe, especialmente o Secretário, professor Eliezer Pacheco, encontrou ressonância em praticamente todo o coletivo do Conif. Era preciso um novo modelo para as instituições de educação profissional e tecnológica, capaz de dar respostas à expansão da Rede Federal sem se esgarçar os nós dessa rede. Pode-se dizer que somos um projeto em construção e em disputa. A nova institucionalidade requer um tempo de maturação. Enquanto se consolida, abre-se ao novo. O legado dos que nos antecederam trouxe-nos ao que somos hoje. Entre erros e acertos, escrevemos uma bela história.



Prof.ª Cibele Daher Botelho Monteiro
ex-reitora do IFF

<http://lattes.cnpq.br/9484171261589700>

Minha experiência como reitora do IFF, tendo ajudado a implantar essa nova institucionalidade, foi importantíssima não somente para o meu crescimento como servidora pública, mas, sobretudo, como uma pessoa que sempre atuou e acreditou na democratização do acesso à Educação Profissional de qualidade.

Em 2008, fui eleita Diretora-Geral, a primeira mulher a ocupar esse cargo máximo na Instituição. É importante ressaltar que fui eleita para um mandato de quatro anos, como de praxe, nas eleições anteriores à minha, e assim como colegas dirigentes de vários CEFET pelo Brasil afora. Importante também lembrar que já assumi um CEFET que era um Sistema, e que em 2008 já possuía a Unidade Sede e as Unidades Descentralizadas de Macaé, a mais antiga, e a de Guarus.

Esse ano de 2008 foi de intenso trabalho, embora tenha sido o primeiro de meu mandato. E nesse ano, com o apoio do governo federal, os CEFET, as Escolas Agrícolas Federais, e também alguns Colégios vinculados a Universidades Federais foram reorganizados de acordo com as regiões e estados em que se encontravam, e surgiram então, ao final do ano de 2008, por lei federal, os 38 Institutos Federais, dos quais o antigo CEFET Campos se tornou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, ao final de meu primeiro ano de mandato como Diretora-Geral, e eu, assim como 37 outros colegas, fui convidada a atuar na implantação desses Institutos Federais, e, para tanto, fomos nomeados reitores e reitoras *pro tempore*, com o objetivo de implantar e fortalecer a nova institucionalidade.



Evento no Palácio do Planalto – Miguel Badenes, Fernando Haddad, Edmundo, presidente Lula, Vera, Cibele e Consuelo

Em 2008, trabalhamos de forma intensa, para que o Colégio Agrícola “Ildefonso Bastos Borges”, antes vinculado à Universidade Federal Fluminense, e localizado em Bom Jesus de Itabapoana, fosse integrado ao Instituto Federal Fluminense. E essa integração se realizou, já no ano de 2009.

Em 2008, trabalhamos também para a instalação do câmpus Cabo Frio, e para o início da construção do câmpus Itaperuna, esse último tendo sido totalmente implantado na nossa gestão. Essas inaugurações aconteceram no ano de 2009, e, em 2010 e 2011, muitas outras obras foram realizadas para que se completasse a implantação desses dois câmpus.

Portanto, em 2009, foram inaugurados os câmpus Cabo Frio e Itaperuna, não somente do ponto de vista da instalação predial, mas também da organização administrativa, com a admissão dos novos funcionários e oferta de cursos técnicos à comunidade.

Em 2010, tivemos a transformação do Núcleo Avançado de Quissamã em câmpus Quissamã, e, também, a instalação de um Núcleo Avançado do IFF em São João da Barra. Em 2011, foram iniciadas as negociações para a instalação de novos câmpus em Santo Antônio de Pádua e em Itaboraí, com a doação das áreas pelas prefeituras. O câmpus Pádua teve a dotação orçamentária definida nesse mesmo ano para que a construção pudesse ser iniciada. E, também em 2011, foi conquistada a área em Guarus, pertencente

ao 56.º Batalhão, mediante doação, para abrigar as instalações da futura reitoria do IFF.

De 2008 a 2011, além da implantação dos câmpus Cabo Frio, Itaperuna e Quissamã, e do Núcleo Avançado de São João da Barra, da conquista da área para instalação dos câmpus Pádua e Itaboraí, e da conquista de nova área junto ao 56.º Batalhão de Infantaria para ampliação do câmpus Guarus e para instalação da futura Reitoria do IFF, muitas melhorias foram realizadas nos câmpus já existentes, a Unidade Sede, o câmpus Macaé e, no câmpus Guarus, em especial, foi construído o bloco que abriga um conjunto de novas salas de aula, um auditório e uma quadra poliesportiva.

Procuramos deixar na história do IFF e sua nova institucionalidade a importância da Cooperação Internacional, por meio do Projeto Angola-Brasil, em que capacitamos estudantes e gestores e gestoras angolanos com o objetivo de levar a experiência da formação profissional e tecnológica brasileira para outros países, e também com Memorando de Entendimento com o Canadá que visava dar oportunidade a estudantes brasileiros conhecerem outras experiências de formação profissional e vice-versa. E esse trabalho deu origem à criação de um Escritório de Cooperação Internacional, que em um movimento seguinte passou a abrigar também o Projeto Ciência Sem Fronteiras, que possibilitou intercâmbios em várias áreas de formação para estudantes e professores/as do IFF.

O ano de 2009 foi muito importante para a instituição pelo seu Centenário. E, assim, procuramos fortalecer a importância da Arte e da Cultura, procurando mostrar a história centenária de nossa instituição por meio do Documentário sobre os 100 anos do IFF “Artífices, Memórias do Ensino Técnico”, com roteiro e direção de Alexandre F. e também por meio do espetáculo realizado no Teatro Trianon, “Nunca Pare de Sonhar”, com roteiro e direção da professora Beth Rocha, e com a exposição realizada na Unidade Sede, coordenada por professores da área de Artes e pelo professor Nelson Crespo, na qual se mostrou a evolução histórica e cultural da instituição, desde a Escola de Aprendizes Artífices, passando por Escola Técnica Federal de Campos, depois CEFET Campos e após, Instituto Federal Fluminense, e a sua importância para a Educação Pública Científica e Tecnológica em Campos dos Goytacazes e também em todos os municípios de sua abrangência. Tivemos também o lançamento de um selo histórico, pelos

Correios, com os dizeres “Sou parte dessa história, Ensino Técnico Federal, Campos-RJ, 1909-2009”. Do ponto de vista da Comunicação, mesmo antes de o governo federal ampliar a possibilidade de termos um setor de comunicação com servidores e servidoras concursados, procuramos dar visibilidade ao trabalho institucional, criando um setor de comunicação institucional por entendermos ser uma das formas mais eficazes de diálogo democrático com a sociedade. E este setor juntamente com uma equipe da área de Tecnologia da Informação foi responsável por adequar o Portal do IFF para o novo momento que a instituição vivia, buscando dar voz e trazer informações de todos os câmpus da instituição.



Evento de inauguração dos câmpus da expansão (2010).

Diante do crescimento físico, administrativo e democrático da instituição, também foi da responsabilidade de nossa gestão a implantação dos dois Colegiados institucionais muito necessários ao andamento das ações pedagógicas e administrativas para que se avançasse na definição das políticas institucionais: o Conselho Superior e o Colégio dos Dirigentes, uma nova forma de gestão, em que a partir de princípios comuns à institucionalidade se buscava a valorização e o respeito ao coletivo e à realidade de cada câmpus. Uma prática desafiadora.

Ainda é importante lembrar das ações para o fortalecimento entre as instituições públicas da região, e, conseqüentemente, das atividades de Ensino,

Pesquisa e Extensão, por meio da cooperação estabelecida oficialmente entre o IFF, a UFF e a UENF, para troca de experiências e de trabalhos pedagógicos e científicos.

São também dessa época ações institucionais que fortaleceram a prática de línguas estrangeiras, por meio do Centro de Línguas, e a EAD, o Ensino a Distância. A EAD passou a contar com um núcleo específico, e por meio de uma plataforma instituída pelo governo federal foi oferecido o curso técnico em Segurança do Trabalho a polos sediados em São João da Barra, Quissamã, Itaperuna e Casimiro de Abreu. A elaboração e adaptação de materiais pedagógicos para essa finalidade, bem como toda a supervisão e organização dessa atividade, foi elaborada por professores/as do IFF. Portanto, a transformação do antigo CEFET Campos em Instituto Federal Fluminense trouxe inúmeras possibilidades novas na Educação Profissional, Científica e Tecnológica pública, enriquecendo de forma nunca antes vista as possibilidades de formação profissional para tantos jovens e adultos, com um acréscimo na oferta de vagas públicas em municípios das regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro.

Hoje, o Instituto Federal Fluminense segue sua trajetória de forma destacada, sendo uma referência de Educação Profissional Pública no interior do estado do Rio de Janeiro. E esse fato muito nos orgulha, por termos participado de forma intensa como reitora na implantação dessa nova e única institucionalidade.



Prof. Denio Rebelo Arantes
ex-reitor do IFES

<http://lattes.cnpq.br/1998627375243028>

Fui reitor do Instituto Federal do Espírito Santo por dois mandatos, entre 2009 e 2017. Sou físico e matemático de formação (UnB), com mestrado e doutorado em Ciências dos Materiais (Unicamp e Max-Planck Institut - Alemanha). Após 12 anos trabalhando na Unicamp e um ano na Uenf, ingressei em 1998 na então Escola Técnica Federal do Espírito Santo por meio de concurso e comecei a trabalhar na coordenação de Metalurgia e Materiais no câmpus Vitória. Ao longo do tempo, fui progredindo na gestão, atuando como coordenador de curso, presidente do conselho de administração da fundação de apoio, diretor de ensino e também pró-reitor de ensino e, posteriormente, como reitor do Instituto Federal do Espírito Santo. Atualmente, sou Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação do Estado do Espírito Santo – FAPES.

Comecei a participar da vida de nossa instituição em 1998, convivi com complexas e profundas transformações institucionais, a virada para CefetES em 1999 e, dez anos depois, a transformação em Instituto. Não carregava comigo, como muitos colegas, as dezenas de anos muito marcantes da história da Escola Técnica. Talvez isso tenha me permitido acompanhar, entender e contribuir de forma significativa nos processos profundos de mudança.

Quando recebi este convite para deixar meu testemunho sobre os momentos iniciais de construção dos IF escolhi abordar alguns aspectos que possivelmente são diferentes daqueles vividos por outras instituições, tentando com isso contribuir para o registro dessa saga de construção coletiva.

A transformação em Instituto Federal foi um processo duro de luta política

e construção organizacional. Logo após a transformação do CEFET-PR em universidade tecnológica, o CEFET-ES, assim como outros, começou a construir uma trilha similar. Neste momento, também algumas escolas agrotécnicas se preparavam para sua transformação em CEFET. Quando a proposta do IF é colocada, foi preciso primeiro compreendê-la e compará-la com o que vínhamos construindo. Naquele momento, já possuíamos nove “unidades” e tínhamos criado uma estrutura organizacional que espelhava a de reitoria (Diretor de Ensino, Diretor de Administração, etc.), que atuava na forma de um sistema para todos os câmpus, já num processo de estruturação visando à universidade tecnológica. Acredito que este processo organizacional prévio, já aceito pelos câmpus, facilitou a nossa transformação em IF.



Vivi muito de perto este processo como diretor de ensino ainda no CEFET-ES, quando já era compreendido como um diretor de sistema (cada uma das “unidades” de então que viraram câmpus na transformação já possuíam seu próprio diretor de ensino). Era meu dever participar das discussões sobre o tema em cada “unidade”, realizadas para termos a unidade necessária para a transformação. Quando ela acontece, o CEFET-ES tinha nove “unidades” que se integraram com três escolas agrotécnicas. Essa integração só foi possível por esse grande debate e pela habilidade política do então Diretor-Geral, prof. Jadir Pela, que construiu a confiança com os dirigentes destas escolas agrotécnicas. Além destas discussões internas, participei de

muitos debates e momentos políticos marcantes e decisivos a nível nacional, no então CONCEFET, principalmente em sua câmara de ensino e também em ações e em GTs da SETEC. Apesar de não ter sido o último Diretor-Geral antes da transformação, fui o primeiro reitor empossado com mandato no IFES.



Evento de posse como reitor reelito com Paulo César e ministro Mercadante

Neste momento dos 15 anos de transformação, acredito que seja muito importante a afirmação política do modelo IF e do processo que foi realizado na criação e estruturação da Rede Federal. Nos inúmeros debates, tanto a nível local quanto nacional, havia muitos argumentos contra a proposta, mas vou destacar um de natureza imobilizante que se repetia em diferentes formatos, mas com o mesmo intuito, impedir a boa consecução do projeto: “Nós temos um ensino de excelência, provado pelo nosso reconhecimento social, e esta transformação, por sua natureza, dimensão e velocidade, trará a queda da sua qualidade e como consequência sua desqualificação”, “não temos estrutura nem pessoal qualificado para realizar uma expansão nestes moldes” e muitas outras formas com intuito similar. Realmente a tarefa que enfrentamos, como gestores, na época, foi extraordinariamente complexa, assustadoramente grande e completamente inusitada, sem “benchmark” e sem parar as atividades, literalmente trocar a asa sem deixar cair o avião. Era compreensível que fosse assustador para muitos e impossível na opinião de alguns estudiosos. Mas, parafraseando Jean Cocteau, “não sabendo que seria impossível, fomos lá e fizemos”. E, passados esses 15 anos, temos a imensa satisfação de verificar que as nossas instituições são realmente outras,

Institutos Federais dos brasileiros

muito melhores, muito mais abrangentes, mais inclusivas, mais democráticas e compõem uma Rede nacional que já realizou fantásticas ações conjuntas de impacto e tem imensas perspectivas à sua frente. E isso tudo ampliando seu reconhecimento social como instituições de excelência.

Um dos fatores importantes para o sucesso alcançado que tínhamos nas mãos era exatamente contraditório com a mudança proposta, a nossa cultura institucional até então estabelecida. Ela criava ao mesmo tempo fortes resistências à transformação, mas, por outro lado, era possivelmente a melhor base que se poderia ter para edificar a nova instituição. Outro fator, na maioria dos IF, era ter dirigentes experimentados e testados em momentos muito difíceis de contenção de recursos e ausência de liberdade, resilientes e comprometidos até o fundo de seu ser. Somam-se a isso um corpo técnico-administrativo e docentes bem capacitados e dedicados.



Com a ex-reitora Cláudia – ação de internacionalização na China. WFCP 2014.

Do ponto de vista externo, contávamos com a vontade política do governo Lula, que pessoalmente aspirava levar educação profissional para todos os brasileiros. Essa vontade política se desdobrava em ações empreendidas por um conjunto de gestores excepcionalmente corajosos e competentes no MEC e em particular na SETEC, entre eles Fernando Haddad, Eliezer Pacheco e Getúlio Marques Ferreira. Havia ainda, na maioria dos casos, muito

boa vontade dos prefeitos na luta e acolhimento dos novos câmpus. Esses fatores e outros, como a infraestrutura existente e a proposta pedagógica (mesmo que eu tenha críticas importantes ao modelo pedagógico), permitiram-nos vencer este enorme desafio, colocando de pé esta fantástica Rede Federal.

Sem dúvidas, a proposição e a construção deste projeto foi a maior disrupção realizada na educação do país em muitas dezenas de anos. Lá atrás eu muitas vezes disse que, como qualquer inovação, a proposta dos IF será testada na realidade e se ela for boa terá sucesso e escalará. E, como em qualquer empreendimento inovador, o papel dos dirigentes será fundamental.



Ex-presidentes do CONIF Paulo, Consuelo, Cláudio Ricardo, Dênio, Belchior, Marcelo Bender e Brandão.

Vamos falar um pouco sobre o futuro. A situação da Rede Federal hoje é relativamente consolidada, mas com muitas desigualdades entre institutos e mesmo entre os câmpus do mesmo instituto. Pensando dentro do marco educacional atual, muitos câmpus ainda se encontram incompletos, tanto do ponto de vista do quadro de pessoal quanto de infraestrutura, e precisam ser completados. Há ainda regiões não atendidas onde se torna necessária a implantação de novos câmpus. Há que se pensar como avançar por meio da educação a distância. Creio que a educação como um todo, em todos os níveis, passa por um ponto de inflexão. Há problemas crônicos e novas questões que se colocam de forma contundente e que precisam ser respondidas

com rapidez e com muito cuidado para que se tenha segurança no que se propõe como programas e projetos de futuro. Cabe principalmente aos atuais dirigentes dos IF, da SETEC e do MEC o dever de conduzir esta discussão e tomar as decisões sobre quais são os caminhos futuros da educação profissional e os destinos da Rede Federal.

Mas, em qualquer cenário, reitero minha crença na educação pública com qualidade em todos os níveis, inclusiva e com acesso a todos brasileiros e acredito que os IF e a Rede Federal são instrumentos imprescindíveis do processo educacional nesta perspectiva. Carrego comigo a satisfação e o orgulho de ter participado e contribuído ombreado com tantos outros amigos e colegas neste momento crucial e especial da educação e do Brasil.

Depoimento em vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>





Prof. Paulo César Pereira
ex-reitor do IF Goiás

<http://lattes.cnpq.br/5134896922194160>

A além de ser uma grande honra participar deste livro, contando um pouco da história dos Institutos Federais e da educação profissional, entendo como uma oportunidade ímpar para se registrarem informações importantes para o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil.

Faço parte do grupo de gestores que protagonizou uma profunda reestruturação da educação profissional com a criação dos Institutos Federais, a democratização dessas instituições e a consolidação da sua efetiva e estratégica finalidade de contribuição contundente para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país.

Entendo como importante destacar com qual bagagem cheguei à condição de reitor do Instituto Federal de Goiás e com quais percepções e propósitos participei da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil e da criação dos Institutos Federais. Sou ex-aluno do Curso Técnico de Edificações da saudosa Escola Técnica Federal de Goiás, na qual ingressei em 1978. Filho de um operário da construção civil e de uma mãe que, além dos afazeres domésticos, trabalhava como lavadeira de roupas para somar renda para o sustento da família com sete filhos, todos ex-alunos da Escola Técnica Federal de Goiás. Concluído o Curso Técnico de Edificações, aos 22 anos, retornei a essa instituição como professor de nível médio. Ao longo da minha atuação acadêmica dei continuidade aos estudos em nível superior, além de me manter muito atuante na vida da instituição, não apenas na condição de servidor e gestor público, mas, principalmente, na condição de cidadão.

Fui eleito Diretor-Geral do CEFET Goiás no ano de 2005, com um posicionamento claro de defesa das instituições públicas com responsabilidade convicta de promoção de justiça social e cumprimento incondicional de políticas de Estado. Na condição de Diretor-Geral do CEFET Goiás fui eleito vice-presidente e, em seguida, presidente do CONCEFET, o Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Nesta condição e, sob a nossa coordenação, o grupo de dirigentes da Rede Federal protagonizou essa revolução na educação profissional brasileira reconhecida internacionalmente. Criados os Institutos Federais, o grupo de dirigentes me deu a honra de ser reconduzido. Fui o último presidente do CONCEFET e, conseqüentemente, o primeiro presidente do CONIF.

Coincidentemente, meu mandato de reitor pró-tempore terminou logo após a homologação da Lei n.º 11.892/2008. Candidatei-me e fui eleito o primeiro reitor da Rede Federal, ainda antes da publicação do Decreto n.º 6.986/2009.

Falando sobre a reestruturação da educação profissional no Brasil não podemos deixar de reconhecer a importância do Governo do presidente Lula! A Rede Federal de Educação Profissional, desde a sua criação, sempre foi reconhecida pela qualidade do seu trabalho, mas nunca tratada como de importância estratégica para o desenvolvimento do país. Tanto é verdade que algumas dessas instituições vislumbravam fugir dessa condição, relativizar a sua responsabilidade pública para assumir o *status* de universidade.

Quando fui eleito diretor do CEFET-Goiás, em 2005, estávamos no início do Governo Lula, que, de pronto, se deparou com uma Rede Federal totalmente esquecida e marginalizada pelo governo anterior, que tinha o claro propósito de privatizar a educação brasileira. Os fatos comprovam isso, é só ver o grande número de universidades particulares que foram criadas à época. Com essa clara percepção e a história de lutas do presidente Lula em defesa da educação pública, da profissionalização e da garantia de dignidade aos trabalhadores, a expansão da Rede Federal EPT foi um dos pilares da sua campanha para reeleição à Presidência da República.

O sucesso da expansão foi tão grande que foi abraçada pelo Congresso Nacional e por todos os prefeitos do país que procuravam, insistentemente, o Ministério da Educação reivindicando a implantação de um câmpus em suas respectivas cidades.



Reunião no Palácio do Planalto entre reitores e o presidente Lula (2009)

No Governo Lula, as fases da expansão se deram de uma forma bem planejada, bem estruturada, inclusive definindo as localidades de implantação dos câmpus com a efetiva participação das instituições. Os estudos e as indicações foram aferidos pelos vários ministérios do governo, que validaram e confirmaram a pertinência e coerência das indicações em 96% das localidades. As citadas indicações partiram dos estudos realizados pela SETEC com levantamentos da densidade populacional, localização geográfica e arranjos produtivos e os diretores-gerais da Rede Federal foram chamados para avaliação, consolidação, bem como para ponderações, em relação às referidas indicações de localidades.

Quando a lei de criação dos Institutos Federais foi promulgada, a Rede Federal contava com pouco mais de 150 mil estudantes. Com todo o trabalho, conjuntamente realizado pelo Ministério da Educação e as instituições, esse número hoje ultrapassa a marca de 1,4 milhão de matrículas. Muito mais do que os expressivos números, a reestruturação da Rede foi acompanhada de um planejamento que percorreu desde estudos articulados com diferentes ministérios e as próprias instituições para a definição das localidades de implantação de novos câmpus, passando por estudos dos arranjos sociais culturais e produtivos e chegando à exigência de atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional de cada uma das instituições.

A reestruturação da Rede Federal estabeleceu uma condição totalmente nova e desafiadora para seus dirigentes e para a própria comunidade acadêmica. A enorme quantidade de obras para a construção dos novos câmpus, a implantação de centenas de novos cursos articulados com o planejamento institucional e com os arranjos de cada região, o protagonismo e pioneirismo na adesão ao ENEM, a formação de novos quadros de servidores, muitos desses sem a devida compreensão da responsabilidade pública da Rede Federal, nada disso foi mais desafiador do que a elaboração do desenho dos Institutos Federais e o trabalho de convencimento de várias instituições e dirigentes ainda apegados a “feudos” e outras conveniências. Felizmente, ao final, chegamos à aprovação da Lei n.º 11.892/2008 com o unânime apoio das instituições e do Congresso Nacional.

De agora em diante é fundamental que sejam formadas novas lideranças para a gestão dessas instituições; sejam formados quadros de servidores com compromisso público e responsabilidade social. Para tanto é indispensável que seja envolvida toda a comunidade acadêmica no permanente debate sobre o nosso papel e a nossa responsabilidade para com o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico do país. Para começar, podemos discutir quem somos, qual é o nosso papel e a nossa responsabilidade social e institucional e, a partir de discussões pensadas, planejadas e sistematizadas, na perspectiva de retroalimentar o planejamento institucional, no contexto da evolução da Rede Federal.

Quanto à gestão dos Institutos Federais, vejo com certa preocupação, mas, ao mesmo tempo, com muito otimismo. A preocupação está na falta de preparo, experiência e até mesmo compromisso efetivo de alguns gestores com os princípios norteadores da responsabilidade pública dos Institutos Federais, claramente definida nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei n.º 11.892/2008. Nota-se que alguns dirigentes esperam as demandas baterem à porta das instituições. Outro aspecto definido pela Lei n.º 11.892/2008 e tratado com displicência pelas instituições e o próprio MEC diz respeito à eficácia do apoio à educação pública como um todo e a proatividade dos institutos federais com vistas ao desenvolvimento regional. Por outro prisma tenho convicção que a presença do câmpus em cada cidade do interior, por si só, já exige efetivas ações na promoção do desenvolvimento. Levantamentos realizados pelos observatórios de prospecções e pesquisas mostram claramente a influência dos câmpus da Rede Federal no crescimento dos municípios.

Concluindo essa minha abordagem quero deixar registradas algumas proposições para reflexão do Ministério da Educação e do próprio presidente Lula. Na condição de ex-presidente do CONIF quero resgatar o compromisso feito à época pelo Ministério da Educação para a implantação de novas unidades, para que a Rede Federal se assemelhe aos países desenvolvidos do mundo inteiro e alcance o número de, pelo menos, 1.000 mil câmpus de Institutos Federais. Essa meta não pode se perder no tempo e deve ser concretizada com a efetiva participação das instituições da Rede Federal, como aconteceu nos governos do presidente Lula, mas foi ignorada nas etapas subsequentes.

Por fim, quero sugerir que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da mesma forma que foi constituída para formação de profissionais da área industrial e agropecuária para apoiar o desenvolvimento econômico do país: para a formação de professores no apoio e fortalecimento das redes públicas de ensino, também atue de forma contundente, orientada e planejada, com a implantação de novos câmpus projetados e estruturados especificamente para a formação de profissionais na área de saúde. A Rede Federal, por ser cobrada pela sociedade, inclusive já vem atendendo timidamente a essa demanda, mas sem a devida orientação e aporte financeiro. Não estamos falando da criação de cursos de Medicina e nem esse pode ser um argumento contrário à proposição. Estamos falando de uma enorme gama de outras profissões na área de saúde que, com certeza, abrirão novas oportunidades para os jovens e adultos e trarão uma nova perspectiva para a saúde da população brasileira.

O Programa Mais Médicos, criado pelo Governo Federal, e a própria pandemia de Covid-19 demonstram claramente a carência e vulnerabilidade da população brasileira em relação às questões de saúde, particularmente aquela de mais baixa renda.



Prof. Sérgio Gaudêncio Portela de Melo

ex-reitor do IFPE

<http://lattes.cnpq.br/4014740650465859>

O ano era 2004. A Educação Profissional e Tecnológica vivia momentos de ebulição. Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, a educação no Brasil passara a ser vista como investimento e não como despesa, conforme palavras do próprio presidente. A partir daí fazia-se necessário um resgate imediato das concepções pedagógicas, políticas e legais acerca da educação profissional brasileira. Era imprescindível a revogação do Decreto n.º 2.208/97, que seccionava a formação profissional do ensino médio regular. Essa separação nos remetia a um retrocesso histórico e nos encaminhava para a elitização do público dos, na ocasião, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), além de fraturar a contextualização íntegra e socialmente consistente para a formação para a cidadania plena dos estudantes. O ano de 2004 foi um momento das buscas pelo fortalecimento dos investimentos e pelas reestruturações das políticas públicas educacionais. É nesse cenário que vem a revogação da Lei n.º 8.948/94, que proibia a construção de novas escolas técnicas através da Lei n.º 11.195/05 e a elaboração do Decreto 5.154/04, que reintegrava a educação profissional ao ensino médio. Com o intuito de atender às enormes demandas por educação profissional e tecnológica advindas dos municípios localizados no interior dos estados, surgiu o primeiro plano de expansão da Rede Federal com a criação de cinco escolas técnicas federais e de quatro escolas agrotécnicas federais, além da implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas dos então CEFET.

Apesar do grande avanço já obtido, o Brasil precisava preencher uma importante e cruel lacuna que deixava as escolas de ensino fundamental e

médio, principalmente as localizadas no interior dos estados, sem professores nas áreas da Matemática, Física e Química. As universidades não conseguiam prover integralmente essa demanda e as crianças e jovens ficavam à deriva sem a devida e necessária formação científica.

Penso que os fatores históricos acima mencionados serviram de base para a consolidação de políticas públicas que viabilizassem a adequação da educação às demandas e necessidades socioeconômicas e pedagógicas existentes. Nesse contexto, era essencial o fortalecimento dos CEFET para o atendimento às demandas de qualidade e quantidade encontradas, inclusive para a reestruturação do ensino superior com vistas a uma maior oferta de licenciaturas.

Ressaltemos que, em 2005, foi criada a Universidade Tecnológica Federal do Paraná a partir do CEFET-PR. Esse modelo foi amplamente debatido na ocasião e muitos CEFETs entendiam ser esse o modelo ideal para viabilizar o que se pretendia para a solução das lacunas existentes. Em agosto de 2005, no início da idealização de um novo modelo institucional, fui eleito para assumir a presidência do CONCEFET.

Importante enfatizar que a chegada de Fernando Haddad ao Ministério da Educação e de Eliezer Pacheco à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2005) fortaleceram a ideia da criação de uma nova institucionalização, bem como selava a discussão sobre as universidades tecnológicas federais. Chancelaram que esse não seria o modelo institucional ideal e trouxeram à tona a proposta da criação de Institutos Federais como alternativa viável e sólida para a reestruturação vislumbrada. Após várias discussões e debates com envolvimento do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do CONCEFET (Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica) e do CONEAF (Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais), foi elaborado o Decreto n.º 6.095/07, que estimulava a reorganização e a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, integrando os CEFETs e EAF e encaminhando a criação, por projeto de lei, dos IFETs (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia). Como não lembrar das diversas idas e vindas aos gabinetes do ministro Fernando Haddad, do secretário Eliezer Pacheco, do diretor da Rede, Getúlio Marques, e do coordenador Gleisson Rubin para discutirmos e avançarmos na proposta?

Institutos Federais dos brasileiros

Como não lembrar das inúmeras e eletrizantes reuniões do CONCEFET na sala do Conselho Nacional de Educação? A participação dessas entidades foi crucial para a construção do modelo, dos documentos e da legislação de formatação, estruturação, embasamento pedagógico do Projeto de Lei e até do próprio nome (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), que nos levou à aprovação e sanção da Lei n.º 11.892/2008. A histórica reunião do CONCEFET ocorrida em Recife em julho de 2007 representa, de forma fidedigna, a participação efetiva das instituições nos debates para a consolidação do modelo dos Institutos Federais, para a reestruturação organizacional e para a ampliação do quadro de servidores docentes e administrativos com vistas ao alcance das metas previstas para o novo desafio.



Evento de inauguração do câmpus Caruaru (2010)

No contexto local, a construção do IFPE seguiu as mesmas características de participação democrática do novo projeto. Em virtude de arranjos produtivos locais bem distintos e distâncias consideráveis, o desenho da Rede Federal contemplou Pernambuco com dois Institutos Federais: o de Pernambuco e o do Sertão Pernambucano. Particularmente ao IFPE, as instituições eram quase centenárias: CEFET-PE (Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco), EAF Barreiros (Escola Agrotécnica Federal de Barreiros), EAF Belo Jardim (Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim), EAF Vitória de Santo Antão (Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão), Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (vinculado à Universidade Federal Rural de Pernambuco).

O CEFET-PE possuía, na ocasião, a unidade de Recife, Pesqueira e, mais recentemente, Ipojuca. A Lei n.º 11.892/08 instituiu a necessidade imediata da construção do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) com a participação efetiva e igualitária das instituições que integrariam o IFPE. Óbvio imaginar que uma mudança tão drástica dos modelos institucionais e de gestão iria proporcionar dúvidas, anseios, desconfianças e divergências entre alunos, servidores e gestores. Entretanto, o Projeto de Lei trazia em seu texto a garantia de fortalecimento, crescimento e boas perspectivas de futuro.

O projeto foi apresentado em cada uma das unidades e em cada uma das instituições, contemplando-se o envolvimento dos segmentos discente, administrativo e docente. O objetivo era mostrar o novo modelo e as vantagens e desvantagens que ele poderia trazer. A comunidade do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas optou pela não adesão ao modelo de Instituto Federal proposto e preferiu manter-se vinculado à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). As comunidades das demais instituições entenderam como relevante a proposta e aceitaram integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. A partir dessa concordância, demos início à constituição dos documentos e regulamentos previstos na Lei n.º 11.892/08.

O PDI foi exaustivamente debatido com todos os segmentos das quatro instituições e consolidado de forma participativa e democrática como assim previra a Lei. Da mesma forma, foi elaborado o Projeto Político Pedagógico, os regulamentos e constituição do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes, também previstos na legislação.

Iniciamos uma jornada de muito trabalho com vistas a proporcionar a criação de licenciaturas em Matemática, Física e Geografia, gerando o aumento de vagas e o alcance de, no mínimo, 20% das vagas voltadas à formação docente. Ampliamos consideravelmente nossas ações de extensão e pesquisa e conseguimos constituir um Instituto forte, democrático, abrangente e diverso. Ao tempo em que se consolidava o novo modelo, construíamos três novos câmpus (Caruaru, Garanhuns e Afogados da Ingazeira) para atender à interiorização da educação profissional de nível médio e superior, além das ações de extensão e pesquisa voltadas a contemplar os arranjos produtivos e sociais locais de cada região do estado.

Posteriormente, o IFPE sofreu nova ampliação com a 3ª fase de expansão da Rede Federal. Hoje, o IFPE conta com 16 câmpus e 15 polos de EaD bem distribuídos pelo estado de Pernambuco. Vivenciar cada etapa da idealização, formatação, construção e consolidação dos Institutos Federais é algo que traz um orgulho único e intenso. Escrever a história vivendo cada instante, cada etapa e cada capítulo engrandece a nossa alma, enobrece a nossa profissão e nos transforma em atores reais de um livro que mudou a face da educação profissional, científica e tecnológica do nosso país.



Prof.ª Vera Maria Ferreira Rodrigues

ex-reitora do Colégio Pedro II

<http://lattes.cnpq.br/2091608321733773>

A origem do Colégio Pedro II remonta ao século XVIII, quando, em 1739, foi criado o Colégio dos Órfãos de São Pedro, transformado, em 1766, no Seminário dos Órfãos de São Joaquim. Em 2 de dezembro de 1837, o Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos apresentou à assinatura do Regente Pedro de Araújo Lima o decreto que reorganizava completamente o Seminário dos Órfãos de São Joaquim e mudava-lhe o nome para Imperial Collegio de Pedro II, em homenagem ao Imperador menino, por ocasião de seu décimo segundo aniversário. Transformado em Autarquia Federal por Decreto Lei de 28 de fevereiro de 1967, pela atual estrutura do Ministério da Educação, o Colégio está vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Porém, pela diversidade de suas ações, mantém permanente diálogo com praticamente todas as Secretarias do MEC.

Tem a singularidade de ser a única escola de Educação Básica vinculada ao Ministério, bem como de ser preservado constitucionalmente como uma instituição federal de ensino. Esta condição é resultado do reconhecimento do governo e da sociedade por este educandário que tem atravessado séculos com a tradição de oferecer ensino público de qualidade. Inúmeras personalidades das ciências, das letras, das artes, da diplomacia, da política nacional, incluindo quatro presidentes da República, um dos quais foi Nilo Peçanha, em cujo governo, em 1909, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, passaram por seus bancos escolares ou pertenceram ao seu corpo docente.

A década de 1950 representou o primeiro ciclo de expansão do Colégio, que até então era constituído por duas casas: o Externato, fundado em 1837, e o Internato, criado em 1857. Nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, com a justificativa da demanda por matrículas de ingresso na 1ª série do Curso Secundário (atual 6º ano do Ensino Fundamental), através do histórico exame de admissão, foram criados a Seção Norte, a Seção Sul e o Anexo Tijuca. Na década de 1980, as cinco casas passaram a ser denominadas Unidades Escolares.

O segundo ciclo de expansão do Colégio Pedro II ocorreu entre os anos de 1984 e 1987, com a sucessiva criação das Unidades Escolares dedicadas ao Primeiro Segmento, atualmente denominado Anos Iniciais do Ensino Fundamental: São Cristóvão I, Humaitá I, Engenho Novo I e Tijuca I.

Desde o início da década de 1990, o Colégio Pedro II, saindo do isolamento em que se encontrava, passou a participar ativamente do Conselho de Diretores de Escolas Técnicas Federais (CONDITEC), o qual, em 1999, foi substituído pelo CONCEFET.

A partir de 2004, o professor Wilson Choeri, ao iniciar seu terceiro mandato como Diretor-Geral eleito pela comunidade escolar, sensível à nova política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e ao mesmo tempo preocupado com a manutenção do Colégio Pedro II como instituição pública federal, uma vez que eram recorrentes os movimentos para estadualizá-lo, deu início ao terceiro ciclo de expansão com a implantação de novas Unidades Escolares. Acreditava, e com razão, que, se o Colégio ampliasse sua atuação para outras regiões, tornar-se-ia mais forte e menos suscetível a ameaças de fechamento ou estadualização, além de beneficiar milhares de jovens que até então tinham que efetuar grandes deslocamentos para acessá-lo. A primeira dessas novas unidades foi a de Realengo, inaugurada em 6 de abril de 2004, a princípio voltada exclusivamente para alunos de Ensino Médio. Seguiu-se a Unidade Escolar Descentralizada de Niterói, a primeira fora do município do Rio de Janeiro e igualmente destinada ao Ensino Médio, em 5 de abril de 2006. E, por fim, a Unidade Escolar Descentralizada de Duque de Caxias, em 12 de setembro de 2007, também destinada ao Ensino Médio.



Registro do XXVI REDITEC – Florianópolis com as colegas Janete e Consuelo

Ingressei no Colégio Pedro II como aluna, em 1961. Retornei como professora de Matemática, em 1972, e nele permaneci por quase cinco décadas, até a aposentadoria em março de 2020. Depois de ser coordenadora de Matemática, coordenadora de turno, substituta eventual da diretora da Unidade Escolar Centro, diretora da Unidade Escolar Centro, por três mandatos, e secretária de Ensino, aceitei a indicação para participar do processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Diretor-Geral, em 2008, principalmente por acreditar no trabalho iniciado por professor Wilson Choeri, que fora Diretor-Geral de dezembro de 1994 a janeiro de 2008, e desejar contribuir para sua consolidação. Assim, me tornei a primeira mulher eleita Diretora-Geral do Colégio Pedro II.

Fui nomeada por Decreto Presidencial de 21 de agosto de 2008 e empossada pelo ministro Fernando Haddad, em 27 de agosto. Poucos dias depois retornava a Brasília, a fim de participar, pela primeira vez como Diretora Geral, da reunião do CONCEFET.

De janeiro a agosto de 2008, o Colégio Pedro II teve um Diretor-Geral *pro tempore*, encarregado de conduzir o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do novo Diretor-Geral. Consequentemente, o Colégio Pedro II não participou das reuniões do CONCEFET em que o projeto de lei,

que originaria a Lei n.º 11.892/2008, estava sendo discutido. Apenas quando compareci a essa reunião se teve ciência do projeto de lei. No intuito de evitar atraso em sua tramitação no Congresso Nacional, para que a lei fosse sancionada ainda naquele ano, a fim de ser implementada em 2009, não poderia haver qualquer alteração em seu texto. Assim, naquela ocasião, o Colégio Pedro II não pôde ser incluído na citada lei.

Entretanto, desde a década de 1990, sucessivos Diretores-Gerais do Colégio Pedro II buscaram, sem êxito, elaborar e aprovar um novo Regimento Interno para a instituição, uma vez que o que fora baixado pela Portaria n.º 503/MEC, de 28 de setembro de 1987, que tinha a função de Estatuto e estava em pleno vigor, continha pontos divergentes com o Decreto Lei n.º 245, de 28 de fevereiro de 1967, que transformara o Colégio Pedro II em autarquia, modificado pela Lei n.º 5.758/1971. Além disso, uma série de inovações praticadas na instituição não constavam do Regimento. Urgia, portanto, que se procedesse à reformulação dos documentos que regulavam o funcionamento institucional, de modo a adequá-los à legislação e realidade vigentes, entre outras razões.

Assim, em minha primeira reunião com o ministro Fernando Haddad, para tratar de assuntos de interesse do Colégio Pedro II, em março de 2009, apresentei-lhe a necessidade de reformulação da legislação institucional. Na ocasião, o ministro manifestou a possibilidade de estender a legislação dos Institutos Federais ao Colégio Pedro II, naquilo que coubesse, mas não deixou claro como isso iria ser feito. Somente em julho veio a ser formalizada por meio de ofício a orientação para que o próprio Colégio procedesse à elaboração da proposta de projeto.

Em 29 de julho, reuni-me com o secretário-executivo do MEC, Henrique Paim, ocasião em que, além de ratificar o referido documento, ele solicitou que o trabalho fosse feito em caráter de urgência, devendo ser enviado ao ministro até o final do mês de agosto, para análise pela Assessoria Jurídica. Também foi pedido o encaminhamento do estudo da necessidade de cargos de servidores docentes e técnico-administrativos que precisavam ser criados para fazer frente à expansão do Colégio desde 2004. Assim, em 3 de agosto de 2009, foi entregue ao MEC detalhada exposição de motivos historiando o caminho trilhado pelo Colégio Pedro II ao longo de sua história, principalmente em seu passado recente, e a projeção para o futuro,

acompanhada de quadros que resumiam os cargos necessários, escalonados até 2013. Em 25 de agosto de 2009, a proposta de anteprojeto de lei elaborada por comissão constituída por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica da instituição foi enviada ao ministro da Educação. O anteprojeto de lei foi analisado pela equipe do ministro, tendo recebido algumas propostas de alteração, em artigos e incisos que tratavam das finalidades, características e objetivos do Colégio Pedro II, por parte da Secretaria Executiva Adjunta, assim como das Secretarias de Educação Básica e de Educação Profissional e Tecnológica do MEC. Foram integralmente aceitos os artigos e incisos referentes à Estrutura Organizacional e às Disposições Gerais e Transitórias.

Após reuniões com o próprio Ministro e integrantes de sua equipe, o MEC enviou o anteprojeto para o MPOG, no final de maio de 2010. Entretanto, soube-se depois que o anteprojeto não teve qualquer encaminhamento nesse Ministério, permanecendo guardado em alguma gaveta, lamentavelmente. Em janeiro de 2011, assumiu novo governo federal, e ainda que o ministro Fernando Haddad tivesse permanecido à frente da pasta da Educação, ocorreu mudança na orientação governamental, sendo definidas novas metas de trabalho. Em lugar de tratar por meio de diversos projetos de lei as diferentes questões relativas às instituições federais de ensino, a nova orientação foi de unificar todos os anteprojetos em um único. Sucederam-se novas reuniões com a equipe do MEC, visando preservar o texto do projeto de lei próprio do Colégio Pedro II. Por fim, a decisão governamental foi inserir o Colégio Pedro II na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com pequenas alterações de alguns artigos da Lei n.º 11.892/2008.

Assim, com a aprovação da Lei n.º 12.677, em 25 de junho de 2012, o Colégio Pedro II foi incluído na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a instituição passou a viver um momento de grande importância, em sua história recente. O Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais, mantendo, contudo, sua característica de instituição especializada na oferta de Educação Básica. Na prática, passou a ter outro ordenamento jurídico, que atualizou suas ações e atividades, e a contar com importantes instrumentos de gestão, permitindo maior agilidade em suas ações, e ampliando a diversidade de sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Como se aproximava o final de meu mandato como Diretora-Geral, havia sido deflagrado o processo de consulta à comunidade escolar para escolha de Diretor-Geral. Porém, logo teve que ser interrompido, devido a uma greve de servidores públicos federais e, depois, em virtude da extinção do referido cargo pela nova legislação. Fui então nomeada reitora *pro tempore*, em 10 de agosto de 2012, como estabelecido pela Lei n.º 11.892/2008, que passou a gerir o Colégio Pedro II.

Ainda devido à nova lei, cada uma das antigas Unidades Escolares se converteu automaticamente em câmpus, e os diretores de Unidades passaram a ser diretores-gerais de câmpus.

Ao longo de minha gestão, além de se consolidar a expansão iniciada por meu antecessor, passou-se a oferecer em Realengo, além do Ensino Médio, os anos finais do Ensino Fundamental, constituindo assim a Unidade Escolar Realengo II. Em 2010, levando em consideração a enorme área disponível naquele local, que outrora fora uma fábrica de cartuchos do Exército, foi criada a Unidade Escolar Realengo I, destinada aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assim, por ocasião da promulgação da lei, o Colégio Pedro II contava com 14 Unidades Escolares, que passaram a ser 14 Câmpus. Como reitora *pro tempore*, achei por bem criar apenas as cinco pró-reitorias previstas na legislação, correspondentes às Diretorias existentes, sem alterar as demais estruturas organizacionais, por entender que isso somente deveria ser realizado após a elaboração do Estatuto, que definiria a nova organização institucional, e pelo reitor que viesse a ser eleito.

Adotou-se o modelo vigente na maioria dos Institutos Federais, com pró-reitorias de Administração e Planejamento, de Desenvolvimento Institucional, de Ensino, de Extensão e Cultura, e de Pesquisa e Pós-Graduação. A Diretoria de Gestão de Pessoas foi mantida como diretoria sistêmica, diretamente ligada ao reitor.

Desejava que a consulta para escolha do reitor ocorresse ainda no ano de 2012, em face da situação atípica em que o Colégio se encontrava, de ter tido um processo eleitoral recém-iniciado e logo interrompido. Pelo que estabelece o Decreto n.º 6.986, de 20 de outubro de 2009, o Conselho Superior teria que iniciar o processo eleitoral no início do mês de outubro. Mas, para que isso ocorresse, a eleição dos membros do Conselho Superior teria que ser feita em setembro.

Portanto, o Estatuto teria que ser encaminhado ao Ministério da Educação na primeira quinzena de setembro. Foi constituído um Grupo de Trabalho com representantes dos segmentos integrantes da comunidade acadêmica, que em um esforço conjunto concluiu a tarefa em 10 de setembro.

De imediato, o trabalho foi encaminhado ao MEC. Contudo, o Estatuto só foi aprovado pela Portaria Ministerial n.º 1.316, de 5 de novembro de 2012. Desse modo, apesar de todo meu empenho, assim como do GT, o que eu não desejava, acabou por acontecer – a eleição de reitor ficou para o ano seguinte. Em novembro foi iniciado o processo para escolha dos membros do Conselho Superior – CONSUP, que foi eleito e empossado em dezembro. O CONSUP trabalhou desde janeiro de 2013 em sua estruturação, vindo a deflagrar em abril o processo de consulta à Comunidade Acadêmica para escolha do primeiro reitor eleito do Colégio Pedro II e que veio a ser concluído em 3 de julho, com o envio ao MEC do resultado, que teve como vencedor o professor Oscar Halac, nomeado por Decreto Presidencial de 3 de outubro de 2013. Encerrava-se, assim, minha missão de conduzir o Colégio Pedro II na transição para a nova institucionalidade. Coube ao reitor eleito a consolidação da nova estrutura.

Em 24 de março de 2009 foi criado o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em decorrência da referida Lei n.º 11.892/2008. O CONIF sucedeu ao CONCEFET. Dele participei ativamente desde o princípio e incentivei todos os pró-reitores do CPEI a se integrarem nos respectivos fóruns do CONIF.

Como exemplo da integração do Colégio Pedro II com a Rede Federal, registra-se o fato de ele ter sediado o 1º Encontro Brasil-Canadá de Educação Profissional e Tecnológica, de 4 a 8 de outubro de 2010, que contou com a participação de cerca de 150 dirigentes das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da *Association of Canadian Community Colleges*. O encontro teve por objetivos formular políticas que permitissem o fortalecimento e a socialização das ações comuns, nos níveis nacional e internacional e possibilitassem a integração das escolas da Rede Federal brasileira com os *Community Colleges* do Canadá. O evento foi uma excelente oportunidade para debater questões emergentes relativas à Educação Profissional e Tecnológica, fundamentadas prioritariamente nas experiências dos participantes, objetivando a formulação de diretrizes para o fortalecimento das ações comuns a essas instituições dos dois países,

bem como a expansão do Projeto Mulheres Mil, com o objetivo de que cada instituição integrante da Rede Federal tornasse o Mulheres Mil uma ação permanente e contínua. O 1º Encontro foi organizado de forma a permitir o aprofundamento de temas emergentes distribuídos em palestras, debates, visitas técnicas, culminando com a celebração do Convênio Brasil-Canadá. A sessão de abertura foi no salão nobre do Colégio Pedro II e, nos dias que se seguiram, as atividades foram realizadas no auditório do Hotel Miramar e nas dependências do CEFETRJ. Os participantes foram recepcionados pela presidente do CONIF, professora Consuelo Aparecida Sielski, então reitora do Instituto Federal de Santa Catarina, e por mim, como Diretora-Geral do Colégio Pedro II.

Creio que nossa integração com o CONIF, aliada ao apoio dos reitores dos Institutos Federais durante todo o relatado processo de inclusão do Colégio Pedro II na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tenha contribuído para alcançar o objetivo. Graças à nova institucionalidade, o Colégio Pedro II pode ampliar sua área de atuação, originalmente voltada exclusivamente para a Educação Básica, e que atualmente vai da Educação Infantil à graduação e à pós-graduação, conjugando ensino, pesquisa e extensão.

Agradeço pela oportunidade de participar deste livro, uma vez que considero importante deixar registrado para os atuais e futuros integrantes da Rede Federal, assim como para aqueles que se interessam pelo assunto, como se deu sua criação e a inclusão nela do mais antigo e tradicional estabelecimento federal de ensino – o Colégio Pedro II.



Alexandre Bahia Santos
Diretor-executivo do CONIF

A importância da Rede Federal cresceu grandemente, sobretudo pela inserção do CONIF nos espaços de poder. À medida que a Rede foi consolidando-se, o CONIF também se estruturou. O CONIF emite posicionamentos que têm um forte impacto na Rede Federal e também na nossa sociedade. Claro que o CONIF não é um órgão deliberativo e não significa que suas recomendações devam ser imediatamente seguidas. As instituições que fazem parte da Rede são autarquias com autonomia pedagógica e administrativa. O CONIF é um órgão político que contribui para a Rede construir políticas públicas para educação profissional, científica e tecnológica por meio de sua inteligência coletiva, eu gosto de chamar assim, composta por seus reitores, pró-reitores e dirigentes. O CONIF também atua na defesa dos interesses da Rede Federal. Alguns gostam de chamar de “*advocacy*” em defesa da Rede. É um órgão que mantém vigilância em qualquer assunto que seja do interesse da Rede. Sejam assuntos que possam desvirtuar a nossa Lei, por exemplo, ou assuntos que possam elevar a Rede a outro nível, colocando a Rede em outra situação. Nossas assessorias foram se modificando ao longo do tempo. Dou o exemplo da comunicação. Era uma comunicação mais publicitária. Hoje é uma comunicação política de posicionamento. A Assessoria Internacional também trabalha para a inserção da Rede nos debates internacionais. A Diretoria de Relações Institucionais e Governamentais, da minha amiga Fernanda Torres, também teve esse desenvolvimento de levar para o Congresso Nacional, para o Poder Executivo e para as instâncias e também para o terceiro setor os posicionamentos da Rede. E a nossa própria formação profissional, dos colegas que chegaram depois, tem esse viés. Minha formação é em Administração, mas

depois fui para a área da Ciência Política. Foi uma condição natural para poder também acompanhar a transformação do CONIF. Nós também fomos nos reorganizando, nos reinventando como trabalhadores aqui do Conselho. Nesse momento, está em andamento a construção de um planejamento estratégico para a Rede Federal. Esse planejamento talvez seja um marco aqui para o CONIF, uma vez que ele vai balizar as políticas públicas, os produtos, os processos que a Rede Federal não só vai entregar, mas de que também vai participar nos próximos anos. A ideia é que o CONIF tenha esse planejamento estratégico e possa se sentar com os governos que forem assumindo ao longo do tempo para dizer: “Olha, nós, enquanto a Rede, entendemos que devemos caminhar para essa direção”. Então, nós queremos que as políticas públicas dos governos que forem assumindo caminhem nessa direção, porque nada é melhor e mais eficaz do que a própria Rede definir a inteligência. Completamos 115 anos no próximo ano, em 2024. Então, nós, aqui enquanto o conselho, entendemos que é a própria Rede que deve apontar o futuro, deve apontar para onde ela deve caminhar, e nós vamos defender isso nas instâncias do Poder Executivo e no Poder Legislativo, para que os recursos públicos sejam destinados para dar conta desse planejamento, desses produtos, dessas entregas para a sociedade brasileira.



Foto de reunião itinerante do CONIF em Florianópolis-2022.

Penso que é essencial fortalecer a ideia de autonomia da Rede Federal e ampliar a autonomia política, e eu quero sublinhar isso. A Rede precisa estar protegida e para que possamos garantir, quem sabe, mais 115 anos à frente, transformando vidas, que é o nosso lema. Eu me surpreendo todos os dias com o que a Rede faz. Todos os dias, ao longo desses 15 anos em que estou aqui, descubro o quão importante é a Rede. Mais do que isso, tudo o que ela faz para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro, sobretudo para os jovens. Eu estou tendo a oportunidade de conhecer vários câmpus, diversos Institutos Federais, e isso tem contribuído para uma percepção de que essa é uma das políticas públicas mais exitosas, vistosas e mais robustas que o Estado brasileiro já produziu. Porque ela tem como característica a interiorização, que é levar a educação pública de qualidade para o interior do nosso país, para os jovens que estavam excluídos, impactando na economia, formando cidadãos. A formação cidadã talvez seja algo que eu mais aprecio hoje na rede. Então, a rede tem essa capacidade de transformar vidas. E aí eu acho que, se nós fizermos qualquer ação aqui no CONIF que impacte ao menos uma vida, creio que já valeu a pena vir trabalhar e poder nos reunir, gastar tempo em políticas públicas e na defesa daquilo em que acreditamos.

Depoimento em vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>



6

Discursos

Discurso do **Presidente Luís Inácio Lula da Silva** durante a assinatura da Lei n.º 11.892/2008

Fonte: Biblioteca da Presidência

“**P**rimero, quero cumprimentar meus companheiros Fernando Haddad, da Educação, e o companheiro Hélio Costa, das Comunicações. O nosso governador – e dizer para vocês que a vinda do Wellington hoje aqui é um sinal de esperteza dele. Ele só dá folga para o governo federal no Natal. Ele já está aqui para saber o seguinte: ‘Eu quero saber se vai sobrar dinheiro que não foi gasto, porque eu preciso levar dinheiro para o Piauí’. Quero cumprimentar os senadores Jucá, líder do governo; a Ideli, companheira líder do PT; a Fátima Cleide; o companheiro Cristovam e o companheiro Inácio Arruda. Quero cumprimentar os deputados Alex Canziani, Eduardo Valverde, Osmar Serraglio e Reginaldo Lopes. Cumprimentar o Dr. Hélio, nosso prefeito de Campinas. Cumprimentar o nosso companheiro Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério. Cumprimentar os companheiros dirigentes de entidades de classe da área da educação. Cumprimentar... Só tem uma pequena futura aluna aqui, cumprimentar essa aluna. Bem, eu vou ter que repetir o óbvio aqui, mas é importante repetir, porque dizem que se a gente não repetir muitas vezes a imprensa não publica. Então vocês, por favor, liguem os gravadores de vocês aí, porque... Primeiro, eu queria agradecer aos deputados e aos senadores. Muitas vezes se tenta criar uma disputa mais do que ela é, na verdade, entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Eu penso que não teve uma matéria importante, na área da educação, que nós mandamos para o Congresso Nacional, que não fosse aprovada quase por unanimidade.

Nós só tivemos o percalço da questão da CPMF, que um dia a história vai julgar. Mas o dado concreto é que, em se tratando de saúde e de educação, o Congresso normalmente consegue votar, por unanimidade, a grande maioria das coisas que dizem respeito à educação e à saúde.

Sobretudo quando as coisas são bem encaminhadas, são bem discutidas e, sobretudo, quando há vontade política do governo, quando há vontade política dos deputados e senadores ligados à área da educação, quando há vontade política dos educadores da área de escola técnica, as coisas funcionam com muito mais facilidade. Então, eu quero terminar o ano fazendo os meus agradecimentos à competência que vocês tiveram na aprovação desta Lei. A sanção do Projeto de Lei n.º 177, de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, reordena o sistema nacional de escolas técnicas quase 100 anos após a sua criação. Além da expansão do número de unidades, as escolas passarão por uma reorganização administrativa e pedagógica. Os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia serão constituídos a partir da integração e reorganização de centros federais de educação tecnológica, escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas às universidades federais que atuam em uma mesma base territorial. Vamos ver aqui para que serve tudo isso que nós estamos fazendo aqui e para que serviu a Lei. Primeiro, ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos, em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão; constituir centros de excelência na oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica, inicial e continuada, para a formação de professores da educação básica, sobretudo nas áreas de Física, Química, Biologia e Matemática, assim como oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica; atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, mantendo estreito compromisso com o desenvolvimento integral do trabalhador. Pelo menos metade das vagas ofertadas em cada Instituto Federal será destinada a cursos de educação profissional técnica de nível médio, preferencialmente integrada ao ensino médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e cursos de educação profissional para jovens e

adultos do Proeja. Outros 20% das vagas serão destinados aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica voltados à formação de professores e especialistas, para as disciplinas científicas do ensino médio e da educação profissional. Bom, é isso que vocês de bom grado aprovaram e que eu sancionei. Agora, um outro dado importante, porque essas coisas precisam ser do conhecimento do povo, para ver como nós trabalhamos, ao longo da história do Brasil, para retardar o avanço da educação no nosso país. A criação das Escolas de Aprendizes Artífices foi o acontecimento mais marcante do ensino profissional na Primeira República. O Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, criou 19 escolas nas capitais dos estados então existentes. Em 2003, a Rede Federal de Educação Tecnológica possuía 140 em 23 estados da Federação. A Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005, já com o voto de todos vocês, permitiu à União criar novas unidades federais de educação profissional e tecnológica. Após a nova lei, foram criadas 64 novas unidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Foram beneficiados os estados desprovidos de instituições dessa natureza, regiões do interior do País e as periferias dos grandes centros urbanos. E é importante que outro governo venha e faça aquilo que precisa ser feito até a gente não ver mais ninguém reclamando da falta do ensino técnico no Brasil. O mais importante de tudo é que este ano nós vamos ter a formação dos primeiros 56 mil jovens universitários do ProUni. Ou seja, não é pouca coisa. Primeiro, você vencer o tabu de colocar pobre na universidade. Segundo, você perceber que esses pobres, que foram esculhambados no começo, passarem a ser reconhecidos como os melhores em várias áreas. De Medicina a Engenharia, os estudantes do ProUni têm sido classificados como os de melhor qualidade.

Isso porque, possivelmente, aquele que já nasce predestinado a ir para a universidade não dá importância, porque a conquista não foi tão grande. Mas esse pobre, que tinha desanimado, que vai tirar o seu diploma este ano... já tirou o diploma agora, vai só fazer a entrega, eu estou falando para o Fernando Haddad: nós temos que fazer uma grande festa. Uma grande festa, que é para a gente não só valorizar o que foi feito, mas para a gente estimular outros jovens pobres, da periferia, que ainda pensam que não vai ter solução para o problema dele, a se estimularem e a terem vontade de voltar a estudar.

Quanto ao ProJovem, nós queremos chegar a 4 milhões e meio de jovens até 2010, jovens que desistiram de estudar, jovens entre 15 e 24 anos que

já estão aí no fio da navalha para cair na criminalidade ou perder totalmente a esperança. Nós, agora que conseguimos convencer os prefeitos de que é um grande programa... No primeiro ano que nós lançamos, pasmem, teve prefeito que não fez a inscrição, porque nós queremos fazer em parceria com as prefeituras, porque não cabe ao governo federal fazer a inscrição. Mas teve prefeito que não inscreveu gente para o ProJovem, passando a ideia de que na sua cidade não tem jovens carecendo de estudar.

Agora, me parece que aumentou muito a disposição dos prefeitos. Nós, com essa eleição de agora, vamos ter muitos prefeitos novos. Eu estou convocando uma reunião dos prefeitos, dr. Hélio, para o dia 10 de fevereiro, em que eu vou apresentar uma pauta de reivindicação para vocês. Historicamente, vocês apresentam uma pauta de reivindicação para mim, e eu vou apresentar uma pauta de reivindicação que eu acho positiva e necessária. Por exemplo: como a gente pode acabar com o analfabetismo neste país? Porque uma coisa que você não pode permitir é que uma criança, nascida hoje, seja analfabeta. Mas acontece que nós temos um estoque, nós recebemos um estoque histórico, neste país, de pessoas que estão com 90 anos, ou com 17 anos, que não foram para a escola. Como a gente pode alfabetizar toda essa gente sem a participação dos prefeitos? Quem conhece a periferia de cada cidade, o interior, o campo são os prefeitos. Então, o que eu quero é pactuar com eles esse compromisso. Depois nós vamos discutir como fazer. Mas imaginem se os prefeitos brasileiros, começando agora, assumirem compromisso, em 2010 a gente poderá ter bem menos analfabetos do que nós temos hoje, no Brasil.

A segunda coisa é a questão da mortalidade infantil, da desnutrição. Essa coisa de cuidar de criança, se os prefeitos não assumirem a responsabilidade de detectar, no seu município, na mais longínqua periferia, os problemas reais, muitas vezes a política pública não chega a essas pessoas. Por quê? Porque a política pública, normalmente, ou chega nas pessoas que têm muita capacidade de organização e, portanto, de fazer protesto, ou na capacidade dos ricos de fazerem gestão junto ao governo para ter dinheiro. Mas aquele pobre mais miserável, se o prefeito não montar um critério de investigação, a gente não consegue descobrir que aquela pessoa existe.

Só para você ter ideia, Hélio: registro civil. Ainda hoje nós temos milhões de brasileiros que não têm registro civil. Alguém que nasce aqui em Brasília pode dizer: “É inconcebível”. Nós temos que obrigar... Primeiro, nenhuma criança pode sair do hospital sem o registro civil. É preciso ter um

critério entre os hospitais e os cartórios, para que a criança seja registrada. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que saber que tem milhões de crianças que nascem ainda na base da parteira, como nós nascemos, na década de 40, de 50, ainda tem. E muitas vezes essas pessoas moram muito distantes do centro da cidade, passam oito meses, nove meses, dez meses sem registrar uma criança, depois até esquecem.

Por que você acha que eu tenho duas datas de aniversário, Hélio? Porque vocês acham que eu comemoro meu aniversário, no documento, no dia 6, e comemoro meu aniversário no dia 27? É porque meu pai, certamente, levou muito tempo para ir me registrar, e quando ele foi, deve ter esquecido. Você sabe que pobre, quando sai do campo para ir para a cidade, chega lá, a primeira coisa que ele faz não é ir ao cartório, quem sabe é passar numa bodega e fazer uma visita. O dado concreto é que, como eu, deve ter milhões de pessoas que não tiveram essa sorte. Como nós vamos fazer isso sem o prefeito? Não é o cartório que vai fazer, não é o Direitos Humanos que vai fazer. Quem vai fazer, quem é? São os prefeitos... de montar estrutura para que a gente possa garimpar onde tiver um deserdado neste país, a gente trazê-lo, para que ele tenha cidadania.

E aí tem outras coisas, eu estou pedindo para que cada ministro faça um levantamento na sua Pasta, de quais são as dificuldades que ele tem para chegar na pessoa para a qual o projeto foi criado.

Deixem-me dar um exemplo: Farmácia Popular. Primeiro, nós criamos a farmácia construída pelo governo. Aí, um cara muito inteligente resolveu criar um outro tipo de farmácia: um convênio com a rede particular de farmácias. Você acredita que tem muitos prefeitos que sequer conversaram com os farmacêuticos para que os farmacêuticos da sua cidade se inscrevam no Ministério da Saúde, e fazer um cara comprar remédio que custa R\$ 100,00 por R\$ 10,00, que custa R\$ 10,00 por R\$ 1,00? Tem muita cidade que não tem uma única farmácia cadastrada. Se o prefeito não for atrás, quem é que vai?

Então, nós estamos fazendo um levantamento fiel, começando da educação, passando pela saúde e depois pegando a cidadania, para a gente pactuar entre governo federal, governos estaduais e prefeituras, para ver se a gente consegue tornar o Brasil mais realista, tornar o Brasil mais cidadão, fazer com que as pessoas... Eu chego em alguns lugares, Fernando... Você viu a minha indignação quando o IBGE mostrou que tem tantos jovens de 15 anos que

estão na escola há tantos anos e não sabem ler. Eu não consigo entender como é que uma pessoa está na escola e não sabe ler. Eu não sei o que está acontecendo, você sabe que eu fico indignado com isso: ‘Ah, está há quatro anos na escola e não sabe ler, está há cinco anos na escola e não sabe ler’. Então, possivelmente, ou tem um erro na informação, ou o professor não sabe dar aula, mas alguma coisa está errada nisso.

E os números, no Brasil, são sempre os mesmos. Toda hora que você pergunta: ‘Quantos analfabetos tem no Brasil?’ ‘Tem aproximadamente 15%’. Mas isso desde a década de 70. Nós precisamos criar políticas especiais para o Norte e para o Nordeste, porque você pega a região Centro-Sul e o Sul e tem um certo equilíbrio. Mas quando você chega no interior de Minas Gerais, Reginaldo, e chega no Nordeste brasileiro, o número triplica, e aí aumenta muito a média nacional.

Então, isso nós queremos fazer com os prefeitos. Sem eles será praticamente impossível a gente fazer e, por isso, nós estamos tentando fazer essa reunião, em que eu quero levar todos os ministros. Cada ministro vai chegar na frente dos prefeitos e dizer: ‘Na área da educação nós temos esse, esse e esse problema’, ‘na área da saúde temos esse, esse e esse problema’. Na questão da rede, da internet, da banda larga, nós precisamos tornar cúmplices os nossos prefeitos e os nossos governadores, para que a política aprovada pelo Congresso Nacional chegue lá na periferia, onde a gente quer que ela chegue.

Eu queria agradecer, Fernando Haddad, porque eu acho que uma coisa que vai ter um salto de qualidade no final do governo é a questão da educação, não apenas o que está funcionando, mas as coisas que vão ser implantadas. E agradecer aos companheiros senadores e deputados porque sem vocês, às vezes com um pouco de demora, às vezes com muito discurso, mas sem vocês as coisas não teriam acontecido e a gente não teria legitimidade para implantar esses programas.

Eu acho que nós terminamos 2008 bem, na questão da educação. Acho que é um fim de ano muito importante, com a sanção desta Lei. E eu espero que a gente, em 2009, consiga fazer tudo o que nós nos comprometemos, Fernando. Você me deve 14 universidades, me deve a Universidade Afrodescendente – aí é o Congresso que precisa aprovar primeiro. Lá em Redenção, no Ceará, viu, Inácio? Você trate de articular a aprovação. Temos a Unila, aqui, a Universidade da América Latina, que também vai ser feita, está para aprovar o Projeto, não é isso?

E eu acho que, se a gente conseguir fazer tudo o que está já mais ou menos engatilhado, nós vamos terminar o nosso 2009 como, quem sabe, o melhor ano da educação neste país. Acho que é um desafio, acho que é um desafio de todos nós. Uns, aqui, brigam como educadores, outros brigam como pessoas que querem mudar. A vida do Cristovam é brigar por isso, a vida de tanta gente, da Ideli, da Fátima. O dado concreto é que nós nunca estivemos tão próximos de tornar realidade o nosso sonho na educação. Tendo em conta que ainda falta muito para melhorar, no nível que nós queremos.

Em janeiro eu vou receber aqui a nossa coordenadora da Olimpíada de Matemática, a Suely Druck. Este ano, nós tivemos a participação de 18 milhões e 300 mil crianças. Para quem veio aqui pela primeira vez, eu vou dizer o que significam 18 milhões e 300 mil crianças. Em 2004 o Brasil tinha 274 mil crianças participando da Olimpíada de Matemática, e todas de escolas particulares, todas. O Nordeste – Piauí, Ceará - tinha uma grande participação.

Foi em 2004 que nós decidimos levar para a escola pública a Olimpíada de Matemática. Vocês sabem que no Brasil, essas boas notícias têm sempre as pessoas que são contra. Quando nós falamos de levar para a escola pública, a primeira coisa que me disseram foi o seguinte: ‘Presidente, a molecada pobre não vai se interessar por isso, não vai se interessar por isso’. Conclusão: decidimos fazer. Em 2005 inscreveram-se 10,5 milhões de crianças; em 2006 inscreveram-se 14 milhões de crianças, isso porque a Justiça Eleitoral não deixou a gente fazer nenhum cartaz para as escolas, para convocar; em 2007, 17 milhões de crianças; em 2008, 18 milhões e 300 mil crianças. A Argentina tinha 1 milhão e 200 mil crianças na Olimpíada de Matemática, os Estados Unidos, acho que tinham 6 milhões. Hoje não tem um país no mundo... nem a China, que tem a população maior que a nossa, tem uma Olimpíada de Matemática como nós temos. Quem participou do evento da Olimpíada de Português deve ter ficado emocionado. Eu nunca participei de um ato daquela magnitude. Nós deixamos para anunciar os premiados no ato. As crianças vieram... trouxemos os 150 melhores classificados, mas não dissemos quem tinha ganhado, o prêmio foi anunciado na hora. Quase todas as crianças que subiam ao palco, as premiadas, choravam a criança, chorava a mãe ou o pai da criança, e chorava o professor da escola. Inscreveram-se 6 milhões de crianças, porque a gente não tinha experiência, a gente não tinha um centro de português como a gente tem o instituto nacional de matemática aplicada. Nós fizemos com uma fundação do Banco Itaú. Como é o nome? Construindo o Futuro?

Escrevendo o Futuro. Foi um sucesso e eu estou convencido de que no ano que vem vai ser o dobro disso. Agora, nós precisamos terminar, Fernando, colocando Ciências, essas matérias que as crianças menos gostam... pode colocar Física, pode colocar... Nós temos que ir criando Olimpíadas, porque o sucesso que têm despertado nas crianças é uma coisa extraordinária. Esta semana vou ter uma reunião... esta semana não, quando eu voltar, depois do dia 10 eu vou ter uma reunião com a Sueli, vamos abrir a Olimpíada de 2009. Mas eu gostaria que em um ato que a gente fizesse com os premiados, que a gente convidasse os deputados e senadores ligados à educação, para eles verem a diferença que faz uma criança ser bem atendida em uma escola, ser motivada em uma escola. Eu acho, Fernando, que nós encontramos o caminho. Por isso, meus parabéns. Parabéns à sua equipe. Continue trabalhando assim que, certamente, você poderá ter futuro. Muito obrigado a vocês e feliz Ano Novo.”

Discurso do
Ministro Fernando Haddad
Posse dos 38 reitores dos Institutos Federais

Vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>



“**B**om dia a todos os presentes, cumprimento os reitores, os dirigentes do Ministério da Educação e os deputados e senadores aqui presentes. Muito obrigado pela presença. Sabemos do compromisso de todos vocês com a educação profissional, não apenas com a educação em geral, mas principalmente com a educação profissional.

Gostaria, em primeiro lugar, de expressar um sentimento pessoal. Como vocês sabem, é a primeira vez que empossamos um dirigente de uma instituição de educação profissional federal. Quero dizer, com muita sinceridade, que é uma honra para mim. Eu nunca me conformei com a ideia de que eu dava posse aos reitores, mas não dava posse aos dirigentes das escolas técnicas, dos CEFETs. Agora, essa lei permite esse prazer de empossar aqueles que dirigem instituições que têm um compromisso claro com a educação técnica, de ensino médio. Essas instituições têm mais contato com o trabalhador, têm mais contato com todas as regiões do país. Essa lei tem muitos méritos e coloca os institutos federais em pé de igualdade com qualquer instituição de ensino superior, com conteúdo de escola de excelência do país.

É preciso registrar o processo de construção dos institutos. Não foi um processo tranquilo, foi um processo que exigiu muito debate nas nossas comunidades e muita paciência na condução democrática dessas discussões.

O decreto, que já havia sido elaborado por muitas mãos por ocasião do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, passou por várias modificações até se transformar em um projeto de lei. Todas as modificações foram muito bem-vindas e também foram construídas por muitas mãos. É preciso registrar também o papel do Congresso Nacional, que compreendeu e respeitou os processos e praticamente aprovou a lei sem reparos, reconhecendo que toda essa discussão, que levou mais de um ano, envolveu nossas comunidades e deveria ser considerada pelos parlamentares que alçaram os CEFETs e escolas agrotécnicas a uma condição superior.

Outro registro necessário é sobre o projeto político-pedagógico que está por trás dos institutos. Poderíamos simplesmente fundir as instituições alegando racionalização de gastos ou racionalização administrativa, mas isso nunca foi o objetivo central que queríamos. Dizemos que não é possível fazer isso com uma Rede que muda de escala, saindo de 140 unidades e passando para 354 unidades, com vistas a atingir um número muito maior. Sem dúvida, a Rede Federal não poderia permanecer a mesma. Primeiro, ela precisava promover uma repactuação da educação básica. Sabíamos que algumas instituições estavam se desviando de sua missão, buscando se transformar em universidades. É claro que é bom ter universidades no país, e o governo do presidente Lula está criando 16 novas universidades, sendo que 12 já estão instaladas e quatro estão em tramitação no Congresso Nacional. A universidade é muito importante para o desenvolvimento nacional, mas sabíamos que havia outras tarefas a cumprir. A universidade é uma parte do sistema de ensino, mas não pode ser a única parte. Ainda temos muitas lacunas no nosso sistema, e precisamos preenchê-las para oferecer as oportunidades que a juventude tanto reclama. É claro que precisamos repensar a Rede à luz desses desafios.

Por isso, surgiu a ideia de um novo tipo de instituição, uma instituição com um compromisso claro com a educação técnica de ensino médio, que vai se apresentar de várias formas. Teremos o PROEJA e o TEGI integrado, teremos um subsequente e um concomitante. Vocês, mais do que ninguém, conhecem a riqueza da oferta da educação profissional, conhecem cada uma dessas formas de oferta e saberão explorar as oportunidades que a nova lei oferece.

Portanto, se alguém quiser fazer alterações, terá que mudar a lei. Não será suficiente um decreto para acabar com tudo o que está sendo construído aqui. Será necessário passar pelo Congresso. Ao discutir com gás total qualquer reforma da educação profissional no futuro, não é pouca coisa. Mas vamos

explorar todas as possibilidades abertas pela LDB, sem prejuízo da oferta vertical de educação profissional, tanto de cursos superiores de tecnologia quanto de alguns bacharelados que têm vínculo com a vida prática das nossas regiões.

E mais uma vez, vocês são as pessoas mais qualificadas para saber quais cursos vão potencializar o desenvolvimento local. Portanto, pela lei, devemos garantir que a educação básica tenha tranquilidade e que 70% do orçamento dessas instituições seja direcionado para a oferta de cursos técnicos e licenciaturas em áreas em que o Brasil carece de pessoal.

É preciso registrar também que os críticos dos institutos, que alegavam que eles não poderiam oferecer licenciaturas, não consultaram a página do INEP para verificar como os nossos estudantes se saem nos exames nacionais e verificar a qualidade das licenciaturas dos institutos antigos, os CEFETs. Essas licenciaturas estão entre as melhores do país, formando profissionais de excelência, sem aquele ranço bacharelesco que às vezes encontramos em algumas universidades, onde há um privilegiamento dos cursos superiores em detrimento daqueles que vão atuar diretamente nas escolas públicas, elevando seu padrão de qualidade.

A Lei n.º 11.892 é uma construção engenhosa, que não sai da cabeça de ninguém, mas é o resultado de um debate de dois anos com toda a Rede. Todo o período de recuperação das escolas técnicas foi permeado por esse debate, que esperava por instituições finalmente recuperadas. Agora, com a abertura para a expansão, temos grandes expectativas em relação às medidas tomadas no último período.

Temos uma expectativa muito grande em relação aos institutos. O país tem uma expectativa muito grande de todos nós e sempre teremos um ensino médio depois de operado na gaveta. Acredito que ele não existiu de verdade, a não ser de forma restrita a uma pequena camada que tem acesso ao ensino médio de qualidade, geralmente na Rede Federal ou privada. Mas vamos mudar a realidade do ensino médio.

O governo federal está fazendo sua parte. Agora, nenhum programa de apoio ao ensino médio foi estendido. Com a medida provisória de ontem, publicada hoje no Diário Oficial, os estudantes de escolas públicas de ensino médio podem solicitar alimentação, transporte, dinheiro direto na escola e livros didáticos. Ou seja, o ensino médio, que normalmente integra a educação básica e é uma etapa que ninguém quer cuidar, agora terá uma constituição

Institutos Federais dos brasileiros

que atribui ao estatuto a responsabilidade de garantir as verbas da União, que serão destinadas à complementação do Fundeb. Para este ano, são cinco bilhões e milhões de reais.

O ponto forte deste projeto pedagógico é a sua visão de longo prazo. Ele não é apenas uma ideia passageira, mas uma construção sólida e estratégica. Sabemos que é necessário investir na educação profissional para impulsionar o desenvolvimento do nosso país. Os institutos federais desempenharão um papel fundamental nesse processo, capacitando os estudantes e preparando-os para os desafios do mercado de trabalho.

Nós acreditamos nesse projeto. Temos a certeza de que os institutos federais são essenciais para transformar a educação profissional no Brasil. Continuaremos trabalhando juntos para garantir uma educação de qualidade, que promova a igualdade de oportunidades e contribua para o progresso do nosso país. Muito obrigado a todos.

Discurso do então presidente do CONIF

Prof. Paulo César Pereira

Posse dos reitores

Vídeo disponível em:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/videos/>



Posse dos 38 reitores dos Institutos Federais (29/01/2009)

Bom dia a todos! Muita alegria, muita honra e muita responsabilidade em estar aqui falando em nome de todos os reitores. Não é todo dia que se nomeiam 38 reitores. Penso que dificilmente, não somente no Brasil, mas no mundo, ocorre um fato como esse. Dificilmente isso ocorrerá por acaso ou por força do destino. Na verdade, este evento ocorre como prova concreta de que está acontecendo uma revolução na educação brasileira.

Os reitores que hoje recebem a denominação de reitores *pro tempore*, por exigência legal, são os legítimos representantes das instituições que compõem os Institutos Federais. Eles foram eleitos pelas respectivas comunidades de servidores e alunos, que delegaram a esses reitores a competência e a responsabilidade de viverem esse momento e construir essa transformação.

Obviamente, isso se concretiza pela sensibilidade, clareza e compromisso social do nosso presidente da República, orquestrado pelo ministro da Educação, pelo secretário, professor Eliezer, e por toda a Secretaria desse ministério, assim como pelas diretorias dessas secretarias.

Agradeço a todos os técnicos do Ministério da Educação, que apoiam e questionam com sabedoria, e também ao Congresso Nacional, que reconhece a importância estratégica da educação profissional para o desenvolvimento do nosso país.

Até recentemente, vivíamos uma realidade da existência de 140 unidades no Brasil, equiparadas, como cita o professor, ao mesmo número de unidades no Uruguai, um país que tem 60 vezes menos população e um território que não se compara ao território brasileiro, com dimensões continentais. E vivenciamos uma expansão que mais do que dobrou o número de unidades, alcançando 354. Esse é um dos aspectos que por si só demonstram que vivemos realmente uma revolução.

Como se não bastasse, vivemos também recentemente uma história em que tentou transformar a educação em mercadoria. Houve uma tentativa de asfixiar as universidades públicas e fazer desaparecer com as escolas técnicas. Poderia ser uma simples opinião minha ou um simples sofisma de discurso, se não existisse uma lei que impedia a criação de novas unidades da Rede. Vivemos recentemente essa realidade e hoje podemos comemorar a revogação dessa lei e a assinatura de uma outra lei que aponta no sentido da esperança e da certeza de que viveremos um outro país, uma outra realidade. Não tenho dúvidas nem considero como presunção reconhecer e admitir que o Brasil será outro a partir desse momento.

A criação da Lei n.º 11.892, além de consolidar a existência e a colocação da Rede Federal de educação profissional e tecnológica como parte do Sistema Federal de Educação, aponta para a criação dos Institutos Federais, que definitivamente estabelecem claramente qual o papel dessas instituições. Para quem conhece o texto da lei, é possível ver claramente o compromisso social

dessas instituições ao assegurar que ofereçam no mínimo 50% das suas vagas para formação de técnicos de nível médio, preferencialmente de forma integrada, reconhecendo que o trabalhador brasileiro conquista a sua cidadania e dignidade a partir da elevação da escolaridade e da sua profissionalização, contribuindo não só para sua cidadania, mas também para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Essa lei aponta também para a oferta de vagas para formação de professores, e essa Rede passa efetivamente a contribuir para o desenvolvimento da educação como um todo. É nesse sentido que encerro as minhas palavras, cumprimentando e agradecendo a todas as pessoas que estiveram direta ou indiretamente envolvidas nesse projeto. Mais uma vez, cumprimento os parlamentares, cumprimento todos os trabalhadores do Ministério da Educação, cumprimento o Presidente da República e também os servidores públicos federais que atuam na educação profissional e tecnológica. Muito obrigado a todos.

7

Posfácio

Prof. Jesué Graciliano da Silva

Ex-reitor do IFSC,
IF-Farroupilha e IFPR

<http://lattes.cnpq.br/2314392089416822>



“Inicialmente, gostaria de agradecer aos colegas ex-reitores Cláudio, Brod, Edmundo, Sérgio, Belchior, Denio, Paulo e Garabed, e às ex-reitoras Consuelo, Vera, Cibele, Maria da Glória e Cláudia, que me confiaram essa tarefa tão importante de organizar o livro de comemoração do aniversário de 15 anos da assinatura da Lei de criação dos Institutos Federais. Meu agradecimento especial à ex-reitora prof.^a Consuelo pelo seu empenho em reunir o Fórum de ex-dirigentes e em resgatar tantas histórias quase esquecidas.

Sou professor titular do câmpus São José do IFSC, onde leciono desde 1993 na área de Refrigeração. Atuei como diretor do Câmpus São José entre os anos de 2003 e 2007. Foi um período de grandes transformações, uma vez que a alteração de ETFSC em CEFET-SC havia ocorrido em 2002. Implantamos os primeiros cursos superiores de tecnologia e de Ensino Médio Profissional para jovens e adultos. Em 2005 acompanhei as primeiras discussões sobre o Plano de Expansão 1 no Conselho Diretor, quando enfatizamos que os câmpus antigos não poderiam ser esquecidos. Durante os anos de 2005 e 2006 a expansão era um assunto recorrente nas reuniões com os diretores das unidades e a Diretora-Geral do CEFET-SC.

Institutos Federais dos brasileiros

O CEFET-SC possuía apenas as unidades de Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul. Também mantinha cursos em Joinville por meio de uma gerência de Florianópolis. Havia uma pressão grande dos parlamentares da região Oeste para a criação de uma unidade em Chapecó. A comunidade acadêmica também pressionava por novos códigos de vagas para Joinville e Jaraguá do Sul, que utilizavam o quadro da Unidade de Florianópolis. Essa foi uma das demandas apresentadas pela Direção Geral ao então ministro da Educação Tarso Genro na visita realizada ao MEC no ano de 2004.



Agenda com ministro da Educação Tarso Genro em 2004
(Getúlio Ferreira, Anderson Martins, Consuelo, Rosemary Maffezzoli,
Jesué, ministro Tarso Genro e deputado Dionci)



Registro do lançamento do Plano de Expansão 1 – 26/01/2006.

Quando soube da possibilidade de transformação em IFET (marca original que foi alterada para IFSC), achei estranho porque a marca CEFET-SC ainda nem havia se consolidado. O que realmente me conquistou foi a fixação no Projeto de Lei dos Institutos Federais de que metade de nossas vagas seriam destinadas ao Ensino Técnico.

Venho de uma família de humildes trabalhadores rurais do interior de São Paulo – Marília – e, por causa do aprendizado da profissão de Desenhista de Arquitetura, que exerci dos 13 aos 18 anos, tive muitas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Com esse conhecimento técnico pude custear as despesas durante o curso de Engenharia Mecânica da UFSC. Parafraseando o economista renomado Amartya Sen, acredito que o aprendizado de uma profissão permite a ampliação das liberdades individuais. Tive o privilégio de escrever o texto original da Tese Favorável à transformação do CEFET-SC em IFSC, a pedido da então Diretora-Geral, prof.^a Consuelo Sielski. Uma tese contrária foi escrita por outros colegas, que defendiam a continuidade da estrutura do CEFET-SC.

Sob a liderança da prof.^a Consuelo e em conjunto com os(as) demais colegas diretores(as) sistêmicos(as) Regina Rogério, Marcelo Carlos da Silva, Rosângela Casarotto, Maria Clara Schneider e Nilva Schroeder, realizamos quase duas dezenas de debates em todos os câmpus para apresentar as vantagens da transformação. Em um destes momentos, enfatizamos a possibilidade de ampliação da autonomia dos câmpus e de parcerias nacionais e internacionais.

Participamos ativamente de todas as fases da expansão da Rede e estive presente em importantes discussões do CONIF entre os anos de 2011 e 2013, como reitor *pro tempore* do IFSC, IF-Farroupilha e IFPR. Para maior transparência, implantei o blog ‘Diário do Reitor’ em cada uma destas três instituições. Escrever tem sido um hábito que venho exercitando ao longo dos anos no blog www.jesuegraciliano.wordpress.com.

Em 2013, em conjunto com a prof.^a Consuelo e com o prof. Marcelo Carlos da Silva, organizamos um livro digital para marcar os cinco anos da transformação do CEFET-SC em IFSC. Coletamos dezenas de depoimentos e avaliamos documentos históricos. Esse material está disponível para consulta no link: <https://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com>.

Após concluir esse trabalho, optei por aprofundar a pesquisa sobre a

efetiva realização das metas estabelecidas na Lei que criou os Institutos Federais, por meio do doutorado. Na tese analisamos a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Santa Catarina, investigando as implicações socioespaciais dos novos câmpus. Também analisamos os problemas ainda enfrentados para atingir os objetivos definidos na Lei n.º 11.892/2008, como a consolidação do quadro de servidores e a conclusão da infraestrutura. A seção introdutória deste livro utiliza como referência os materiais organizados durante a tese.

Entre os desafios presentes observamos que a Lei que criou os Institutos Federais determina que, no mínimo, metade das vagas sejam destinadas a cursos técnicos. Se não fosse por isso, penso que nossa tradição de mais de um século estaria ameaçada. A defesa dos cursos técnicos ainda parece ser uma demanda importante. A cultura universitária ainda está muito presente. Isso, possivelmente, explica o motivo pelo qual o plano de carreira dos docentes dos Institutos valoriza tanto o academicismo, em detrimento da experiência prática na área. Ampliar a autonomia dos câmpus como forma de aprimorar os processos pedagógicos e administrativos ainda é necessário. Apesar de sermos inclusivos, enfrentamos altas taxas de evasão em diversos cursos, como Engenharia, cursos subsequentes, PROEJA e licenciaturas.

Apesar da necessidade de consolidação e melhoria da infraestrutura dos atuais câmpus antes da retomada da expansão, provavelmente, chegaremos a um câmpus para cada cinco municípios brasileiros, ampliando as oportunidades de acesso ao ensino profissional e de transformação das vidas de milhões de jovens, principalmente nas cidades do interior do Brasil.

Diversos outros protagonistas da luta pela expansão e implantação dos Institutos Federais não puderam participar desta edição, por razões diversas. Lembro-me de ter participado de diversas discussões com a prof.^a Aurina e com os professores Cláudio Ricardo, Carla Jardim, José Bispo, Joarez Vrubel, Edson Moura, Luiz Caldas, Edvaldo Pereira, Jadir Pela, José Costa, João Batista, Marcus Aurélio, Francisco Santana, Arnaldo Augusto, Carlos Alberto da Rosa, Raimundo Vicente, Caio Bueno, João Dias, Mário Sérgio Vieira e Emanuel Alves, só para citar alguns. Nosso plano é organizar um novo volume para as comemorações dos 20 anos da Lei n.º 11.892/2008, com novas histórias para mostrar a partir de outras perspectivas os eventos ocorridos entre os anos de 2005 e 2009, que culminaram com a expansão da Rede Federal EPCT, com a publicação da Lei n.º 11.892/2008 e com a posse dos 38 reitores em 29 de janeiro de 2009.

Criamos um sítio eletrônico no endereço: <https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com>, que disponibilizará depoimentos, vídeos, indicadores, clipagem, mapas, documentos históricos, fotos, teses, dissertações, monografias e artigos sobre os Institutos Federais. Portanto, caro leitor, se você participou de alguma forma do processo de implantação e consolidação dos Institutos Federais e tem uma boa história para contar, envie seu depoimento para o e-mail: historiadosinstitutosfederais@gmail.com.

Não poderia deixar de agradecer também aos professores Eliezer Pacheco, Getúlio Ferreira, Gleisson Rubin e prof.^a Maria Leopoldina Veras Camelo pela gentileza de contribuir com a organização desta obra.

Recentemente, tive a oportunidade de representar o reitor do IFSC em algumas reuniões do CONIF, após nove anos. Pude reencontrar alguns amigos e reviver bons momentos. Fui muito bem recebido pela Presidência e pela Diretoria Executiva, a quem agradeço também pelo apoio à elaboração deste livro.



Muito obrigado aos colegas James Dantas e Alexandre Bahia pela disponibilização de documentos e fotos. No ano de 2008, James, que era secretário do CONEAF, e Alexandre, que era secretário do CONCEFET, participaram de todas as discussões que levaram à nova institucionalidade. Por estarem lá desde o princípio e terem contribuído para a estruturação do CONIF, tornaram-se referências para várias gerações de reitores e de reitoras.

Institutos Federais dos brasileiros

No ano de 2023, a Rede Federal EPCT alcançou a marca de 1.479.399 matrículas. Esse número era da ordem de 150.000 em 2005. A maior parte de seus estudantes (84%) têm renda familiar menor que 2 salários mínimos, o que confirma sua vocação para a inclusão. Avançamos muito, mas ainda há muito a ser realizado. O quantitativo de jovens brasileiros com idade entre 18 e 24 anos é de aproximadamente, 30 milhões. De acordo com o Relatório recente da OCDE - Education at a Glance, 24,4% deles não estudam e nem trabalham. Apenas 11% dos estudantes do Ensino Médio no Brasil têm acesso a programas de educação profissional, enquanto a média da OCDE é de 37%. Esses números são confirmados por uma pesquisa realizada pela Fundação Roberto Marinho, que mostrou que a cada 100 jovens brasileiros com idade entre 18 e 27 anos, apenas 60 concluem o Ensino Médio, e destes, apenas 5 concluem o ensino técnico. Apenas 10 a cada 100 jovens acessam o ensino superior. A pesquisa também mostrou que a maioria dos jovens sem formação técnica profissional têm dificuldades de encontrar empregos formais. Quando são contratados, recebem salários menores que aqueles que fazem o ensino técnico. Ampliar o número de vagas na educação profissional e o percentual de jovens brasileiros matriculados em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio são desafios importantes para os próximos anos.

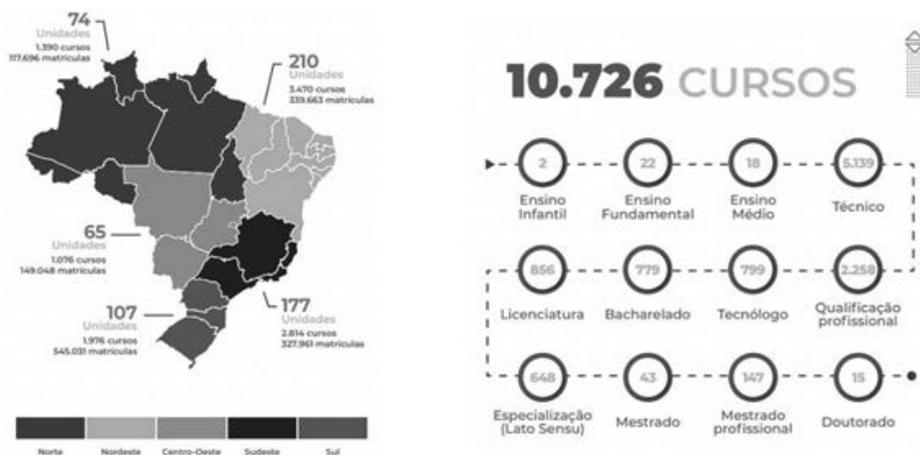


Figura - A Rede Federal EPCT em números (MEC, 2023) - Cortesia de Marcelo Bregagnoli

8

Anexo

Para saber mais acesse o link:

<https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com/>



Referências

BRASIL. Ministério da Educação. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL “CONCEPÇÕES, EXPERIÊNCIAS, PROBLEMAS E PROPOSTAS”. Anais. 2003.

_____. Decreto 6.095/2007, 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília. 2007.

_____. Projeto de Lei dos Institutos Federais. Câmara dos Deputados. Brasília. 2008.

_____. Decreto Lei n.º 4.048. 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).

_____. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

_____. Lei n.º 11.195/2005 de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5.º do art. 3.º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

_____. Projeto de Lei n.º 1.209/2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Brasília. 2011.

_____. Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

_____. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394/96. Diário Oficial da União de 18/04/1997, seção 1, p. 7760.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. Brasília. 1996.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. A construção do mito do “Meu Filho Doutor”. Fundamentos Históricos do Acesso ao Ensino Superior no Brasil – Paraíba. Tese de Doutorado. UFPE. Recife. 2004.

CONDETUF. Carta de Gramado. Gramado-RS, 31 de maio de 2007.

Institutos Federais dos brasileiros

- CONEAF. Proposta do CONEAF para o novo desenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Sertão-RS. 2007.
- CONCEFET. Manifestação do Concefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. 2008.
- CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal Científica e Tecnológica. Institutos Federais: 5 anos de singulares Territórios de Esperanças. Brasília. 2013.
- _____. Extensão Tecnológica na RFEPCT. 2013.
- _____. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal Científica e Tecnológica. Manifesto dos Reitores dos Institutos Federais. Brasília. 2013.
- _____. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal Científica e Tecnológica. Proposições para a Rede Federal EPCT – Brasília. 2014.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: Unesp, Brasília, DF. Flacso. 2000.
- _____. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF. Flacso. 2005.
- DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Orgs.). Redes, sociedades e territórios. EDUNISC. Santa Cruz do Sul. 2007.
- DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia? MEC. 2007.
- FERREIRA, Getúlio Marques. Entrevista sobre os Institutos Federais para TV CEFET-RN em Foco. Natal, RN, 2007. Disponível em: <https://institutosfederaisahistoria.wordpress.com>
- GAMA, Ruy. A Tecnologia e o Trabalho na História. São Paulo: Nobel. EDUSP. São Paulo. 1987.
- HADDAD, Fernando. Discurso de lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília. 2007.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico do Censo da Educação Básica. Brasília. 2013.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Matrículas no Ensino Superior. Brasília. 2015.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notas Estatísticas – Censo da Educação Básica. Brasília. 2016.
- LAIA, Maria da Glória dos Santos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) como Nova Institucionalidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Uma Análise na Perspectiva de Rede de Política Pública. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília. 2013.
- MANFREDI, Silvia M. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- MEC – Ministério da Educação. Centenário da Linha do Tempo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>> Acesso em: 5 de ago. 2023.

- _____. Expansão da Rede Federal. 2007.
- _____. Avaliação do Plano de Expansão 1. MEC. 2007. Disponível em: www.educacaoprofissional10anosgloriosos.wordpress.com
- _____. Revista da Educação Profissional e Tecnológica. 2008.
- _____. Tarso recebe parlamentares e representantes dos Cefets catarinenses. 2005.
- _____. Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica – Por uma profissionalização sustentável. Brasília. 2005.
- _____. Avaliação do Plano de Expansão 1 MEC 2007. MEC. 2007.
- _____. Planejamento Integrado SETEC-CONIF dezembro 2010
- _____. Plano Nacional de Educação. Conhecendo as 20 metas do PNE.
- _____. Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais. Brasília. 2008.
- _____. Apresentação do Plano de Expansão 3. Brasília. 2011.
- _____. Cursos técnicos ampliam as possibilidades de emprego e ajudam a promover a interação. Brasília. 2015.
- _____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010.
- _____. Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 2006.
- _____. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas. 2007.
- _____. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
- _____. Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II – “Uma Escola Técnica em cada cidade polo do País”. Brasília. 2007.
- _____. Relatório de Gestão da SETEC 2015. Brasília. 2015.
- _____. Lançamento de Chamada Pública para 150 câmpus – Fase II do Plano de Expansão. 2007.
- _____. PROEP 2006. Relatório Anual de Progresso – Período 01.01.2006 a 31.12.2006. Brasília. 2006.
- _____. Portaria MEC n.º 1.005/97. Estabelece o Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP. Brasília. 1997.
- MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. Brasília. 2010.
- _____. Ministério de Ciência e Tecnologia. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. Plano de Ação 2007-2010. 2010.
- _____. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília. 2016.
- MORAES, Gustavo Henrique. Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade. A construção da Identidade dos Institutos Federais. Tese de doutorado. UnB. Brasília. 2016.
- MORE, Thomas. Utopia. Tradução de: Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Institutos Federais dos brasileiros

- OLIVEIRA, Gustavo Pereira de. *Politécnica ou Educação Tecnológica? Um Acompanhamento Histórico dos Desafios do Ensino Médio e da Educação Profissional*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 1. pp 154-165, abril de 2017.
- OTRANTO, Célia Regina. *Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs*. Revista Retta (PPGEA/UFRRJ). Ano I. Rio de Janeiro. 2010.
- PACHECO, E. M. *Os Institutos Federais, uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: Ed. do IFRN, 2010.
- PACHECO, Eliezer Moreira. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. 1ª. Ed. Brasília. Editora Moderna. 2011.
- _____. *Educação Profissional e Tecnológica*. NBR Entrevista. 2011. Disponível em: <<https://educacaoprofissional10anosgloriosos.wordpress.com/>> Acesso em: 10 ago.2023
- PACHECO, Eliezer Moreira, CALDAS, Luiz, SOBRINHO, Moisés Domingos. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades*. Brasília: Linhas Críticas, 2010, v. 16, n. 30, p.71-88. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>.
- PAIM, Paulo Renato. *Pronunciamento em que defende a necessidade de fortalecimento do Programa de Expansão da Educação Profissional PROEP*. MEC. 2003.
- PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. *A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2003.
- _____. *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Editora IFB. Brasília. 2012.
- _____. *Discurso do presidente do CONCEFET*. Conferência Nacional da Educação Profissional. 2006.
- PORTUGAL. *Alvará de cinco de janeiro de 1785*.
- PROEP. *Programa de Expansão da Educação Profissional*, 1997.
- RIZZINI, Irma. *A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX*. Revista Contemporânea de Educação. 2009.
- ROUSSEFF, Dilma Vana. *Entrevista concedida à EBC sobre Plano de Expansão 3*. Brasília. 2011.
- RUBIN, Gleisson Cardoso. *Educação profissional e tecnológica: Contribuição para o projeto de desenvolvimento nacional*. In. *Política educacional, cidadania e conquistas democráticas*. Pablo Gentili (org.). Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2013.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.
- _____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 4ª. Ed. 2ª. Reimpressão. São Paulo. 2006.
- SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos, et al. *MEMÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO PEDRO II: 180 ANOS DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DO BRASIL*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II. 2018.

- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SCHIEDECK, Silvia. *Narrativas Memoriais sobre os Institutos Federais: a concepção de uma nova institucionalidade para a educação profissional e tecnológica*. (Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT), Porto Alegre, 2019.
- SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org.). *INSTITUTOS FEDERAIS LEI 11.892, de 29/12/2008: Comentários e Reflexões*. Brasília, 2009.
- SILVA, Jesué Graciliano da. *A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no período de 2005 a 2015 e suas implicações socioespaciais no Estado de Santa Catarina*. Tese de Doutorado. UFSC. Florianópolis. 2017.
- SILVA, Jesué Graciliano; SANTOS, Consuelo A. Sielski; SILVA, Marcelo Carlos da. *Transformação de CEFET-SC em IFSC: concepções, conquistas e desafios*. E-book, 2014. Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com/>
- SILVA, Jesué Graciliano da. *A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL*. ENANPEGE. 2015.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. *Discurso na entrega do Projeto Preliminar de expansão da Rede Federal*. Brasília. 2005.
- _____. *Discurso de Lançamento solene do Plano de Expansão 1*. Brasília. 2006.
- _____. *Discurso de lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação e do Plano de Expansão 2*. Brasília. 2007.
- SIQUEIRA, Edite. *AS DETERMINAÇÕES E DESAFIOS DA PESQUISA: REGISTRO DAS IES DA REGIÃO DO VALE MÉDIO IGUAÇU E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL*. UnC. Dissertação de Mestrado. 2013.
- TCU. *Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília. 2012.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de Tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

10

Registros fotográficos – Cortesia do CONIF / autores





































No dia 28 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que criou os Institutos Federais e a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que se tornou a política mais importante e bem-sucedida de educação pública em nosso país. Sua força e legitimidade vêm exatamente da originalidade da proposta e do mais vigoroso processo de ampliação da oferta de matrículas na educação profissional de nossa história. Neste livro contamos um pouco sobre como isso foi possível e quais os obstáculos foram enfrentados nesse processo.



www.artliber.com.br
 @artliber.editora



Portal da Rede
Federal EPCT